

O REINO

E AS REBELDES:

o destacamento em capas de revista

Luís Rodolfo Cabral

Luís Rodolfo Cabral

O REINO E AS REBELDES:

Araraquara
Letraria
2024

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cabral, Luís Rodolfo

O reino e as rebeldes [livro eletrônico]: o destacamento em capas de revista / Luís Rodolfo Cabral. - Araraquara, SP: Letraria, 2024.

PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5434-086-1

1. Análise do discurso 2. Análise do discurso narrativo
3. Linguística 4. Periódicos I. Título.

24-224972

CDD-401.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso: Linguística 401.41

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Conselho editorial

Marco Antonio Almeida Ruiz (UFG)

Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Para epígrafe, nada mais eloquente do
que particitá-la: o reinado do texto é
incontestável, mas ele é prejudicado
pelas aforizações.

Estas páginas de balbúrdia são dedicadas a todos aqueles que, como eu, são os idiotas úteis da nação e fazem o país perder.

Sumário

Sobre o autor	9
Prefácio	10
Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva / CNPq – PQ 1*	
Apresentação	13
Introdução	15
1 Fundamentação teórica: Análise do Discurso de perspectiva enunciativo-discursiva	20
1.1 Enunciação textualizante: gênero do discurso	26
1.2 Enunciação aforizante: as aforizações	34
2 Procedimentos metodológicos	48
2.1 Percorso de pesquisa: de observações empíricas a um problema de pesquisa	49
2.2 Condições de enunciabilidade: o processo de <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff	58
2.3 Revistas semanais de informação: o acervo geral	64
2.4 Construção do <i>corpus</i>	67
2.5 Organização do <i>corpus</i> e procedimentos de análise	70
3 Descrição e análise do <i>corpus</i>	76
3.1 A organização e as retomadas dos enunciados na capa	77
3.2 As manchetes intersemióticas das revistas	89
3.2.1 A manchete intersemiótica da edição 879, de <i>Carta Capital</i>	89
3.2.2 A manchete intersemiótica da edição 2455, de <i>Veja</i>	99
3.2.3 A manchete intersemiótica da edição 880, de <i>Carta Capital</i>	120
3.2.4 A manchete intersemiótica da edição 2456, de <i>Veja</i>	130
Considerações finais: a iconoforização, uma possibilidade?	147
Referências	155

Anexos	169
ANEXO A - Edição n. 879, de 09 de dezembro de 2015	170
ANEXO B - Edição n. 880, de 16 de dezembro de 2015	171
ANEXO C - Edição n. 897, de 20 de abril de 2016	172
ANEXO D - Edição n. 900, de 11 de maio de 2016	173
ANEXO E - Edição n. 2455, de 09 de dezembro de 2015	174
ANEXO F - Edição n. 2456, de 16 de dezembro de 2015	175
ANEXO G - Edição n. 2474, de 20 de abril de 2016	176
ANEXO H - Edição n. 2477, de 11 de maio de 2016	177

Sobre o autor

Professor do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) – *Campus* Santa Inês. Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica, de São Paulo. Foi professor de Língua Portuguesa do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência em cargos de gestão privada e pública: foi coordenador pedagógico em consultoria de idiomas, coordenador de curso de graduação e chefe de departamento de ensino superior. Foi membro de comissão avaliadora do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), designado pelo Governo Federal. Foi Representante Institucional do Programa Ciências Sem Fronteiras no *campus* Santa Inês. É pesquisador do grupo Atelier Linguagem e Trabalho (CNPq/PUC São Paulo).

Prefácio

Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva / CNPq – PQ 1*

Tem-se aqui um livro fruto de tese de doutorado – desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, LAEL/PUC-SP, no âmbito do Grupo de Pesquisa *Atelier Linguagem e Trabalho* – que possibilita, para alguns, uma introdução à Análise do Discurso de tradição francesa; e, para outros, que já têm familiaridade com esse campo do saber, um novo olhar sobre o funcionamento discursivo de capas de revistas semanais de informação, objeto de análise privilegiado por Luís Rodolfo Cabral.

O texto ancora-se nas contribuições de Dominique Maingueneau, recuperando vários dos conceitos por ele postulados, centrando-se mais especificamente na enunciação textualizante/enunciação aforizante, ponto alto de suas propostas, a de que a enunciação é partilhada entre dois regimes, o dos textos e gêneros de discurso e o das aforizações. Com esse movimento, o autor, ao mesmo tempo em que enfatiza a relação discurso e gêneros, apresenta, a partir do conceito de destacabilidade, um tratamento unificado de certas frases que, devido a um conjunto de propriedades, são destacadas e começam a circular, muitas vezes, fora do texto de origem. Tais frases, as chamadas frases “sem texto”, adquirem o estatuto de aforizações. “O que pode ser afinal uma frase ‘sem texto’, dado que as frases acabam sempre entrando em textos?” A essa questão o próprio Maingueneau (2012, p. 9-10) responde: “As frases solitárias estão em todo lugar: nas conversações, nas bandeiras, nas camisetas etc.”. E um desses “lugares”, as capas de revistas semanais de informação, constituem o objeto de análise eleito por Cabral. Delineia-se, então, o objetivo da pesquisa, isto é, examinar o funcionamento discursivo dos enunciados que circulam nas capas de tais revistas, centrando-se no fenômeno da destacabilidade e na retextualização de tais enunciados no interior da revista e/ou fora dela. Perseguindo esse objetivo, o autor formula três hipóteses, que exigem reflexões concernentes às unidades tópicas e não tópicas, respectivamente, gênero do discurso e percurso.

Chama a atenção o capítulo referente aos Procedimentos Metodológicos que, detalhadamente, vai explicitando o percurso da pesquisa, organizado em cinco conjuntos. De início, Cabral coletou exemplares das revistas *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Carta Capital*, publicados entre 01 de janeiro de 2015 e 30 de agosto de 2016, período correspondente ao segundo mandato da então Presidente da República, Dilma Rousseff. Esse material foi sendo recortado à medida que a pesquisa tomava corpo e novos refinamentos se

impunham. Do acervo inicial, duas capas se mostraram particularmente pertinentes: a primeira delas, edição 2417 de *Isto É*, de 06 de abril de 2016, apresentava a imagem do rosto de Dilma articulada ao enunciado verbal *As explosões nervosas da presidente*. Essa capa retextualizava momento em que a Presidente comemorava um gol da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2014. Originalmente de comemoração, foi destacada de vídeo e manipulada digitalmente para construir o *ethos* de uma mulher descontrolada e, portanto, incapaz de continuar no cargo por ela ocupado. Contribuiu também para reforçar a importância do papel da destacabilidade, uma segunda capa, a da edição 866, de 09 de janeiro de 2015, da revista *Época*, intitulada *Liberdade Fuzilada*, resultante de processo criativo do então editor-chefe da revista, que buscou capas do jornal *Charlie Hebdo* para construir, em cinco etapas, uma edição bastante original. A antecipação de outros comentários sobre esse processo, aí incluídas as observações analíticas de Cabral, podem ser considerados *spoiler*.

A partir dessas edições, a de *Isto É* e de *Época*, o autor delimitou o extenso *corpus* até então coletado, recorrendo a um evento de repercussão nacional, com potencial de atravessar a enunciação das quatro revistas semanais de informação: o período de tramitação do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, que se estendeu de 02 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016. As condições de enunciabilidade encontram-se justificadas pelo autor, com base, principalmente, em trabalhos dos campos Midiático e de Ciência Política.

Após o levantamento da tiragem média nacional de cada uma das quatro revistas e do número de edições publicadas durante o período delimitado, foi sendo construído o material de análise a partir dos seguintes critérios: maior e menor número de exemplares impressos em circulação, maior incidência nas capas de personalidades em evidência no evento e similaridade de data de publicação. Estabelecidos esses recortes, chegou-se a oito capas de revistas, quatro de *Carta Capital* (879, 880, 897 e 900) e quatro de *Veja* (2455, 2456, 2474 e 2477), constitutivas do *corpus* final que, aliado aos procedimentos de análise, foram organizados em blocos, dispostos em quadros, cuja visibilidade se dá a ver no último item desse capítulo.

Finalmente, a descrição e a análise dos dados implicaram a mobilização dos fundamentos teórico-metodológicos de início delimitados e a retomada das questões norteadoras da pesquisa, as quais deram origem à divisão do capítulo em duas sessões. Na primeira, *Organização e retomadas dos enunciados nas capas de revistas*, o autor procurou identificar o modo de organização dos enunciados das capas e estabelecer a relação de tais enunciados com os textos do interior das revistas. A análise detalhada

das edições que compõem o *corpus* revela que os enunciados das capas se organizam em três zonas distintas: na parte superior, ocorrem, em geral, as *chamadas*; na segunda, os *logotipos da revista e da editora*; e na terceira, a *manchete*. Os enunciados que se encontram na zona 1 apresentam-se ora como iconotextos, articulando o verbal e o não-verbal, ora manifestam-se apenas na materialidade linguística. A forma de disposição dos logos da revista e da editora, característica da zona 2, apresenta diferenças nas edições de ambas as revistas quanto à cor, à posição do logo e das palavras; seu efeito de sentido, no entanto, é sempre o de interpelar o leitor. Finalmente, a zona 3 é ocupada pela manchete, zona essa que se distingue das demais por apresentar diferentes enunciados a cada edição, estar presente em todas as capas e ser preenchida exclusivamente por iconotextos. Na segunda sessão, *As manchetes intersemióticas das capas*, o autor buscou depreender o fenômeno da destacabilidade, observando o movimento dos enunciados do interior para a capa, aí incluídas possíveis alterações ocorridas tanto nas manifestações verbais como nas não-verbais quando de seu alçamento à manchete. A análise vai sendo pontuada por meio de comentários que tecem relações incisivas entre diferentes quadros e imagens significativas dos processos discursivos que atravessam as capas das revistas. Explicita-se, assim, a imprescindibilidade das manchetes intersemióticas para a construção das chamadas cenografias apropriadas, quer se trate de ocorrências de captação ou de subversão.

Poderia continuar a tecer considerações sobre a tese de Luís Rodolfo, mas prefiro o suspense, remetendo o(a) leitor(a) às Considerações finais. Não se entenda por finais o término de uma pesquisa, que, ao contrário, continua em constante movimento, agora voltada para a questão da aforização/iconoforização em diferentes objetos que circulam no ambiente digital.

Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva

Líder do Grupo de Pesquisa *Atelier Linguagem e Trabalho*
PPG em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL/PUC-SP

Apresentação

Este livro é resultado de minha tese de doutorado defendida no Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Atelier Linguagem e Trabalho, sob a coordenação da professora Dra. Maria Cecília Pérez de Souza e Silva, também orientadora deste trabalho e autora do prefácio deste livro.

Como objeto, abordamos o destacamento, tema profícuo nos estudos do discurso, especialmente se considerarmos a atual potencialidade da produção em ambiente digital. Em uma primeira impressão, pode parecer anacrônico direcionarmos a nossa atenção para um *corpus* que circula predominantemente em formato físico. O nosso intento, no entanto, foi o de refletir sobre um processo que conjuga diferentes materialidades, independente do formato em que elas estejam e do ambiente em que elas circulem.

Esse caráter intersemiótico de nosso objeto impôs certos desafios, que ficarão claros à medida que o leitor avance na leitura do texto. Para lidarmos com os problemas apresentados, aventamos a possibilidade de introdução de uma nova ferramenta ao inventário teórico da Análise do Discurso de linha francesa, a iconoforização.

Para esta versão em livro, foram feitas algumas alterações. Dentre elas, decidi suprimir o capítulo do estado da arte sobre destacamento por considerá-lo mais apropriado para um leitor interessado apenas no mapeamento das produções sobre enunciação aforizante; mantê-lo poderia restringir o público, considerando a nossa expectativa de alcance mais abrangente. Foram mantidos os quadros originais para organização do *corpus* porque eles são essenciais para o leitor tanto observar a saída de um enunciado de um gênero para a capa quanto refletir sobre a pertinência da noção de sobreasseveração para o destacamento.

No que se refere aos incrementos, incluímos a referência à nossa publicação mais recente sobre o percurso teórico para a construção da teoria sobre o regime aforizante, e atualizamos algumas informações do contexto de produção.

De modo geral, os resultados desta pesquisa tornaram-se possíveis graças ao intenso diálogo com diferentes pesquisadores. Primeiramente, com a Cecílinha, como chamamos carinhosamente a coordenadora do grupo de pesquisa, a quem agradeço imensamente pela orientação e pelo comprometimento. A nossa proposta se desenvolveu progressivamente, ao longo de quatro anos, a partir das discussões semanais no grupo,

sem as quais muito dificilmente eu teria tido condições de refletir com mais clareza sobre os propósitos da pesquisa.

Além disso, o trabalho teve o olhar cuidadoso das professoras pesquisadoras que participaram das bancas de qualificação e de defesa: Dra. Ana Raquel Motta, Dra. Ana Rosa Ferreira Dias, Dra. Elisabeth Brait e Dra. Silma Ramos Coimbra Mendes. A elas o meu mais sincero agradecimento pela leitura atenciosa e pelas sugestões. Também contribuíram bastante os colegas que fiz dentro e fora do grupo Atelier. Nesse processo, aprendi que é na troca que se constrói o conhecimento.

Finalmente, destaco o papel primordial do Instituto Federal do Maranhão em ter autorizado o meu afastamento integral para, em São Paulo, cursar o doutorado, e da CAPES em ter me concedido a bolsa para financiar os meus estudos.

Espero que compartilhem este material.

Boa leitura!

São Luís – MA, 8 de julho de 2024.

Luís Rodolfo Cabral

Introdução

Neste trabalho, ancorado na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa, investigamos o funcionamento discursivo de capas de revistas semanais de informação de circulação nacional. São quatro as revistas nessa categoria: *Carta Capital*, *Época*, *Isto É* e *Veja*. *Carta Capital*, publicada desde 2001 pela Editora Confiança, foi fundada em 1994; *Época*, da Editora Globo, foi lançada em 1998; *Isto É*, da Editora Três, foi criada em 1976, e, por fim, *Veja*, publicada pela Editora Abril, foi lançada em 1968. Para a pesquisa, coletamos as capas de revista publicadas entre 2 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, período que compreende a tramitação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Cumpramos salientar que, embora o termo “revista semanal de informação” possa soar deslocado em um trabalho de abordagem discursiva, adotamos esta terminologia por ser a mais utilizada¹ tanto pela bibliografia especializada em jornalismo de revista, quanto pelo Instituto Verificador de Circulação – IVC.

Sabe-se que, ao mesmo tempo que as revistas semanais de informação devem focar numa gama de assuntos de interesse geral, dirigindo-se a um público leitor, elas também devem zelar pela técnica de construção do texto jornalístico e garantir um efeito de imparcialidade e de objetividade, sem os quais a produção poderia não ser reconhecida como tal.

Entre outros aspectos, graças ao forte apelo das letras e imagens, cores e fontes, manchetes e intertítulos, e frases curtas – geralmente nominais –, as capas dessas revistas semanais de informação podem ser tomadas como um poderoso meio de produção de sentidos. Nelas, as matérias e reportagens são condensadas em imagens e frases que ilustram a primeira página, de forma que, somente pela capa, o leitor tome conhecimento – ainda que de maneira bastante sucinta – de um acontecimento marcante nos últimos sete dias. As capas são, assim, a primeira página de um tipo de produção midiática que se equilibra em uma complexa relação de interesses de diversas ordens.

A proposta de investigação acerca do funcionamento discursivo das capas de revistas foi se delineando progressivamente ao longo do próprio percurso formativo do nosso doutoramento. Dois fatores influenciaram nessa tomada de decisão: o contato inicial com as reflexões de Dominique Maingueneau sobre os fenômenos da destacabilidade

1 O termo “revista de informação” aparece em Puzzo (2009), Benneti, Scortch e Finatto (2011), Benetti (2013) e Grunszynski e Calza (2013). Utilizar essa terminologia, contudo, não significa que concordemos com ela, como ficará evidenciado ao longo desta pesquisa; propor nova terminologia ou discuti-la foge do escopo deste trabalho, sendo uma questão a ser desenvolvida por outros pesquisadores.

e da valência genérica, discutidos em disciplinas/minicursos oferecidos pelo Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e as discussões em um simpósio do qual participamos por ocasião de evento internacional, o 21º InPLA – Intercâmbio de Pesquisas em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, promovido por esse mesmo Programa. Esse caminho de pesquisa será mais bem detalhado no capítulo metodológico. Ambas as oportunidades nos estimularam a investir esforços em torno da investigação do processo de saída de enunciados de um texto-fonte e de re-textualização em novos contextos, sendo as capas de revista um objeto a ser analisado sob essa perspectiva.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Atelier Linguagem e Trabalho (CNPq), sob a coordenação da Professora Dra. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, orientadora desta pesquisa. O Grupo Atelier, formado por mestrandos, doutorandos e pesquisadores sêniores da PUCSP e de outras Instituições de Ensino Superior (UERJ, UFF, PUC-RS, UFPA e IFMA), desenvolve pesquisas centradas no estudo do funcionamento dos mecanismos de produção e interpretação de textos que circulam em diferentes esferas de atividade: midiática, religiosa, política, educacional e, particularmente, daqueles relacionados ao trabalho. As atividades desenvolvidas pelo grupo abrangem duas linhas de pesquisas: *Estudos discursivos e Linguagem e trabalho*. A primeira mobiliza princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso de tradição francesa, e recorre, principalmente, a noções formuladas por Dominique Maingueneau. A linha *Linguagem e trabalho* tem por objetivo estudar discursos sobre, no e como trabalho, ancorada, principalmente, na Ergologia, abordagem pluridisciplinar, que vem construindo, coletivamente, sob a direção do filósofo Yves Schwartz, conhecimentos sobre o trabalho na interrelação saberes acadêmicos/experiências, saberes e valores investidos pelos protagonistas da atividade. Esta pesquisa está vinculada à primeira dessas linhas.

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, as capas de revista, vimos notando que elas apresentam uma forma peculiar de circulação. No mundo físico, dificilmente nos deparamos com uma capa de revista uma única vez: em um simples passeio pela Avenida Paulista, por exemplo, elas são encontradas por toda parte, expostas nas bancas, mas também sozinhas coladas nos muros e nas vitrines. Por vezes, em *outdoors*. Às vezes, nas salas de espera de consultório médico. À maneira dos cartazes, as capas de revistas estão em meio aos variados estímulos visuais do contexto urbano, disputando a nossa atenção. No mundo digital, não é diferente: elas circulam nas plataformas e nas redes sociais, e, por exemplo, são compartilhadas como um *tweet* ou como uma postagem no Facebook e no Instagram. Se, em geral, são consideradas como a porta de acesso da revista, razoável é também suspeitar que elas não se comportem como uma porta

fixa. Diferentemente dos outros gêneros que a revista em formato físico coloca em circulação, a capa é aparentemente autônoma, pode ser destacada e pode circular de forma independente.

Nesse sentido, as diferentes revistas semanais de informação podem ser apreendidas como produções discursivas com características em comum. São definidas, por exemplo, pela mesma periodicidade e pela organização gráfica semelhante. Mesmo com essas propriedades similares, um leitor consegue, ainda na banca, perceber que as capas das diferentes revistas, cada qual à sua maneira, constroem uma encenação particular dos acontecimentos semanais, criando, validando e/ou defendendo um posicionamento. Para o leitor, a capa é o primeiro espaço de manifestação da linha editorial de um veículo, pois marca um lugar do qual a revista fala, e também demarca o público ao qual se dirige.

Esse posicionamento editorial tende a determinar o alinhamento discursivo de todos os textos em circulação em um dado número, tornando-os espaço de disputa de sentido com as revistas concorrentes. Nas capas, essa disputa é, à primeira vista, elevada a outra potência, a ponto de, antes mesmo de ler um texto argumentativo do interior da revista, o leitor se depara com um tipo bastante poderoso de posicionamento discursivo manifestado na articulação entre palavra e imagem. O discurso construído pela manchete apela diretamente a um público leitor específico, que decide ou não levar adiante a leitura.

Em vista disso, a nossa hipótese é a de que as capas de revistas semanais de informação retomam enunciados extraídos de seu próprio interior, ou já em circulação, que são nelas incorporados como um iconotexto, ou seja, produções que associam texto e imagem. O destacamento nas capas, então, engendraria um duplo funcionamento: ao mesmo tempo que indica as matérias mais importantes de uma dada edição, também institui uma determinada relação com o leitor. O objetivo desta pesquisa, portanto, consiste em examinar o funcionamento discursivo das capas de revista, depreendendo o papel da destacabilidade nesse gênero, isto é, o de re-textualizar enunciados do interior da revista e/ou fora dela.

Quanto às questões formuladas ao longo da proposta de viabilização deste estudo, elas são três, a partir das quais o objetivo geral se desdobra: *(i) como se organizam os enunciados nas capas das revistas semanais de informação?*, *(ii) qual a relação desses enunciados na capa com o interior da revista?*, e *(iii) em que medida os enunciados verbais e não verbais das manchetes são resultado de um destacamento de outros textos previamente produzidos, não necessariamente do interior da revista?*

Assim sendo, este livro está organizado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No capítulo *Fundamentação teórica: Análise do Discurso de perspectiva enunciativo-discursiva*, apresentamos o nosso aporte teórico. Sustentados na Análise do Discurso de linha francesa, especialmente nas noções desenvolvidas por Maingueneau, partimos de dois princípios teóricos: o de que o interdiscurso precede o discurso, e o de que o discurso usufrui de certa autonomia ao instituir uma cena enunciativa que o legitima. Ainda nesse capítulo, mobilizamos uma unidade tópica e uma unidade não tópica. Como unidade tópica, elegemos o gênero, que será trabalhado para observarmos as condições de êxito e a valência, no subitem *Enunciação textualizante: gênero do discurso*. Quanto à unidade não tópica, trabalhamos com *percurso* para abordar os caminhos de retomadas e transformações de unidades lexicais ou sequências e suas respectivas re-textualizações. Relacionamos essa unidade não tópica com a questão da destacabilidade, direcionando as reflexões para a enunciação aforizante, no subitem *Enunciação aforizante: as aforizações*. O nosso objetivo, com essa seção, é o de abordar o estatuto pragmático desse regime enunciativo, no que tange ao aforizador, ao auditório e aos enquadres interpretativos. Discorreremos também sobre um grupo específico de enunciados destacados, as particitações.

No capítulo *Procedimentos metodológicos*, são detalhados os seguintes pontos, aos quais correspondem respectivamente uma seção específica: o percurso de pesquisa, as condições de enunciabilidade das revistas coletadas, os aspectos gerais do acervo, a delimitação do *corpus*, a organização e os procedimentos de análise. Em suma, montamos um acervo com as quatro revistas semanais de informação, a partir do qual construímos o *corpus* composto por quatro edições de *Carta Capital* e quatro edições de *Veja*, publicadas no período delimitado. Recorreremos especialmente a publicações da Ciência Política para os aspectos sócio-históricos que permitiram a produção discursiva das capas de revistas semanais de informação publicadas entre os dias 5 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, período correspondente à aceitação do pedido e ao encerramento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

No capítulo *Descrição e análise do corpus*, apreendemos o *corpus* a partir da mobilização de noções apresentadas no quadro teórico com o intuito de: *i*) identificar o modo de organização dos enunciados na capa; *ii*) estabelecer a relação dos enunciados verbais da capa com os textos do interior da revista semanal de informação; e *iii*) averiguar a destacabilidade e o percurso dos enunciados do interior para a capa, apontando as possíveis retomadas e as alterações sofridas pelos enunciados verbais e não verbais

antes e depois de serem alçados à manchete. Seguindo a trilha norteada pela obra de Maingueneau e, sem perder de vista nossas questões de pesquisa, buscamos também investir esforços para apreender, pelas cenas da enunciação, discursos em concorrência nas capas semanais de informação, e também verificar se há nelas enunciados verbais e não verbais que apelam para um conjunto de saberes compartilhados por uma dada comunidade.

De modo geral, esta pesquisa, ao investigar o funcionamento discursivo de um gênero que conjuga imagem e palavra, se junta ao corpo formado pelas pesquisas em Análise do Discurso que buscam tratar do destacamento aforizante em objetos multissemióticos. Além disso, acreditamos que a nossa pesquisa, por analisar um *corpus* específico, composto por capas de revistas semanais, pode aumentar o suporte empírico para os estudos sobre o regime aforizante.

1 Fundamentação teórica: Análise do Discurso de perspectiva enunciativo-discursiva

Neste capítulo, expomos a vertente e o princípio teóricos norteadores, definimos as unidades de análise, especificamos quais aspectos dessas unidades serão mobilizados para análise e apresentamos a fundamentação teórica na qual nos sustentamos. Estabelecer a Análise do Discurso de linha francesa (AD), de perspectiva enunciativo-discursiva, como solo teórico de uma pesquisa implica uma série de definições quanto à noção de discurso e quanto às expectativas de resultados a serem alcançados.

Em primeiro lugar, porque a expressão “linha francesa” pode soar como “categorização da ciência em linhas teóricas geográficas” (van Dijk, 2011), sendo necessário esclarecer que o termo se refere especificamente a uma vertente dessa disciplina que, entre outras características, tem interesse pela heterogeneidade discursiva, privilegia o tratamento da materialidade linguística e assume que o discurso é produzido no bojo de um interdiscurso. Mais especificamente, esta pesquisa se sustenta no empreendimento teórico desenvolvido por Dominique Maingueneau e nas pesquisas que o tomam por base.

Em segundo lugar porque o termo “discurso” é plástico, possui diferentes acepções, a depender da corrente teórica, podendo remeter tanto a um conjunto de textos efetivos quanto aos enunciados possíveis de serem produzidos em consonância a um sistema de restrições que integram domínios semióticos variados, não unicamente linguísticos.

Nesta pesquisa, quando falamos de discurso, estamos tratando de uma materialidade que se forma a partir de três ideias-forças: é assumida por um sujeito, é regida por normas e constrói socialmente o sentido. Para sermos mais precisos, entendemos que discurso é “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir um espaço de regularidades enunciativas”, e que a AD opera com objetos, ao mesmo tempo, integralmente linguísticos e integralmente históricos, buscando articular “um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando as condições de uma ‘enunciabilidade’ possível de circunscrever-se historicamente” (Maingueneau, 2008a, p. 15-17).

Nessa linha teórico-metodológica, considera-se que o discurso é assumido por um sujeito, que imprime coordenadas ao enunciado indicando referências pessoais, temporais e espaciais. Trata-se de uma análise do discurso com inspiração enunciativa, sem implicar que se considere o sujeito como a origem do dizer, mas como o responsável pela enunciação, a depender do grau de adesão em relação ao enunciado.

Além disso, admite-se que o discurso também seja regido pelos gêneros do discurso, que, dentre outras coerções, determinam os papéis dos sujeitos engajados na atividade verbal. Quanto ao sentido, entende-se que seja mais uma construção social do que

uma camada decifrável a partir de marcas nos enunciados, pois, nesta perspectiva, o sentido é “continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas. Essa construção do sentido é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis” (Maingueneau, 2015, p. 29).

Na Análise do Discurso de linha francesa, o princípio teórico norteador é o da primazia do interdiscurso, segundo o qual a interpretação de um enunciado depende da relação que se estabelece com outros enunciados sobre os quais ele inevitavelmente se apoia (Maingueneau, 2008a). Assim, não se considera que a cada discurso corresponda uma identidade fechada, nem que eles sejam constituídos independentemente para depois serem colocados em relação. Por esse princípio, considera-se que, na gênese, o discurso é formado de maneira regulada no interior de um interdiscurso.

Com inspiração enunciativa, essa perspectiva de análise do discurso permite ir além das noções de heterogeneidade marcada e mostrada, entendendo que o *Outro* não seja, necessariamente, um fragmento localizável no enunciado, pois “ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio” (Maingueneau, 2008a, p. 37).

Assim, ao definirmos o primado do interdiscurso como princípio, entendemos ser esse o espaço de análise da materialidade discursiva onde se observa um conflito regulado, no qual se constrói um posicionamento. Esse posicionamento é regido por uma “semântica global” (Maingueneau, 2008a) que integra os diferentes planos do discurso tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação, implicando, dentre outras unidades de análise, a escolha do léxico. Por esse princípio, entende-se, dentre outras implicações, que os lexemas recobrem diferentes categorias exploradas por um discurso, e que o mesmo item lexical pode ser empregado por discursos diferentes, dependendo do posicionamento discursivo. Além do valor estritamente semântico, as unidades lexicais tendem a “adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores são levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo” (Maingueneau, 2008a, p. 81).

Isso porque a semântica global está associada a um “sistema de restrições semânticas” constituindo um filtro, que delimita o dizível em um dado campo discursivo. Por essa

2 Segundo Maingueneau (2007, p. 25), “nem todos interpretam da mesma maneira o postulado do primado do interdiscurso, mas um grande número de pesquisadores o adota”. A primazia do interdiscurso foi inicialmente elaborada como hipótese, mas, dada a sistematização teórico-metodológica da proposta, vários trabalhos atuais filiados à linha francesa aparentemente a tomam praticamente como um pressuposto do qual o analista do discurso parte. A nota introdutória da tradução brasileira do livro *Gênese do discurso*, assinada por Maingueneau, e os textos de Gomes da Silva (2008), Souza-e-Silva e Rocha (2009), Souza-e-Silva (2012a, 2012b) e Sobral (2017) dão força à nossa impressão.

perspectiva, entende-se que “o sistema de restrições não gera enunciados, mas constitui apenas um filtro de enunciados [...] são estruturas que regem a conformidade dos enunciados realizados às restrições de sua formação discursiva” (Maingueneau, 2008a, p. 70). Em harmonia com o primado do interdiscurso, as restrições semânticas devem ser entendidas como as regras de “exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico” (Maingueneau, 2008a, p. 62). Nessa direção, as imposições desse sistema semântico não se restringem à materialidade verbal, e abrangem a produção discursiva nos diferentes planos já que “os diversos suportes semióticos não são independentes uns dos outros, estando submetidos às mesmas escansões históricas, às mesmas restrições temáticas” (Maingueneau, 2008a, p. 138).

Essa abordagem também integra a noção de comunidade discursiva (Maingueneau, 1989, 1991), aqui entendida em sentido amplo para se referir aos grupos ou à organização de grupos no interior dos quais são produzidos e geridos textos, que dependem de um saber partilhado pelos membros. Esses grupos “*existem unicamente por e na enunciação, na gestão destes textos*” (Maingueneau, 1989, p. 56, grifo do autor).

Nessa abordagem teórico-metodológica, destaca-se também a noção de “cenas da enunciação” (Maingueneau, 2013b, 2015), segundo a qual a atividade discursiva é uma encenação da realidade. Com o termo emprestado do mundo do teatro, a noção de “cena” reforça a ideia de que os sujeitos desempenham papéis na interação verbal, e essa metáfora se refere à maneira pela qual o discurso constrói uma representação de sua própria situação, garantindo certa independência discursiva frente às evidências empíricas: o que um texto diz pressupõe um cenário que ele próprio deve validar através de sua enunciação. Essa noção se apoia na ideia de que “o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar. Todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende, de fato, suscitar a adesão dos destinatários, instaurando uma cenografia que o legitima” (Maingueneau, 2015, p. 123).

Pelas cenas da enunciação, três dimensões interagem (2013a, 2015): a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. O primeiro acesso do leitor é a cenografia: no caso de nosso objeto, ao se deparar com uma capa de revista, tratada como produção discursiva, ele tem contato com uma encenação da realidade construída por enunciados verbais e não verbais. Todavia, esse envolvimento é feito também por outras duas cenas: simultaneamente, o leitor é interpelado como *aquela a ser informado* (cena englobante

3 O conceito de “formação discursiva”, discutido em diversas obras, dentre as quais lembramos a coletânea *Cenas da enunciação*, organizada por Sírio Possenti e por Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, torna-se mais bem delimitado no empreendimento teórico de Maingueneau a partir da noção de “posicionamento” (Maingueneau, 2015).

mediática) e *aquela que precisa ler o conteúdo do interior* (cena genérica capa de revista). A enunciação se concretiza concomitantemente pelas três cenas.

A cena englobante corresponde ao tipo de discurso ao qual uma dada produção pertence, a partir do recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gênero do discurso. Nessa dimensão enunciativa, define-se um número determinado de propriedades específicas ligadas aos participantes da situação de discurso. Já a cena genérica está relacionada a um gênero, o qual define os papéis a serem desempenhados pelos interlocutores. Essas duas cenas definem o que se pode chamar de “quadro cênico”, ou seja, “o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero do discurso” (Maingueneau, 2013a, p. 97).

Quanto à cenografia, é esta a dimensão em que o discurso se manifesta e se desenvolve plenamente: o texto institui a própria enunciação que o torna pertinente. Na apreensão da cenografia, observa-se como se constrói uma encenação singular da enunciação e como o locutor institui para si uma autoridade enunciativa, que pode ser acessada a partir de marcas linguísticas. O ato de enunciação, assim, supõe a instauração da dêixis enunciativa (*ego, hic et nunc*), cujas instâncias recobrem os participantes, o tempo (cronografia) e o espaço (topografia), linguística e discursivamente marcados.

Dessa forma, a cenografia desloca o quadro cênico para o segundo plano, sendo a dimensão enunciativa com a qual o leitor lida, em um processo de “enlaçamento paradoxal”, já que a cenografia é, ao mesmo tempo, o que engendra o discurso, e o que é engendrado por ele; “ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia de onde vem o discurso é precisamente a cenografia necessária para enunciar como convém” (Maingueneau, 2013b, p. 191).

Seguindo com as definições dessa linha teórica, assume-se que a atividade de fala se manifesta segundo dois regimes enunciativos: um regido propriamente pelos gêneros do discurso, e outro que, apesar de inscrever o enunciado no horizonte de um gênero, obedece a uma lógica distinta. Diferenciam-se, então, dois tipos de enunciação: a enunciação textualizante e a enunciação aforizante.

Tendo em vista o princípio do interdiscurso, a noção básica de cenas da enunciação e a concepção de dois regimes enunciativos, podemos dizer que a nossa pesquisa se inscreve também no viés segundo o qual análise do discurso é uma atividade tanto analítica quanto integradora (Maingueneau, 1991, 2008b). A primeira atividade visa a articular os diversos componentes da discursividade, tais como os diversos textos no interior de um mesmo posicionamento ou os dispositivos de comunicação que eles

implicam. A segunda está relacionada a procedimentos que não visam a desenvolver uma rede de articulações, mas a destacar nos textos pontos de inconsistências, falhas, lacunas etc.

Sublinhamos também que essa tendência não é prescritiva, não lhe cabendo determinar aos sujeitos regras de formação de enunciados em dadas circunstâncias, pois compartilhamos da ideia de que “o analista se ocupa não de emitir um julgamento, mas de compreender o que está em jogo nos julgamentos que os locutores fazem da língua e de seus usos” (Krieg-Planque, 2018, p. 54). No mais, os trabalhos desta linha teórica tornam explícitas redes de relações pouco suspeitas, e operam com unidades tópicas e não tópicas: as primeiras correspondem às categorias previamente delineadas pelas práticas verbais, e as segundas são construídas pelos pesquisadores, independentes dessas fronteiras (Maingueneau, 2007, 2008b).

Nesta pesquisa, mobilizaremos a categoria de gênero, enquadrada como unidade tópica territorial, assim denominada porque corresponde às fronteiras impostas pelo próprio *corpus* e corresponde aos espaços já preestabelecidos pelas práticas verbais. Essas unidades são observáveis a partir do agrupamento de produções de certos setores da atividade social, de acordo com a lógica do funcionamento de um aparelho institucional ou de um campo discursivo, segundo a qual determinados dispositivos sócio-históricos de comunicação instituem práticas verbais específicas – por ex.: um aparelho institucional como o *hospital* faz circular gêneros de discurso diferentes daqueles produzidos pela *escola*. Operaremos com esta unidade tópica para abordar questões relativas ao gênero, no que tange às condições de êxito e à valência genérica. Mesmo refletindo sobre essa unidade tópica, nossos objetivos de pesquisa decididamente não contemplam a proposta de elaborar uma “cartografia” dos gêneros que uma revista semanal põe em circulação.

Da mesma forma, mobilizaremos a noção de *percurso*, unidade não tópica pela qual se consegue estabelecer os caminhos de retomadas e transformações do significado e/ou do significante de uma palavra ou sequência, bem como suas re-textualizações. Por essa categoria, problematiza-se o contexto da frase destacada, levando em conta o espaço de circulação e a multiplicidade de lugares em que é retomada e/ou comentada. Logo, “não se trata de procurar um ‘verdadeiro’ sentido de certa expressão, mas, antes de tudo, de explorar uma disseminação” (Maingueneau, 2015, p. 95). Nesta pesquisa, a noção de percurso será mobilizada para atravessar unidades tópicas variadas – no caso, os gêneros de uma dada edição – e mostrar o movimento de saída do enunciado de um gênero no interior da revista para o gênero capa de revista.

Nos dois subitens a seguir, discorreremos teoricamente sobre cada uma das unidades com as quais trabalhamos, relacionando-as com um regime enunciativo.

1.1 Enunciação textualizante: gênero do discurso

Na Análise do Discurso de linha francesa, gênero do discurso designa dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos, associados a um tipo de discurso. Por essa perspectiva, de influência dialógica e sócio-retórica, os gêneros possuem relativa estabilidade que permite a permanência e a transmutação, resultado de fatores tanto de ordem histórica e social quanto das mudanças de finalidade relacionadas às diferentes atividades humanas, as quais, dado o dinamismo da sociedade contemporânea, estão em constante reformulação.

Nesse sentido, entende-se que um determinado gênero de discurso só pode aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes em um dado momento de uma dada sociedade: “Os gêneros evoluem com a sociedade. Uma modificação significativa de seu modo de existência material é o suficiente para transformá-los profundamente” (Maingueneau, 2004, p. 46). Partindo do pressuposto de que a sociedade é dinâmica e de que os sujeitos são mediados por gêneros que os constroem, aprende-se que essa unidade tópica designa dispositivos sócio-historicamente definidos, e que as várias produções em circulação na sociedade se submetem a um conjunto de coerções comuns, que permitem o agrupamento sob determinada rubrica; afinal, seria utópico considerar um enunciado livre de qualquer coerção.

Além disso, a unidade tópica gênero está diretamente associada a uma unidade superior, a do “tipo de discurso”, termo utilizado para “designar práticas discursivas ligadas a um mesmo setor de atividade, agrupamentos de gêneros estabilizados por uma mesma finalidade social” (Maingueneau, 2015, p. 66). Nessa relação, podem-se observar práticas comuns que atravessam diferentes gêneros de um mesmo tipo de discurso, podendo ser integradas em dimensões simultâneas e contemplando, ao mesmo tempo, um conjunto de regras sobre as quais o discurso se desenvolve. Essas restrições também organizam um conteúdo a ser comunicado, que tanto remete a um modo específico de enunciação, quanto instaura o estatuto conferido aos participantes da interação, ou seja, o enunciador e o coenunciador.

Esta associação entre tipo e gênero, entretanto, não é evidente porque “um mesmo gênero de discurso pode, com efeito, estar relacionado a diferentes esferas de atividades, em função dos imperativos da pesquisa desenvolvida” (Maingueneau, 2015, p. 67). Assim sendo, nesta pesquisa, para abordar esse espaço estável no interior do qual o

enunciado adquire sentido, definiremos o quadro cênico de nosso objeto dado que se pode apreender capa de revista semanal de informação como uma produção discursiva do tipo midiático jornalístico.

Em linhas gerais, o discurso midiático jornalístico refere-se a um lugar no universo discursivo de onde emana um poder simbólico para construir conhecimentos e sentidos sobre a vida cotidiana (Ringoot, 2014; Miguel; Biroli, 2017), para formar a opinião pública por meio dos discursos que faz circular (Benetti, 2013), e para estabelecer uma relação intersubjetiva de vínculo entre uma instituição midiática de produção e um público leitor (Franciscato, 2005).

Inscrita nesse lugar, essa produção discursiva interage com outros discursos, apresentando algumas peculiaridades, dentre as quais se destacam “a categorização das informações em cadernos ou rubricas (política, econômica, esportiva...), as citações de fontes em artigos (notáveis ou anônimos socialmente identificados), a fala concedida a personalidades de fora do jornal (escritores, acadêmicos)”⁴ (Ringoot, 2014, p. 39, tradução própria).

Nessa direção teórica, concorda-se também que a produção no campo midiático “impõe enquadres para a expressão por meio dos gêneros, das rubricas, dos formatos, da temporalidade, de tipos de narrativa” (Krieg-Planque, 2011, p. 29, tradução própria). Apesar dessa interação, os gêneros de discurso associados ao discurso do tipo midiático jornalístico foram produzidos com a finalidade primeira de informar, por isso a enunciação nesse quadro exige a inscrição em dimensões particulares, quais sejam:

- a) *Pública*, relacionada aos interesses econômicos e institucionais tanto quanto aos interesses coletivos de ser o provedor de informações e de representação da diversidade social, e à representação das normas, das práticas e dos supostos consensos da sociedade (Benetti, 2013);
- b) *Normativa*, correspondente a regras, princípios e valores impostos e esperados à prática jornalística, dentre as quais se destaca a credibilidade e o valor-notícia, ou seja, ao conjunto de critérios que devem ser atendidos para que um fato se torne notícia (Wolf, 1992); e,

4 Parágrafo original: “L’interaction avec d’autres discours sociaux est signifiée par les dispositifs énonciatifs : la catégorisation de l’information en cahiers ou rubriques (politiques, économiques, sportives...), les citations des sources dans les articles (notables ou anonymes socialement identifiés), la parole donnée à des personnalités extérieures au journal (écrivain, universitaire, politique, scientifique, signant un article)”.

5 Parágrafo original ao qual a citação faz remissão: “les média imposent des cadres de l’expression à travers des genres, des rubriques, des formats, une temporalité, des types de mise en récit”.

- c) *Técnica*, referente às construções do texto jornalístico, que compreendem o verbal e não-verbal: o projeto gráfico, a escolha das imagens para simular objetividade, o efeito de imparcialidade (como o uso de formas impessoais ou de terceira pessoa, por exemplo), e de veracidade (com a apresentação de testemunhas ou a ancoragem do texto verbal a uma fotografia) (Lage, 2005).

Por esse ângulo, entendemos que, para que uma produção discursiva seja considerada do tipo midiático jornalístico, o modo de enunciação precisa atender a essas três dimensões, sendo elas as “condições de legitimação do dizer” (Maingueneau, 2008a, p. 130), ou seja, o modo de enunciação ao qual um sujeito deve se ajustar para se inscrever nesse campo, independente do gênero. Com efeito, o sujeito discursivo, ao enunciar no campo midiático jornalístico, se reveste de todo aparato de uma prática institucionalizada socialmente reconhecida para encenar a realidade com uma narrativa não falseável, de autenticidade garantida, fazendo com que um fato seja, ao mesmo tempo, relatado e construído discursivamente (Franciscato, 2005).

Outro aspecto a ser ressaltado é o de que os discursos que circulam nesse campo constroem uma encenação com um começo, um meio e uma conclusão, recortando do real o que é necessário para torná-lo suficientemente coerente e pronto para ser assumido como tal. No campo midiático jornalístico, a encenação evocará tanto mais a realidade quanto mais elementos objetivos forem fornecidos (Navarro, 2010; Cabral, 2013).

Integrada ao tipo midiático jornalístico, a produção discursiva define, por conseguinte, uma situação de discurso envolvendo a instância midiática no papel de enunciador e a instância leitora a qual ela se dirige no papel de coenunciador. Essa interação, no entanto, não é tão simples porque as duas instâncias não são estanques e mantêm uma complexa relação entre si: no nível da produção, não apenas se transmite saberes, mas também se produz uma encenação particular sobre os acontecimentos do mundo e se (re)produzem representações sobre esses acontecimentos e sobre o público ao qual se dirige; e, no nível da recepção, esse público nem sempre acata ou corresponde a essas representações.

O enunciador midiático jornalístico, apesar de se apresentar como único, é atravessado pela multiplicidade de discursos correspondentes a interesses mercadológicos, políticos e editoriais. Essa instância enunciativa corresponde, ao mesmo tempo, a uma empresa, que deve zelar pela saúde financeira, e a uma instituição jornalística, que deve encenar os fatos conforme uma linha editorial, aqui entendida como o “sistema de restrições semânticas” (Maingueneau, 2008a).

Como a equipe de redação costuma ser heterogênea, composta não somente por jornalistas geralmente especializados em áreas específicas, mas também por personalidades de notório saber ou prestígio na sociedade – todos eles subordinados hierarquicamente a um editor-chefe –, podemos entender a instância midiática jornalística como uma “instância de enunciação complexa” (Maingueneau, 2008b, p. 111) cuja produção emerge da colaboração de pontos de vista convergentes ou de um compromisso entre pontos de vista divergentes para marcar a posição de um grupo em um campo.

Nessa interação, o coenunciador corresponde ao público leitor, entidade também difícil de ser tratada como homogênea. O veículo pode até fazer previsões e levantar hipóteses a respeito da avaliação do público, baseadas em critérios como o de credibilidade que o leitor pode atribuir à instância midiática, o do grau de clareza com o qual o texto é redigido (explicações muito complexas, vocabulário excessivamente técnico), por exemplo; todavia, nessa perspectiva de estudo, entende-se que o perfil leitor é construído discursivamente a cada edição lançada, que compõe uma sequencial no fio da história da revista. Sendo heterogênea e instável, a instância coenunciadora é entendida, portanto, a partir da noção “superdestinatário” (Maingueneau, 2015), correspondente a um “representante ideal” ao qual o enunciador se dirige.

Avançando na definição do quadro cênico de nosso objeto, abordamos, agora, as questões relativas ao gênero. A diversidade das atividades verbais no regime textualizante pode ser organizada em gêneros, que são submetidos a um regime de produção conforme o grau de variação pessoal possível aos sujeitos. Os gêneros, então, podem ser organizados em dois grupos: o primeiro contempla gêneros reivindicados como parte integrante da definição de uma dada atividade discursiva, na qual (ou segundo a qual) o papel dos participantes é particularmente estável e estabelecido *a priori*, e cujos parâmetros são resultado de restrições comunicacionais, de acordo com regras sociais específicas; o segundo grupo contém os gêneros cuja organização textual e cujo conteúdo são mais instáveis por não estarem fortemente relacionados nem a lugares nem a papéis institucionais.

Em razão desses graus de variação, defende-se que gêneros são produzidos a partir de dois regimes: um regime instituído, cujos “parâmetros que constituem tais gêneros resultam, na verdade, da *estabilização de restrições* ligadas a uma atividade verbal que

6 Noção introduzida por Bakhtin para se referir a um terceiro que se sobrepõe ao destinatário imediato da interação verbal. Em Maingueneau (2015, p. 119), a noção é trabalhada em um sentido mais restrito: “Os produtores de discurso derivados de determinada cena englobante devem, por meio de sua enunciação, mostrar que se conformam aos valores prototipicamente relacionados ao locutor pertinente para o tipo de atividade verbal em pauta”.

se exerce de maneira repetitiva, em uma determinada situação social”; e um regime conversacional, cujos gêneros não são “estritamente ligados a lugares institucionais, a papéis e a *scripts* relativamente estáveis. Sua composição e temática são mais frequentemente instáveis” (Maingueneau, 2004, p. 47, grifo do autor).

A noção de gênero, nessa perspectiva teórico-metodológica, pode ser integrada a outra mais abrangente, a de hipergênero (Maingueneau, 2010, 2015), rubrica posicionada acima do gênero, que comporta uma larga faixa de textos, servindo a situações de comunicação variadas. A essa rubrica corresponde um “tipo de organização textual de coerções pobres, relativamente estável com o decorrer dos séculos, no interior do qual podem-se desenvolver variadas encenações de palavras” (Maingueneau, 2013a, p. 123). Observaremos essa questão em nosso *corpus*.

Salvos os regimes de produção, o gênero também está submetido a “condições de êxito” (Maingueneau, 2004, 2013a) de forma a apreendê-lo enquanto dispositivo de comunicação sócio-historicamente definido e “normalmente caracterizado por parâmetros tais como os papéis dos participantes, suas finalidades, seu médium, seu enquadramento espaço-temporal, o tipo de organização textual que eles implicam, etc.” (Maingueneau, 2004, p. 45).

Sobre os aspectos mais gerais das condições de êxito de nosso objeto, podemos afirmar que a finalidade das capas das revistas semanais de informação é a de fornecer ao leitor uma visão panorâmica de temas variados ocorridos nos últimos sete dias (Vaz; Trindade, 2013). Grosso modo, essas publicações, se comparadas às outras do tipo midiático jornalístico – como a primeira página de um jornal diário, por exemplo –, destacam-se pela periodicidade ampliada: de um lado, o leitor estabelece relação menos estreita com os fatos, dada a distância temporal entre a publicação e os eventos empíricos aos quais remetem; de outro, espera-se que a produção seja resultado do investimento em técnicas mais aprimoradas no que tange à formulação da pauta, tempo de apuração e tratamento da linguagem – tanto que não é incomum, nos outros gêneros das revistas, a presença de construções mais desenvolvidas, com aspiração literária ou com incrementos de “didatização” para discussões científicas, de certa forma, dirigidos à educação das pessoas (Tavares; Schwaab, 2013).

Quanto aos papéis estabelecidos para os parceiros, eles dependem de quem parte a fala e a quem ela se dirige, bem como das competências específicas associadas a comportamentos discursivos a serem desempenhados por estes participantes. O gênero estabelece um contrato com termos não necessariamente explícitos, os quais os interlocutores pressupostamente subscrevem. No caso das capas, essa determinação

implica um papel sob a perspectiva da condição de que o coenunciador é aquele que precisa ser informado, e o enunciador é aquele que tem condições de fazê-lo (Puzzo, 2009). Esses dois participantes da interação só podem ser entendidos, como dissemos, em termos de instâncias.

O lugar apropriado para a circulação refere-se ao ambiente físico/material ou ao ambiente digital em que o gênero circula. Cada gênero implica um certo lugar e um certo momento, que não estão necessariamente relacionados a coerções externas, mas à própria constituição do gênero. As revistas, como um todo, estão nas bancas e expostas em seções específicas das livrarias. Já as capas são sempre pensadas para serem vistas em meio a muitos outros estímulos visuais, por isso apresentam a peculiaridade de, ao mesmo tempo em que são expostas nas bancas junto à revista, também aparecem distribuídas independentemente em vários pontos da cidade como se fossem cartazes ou *outdoors* (Vaz; Trindade, 2013).

O modo de inscrição na temporalidade está relacionado à periodicidade ou duração de continuidade de um gênero. Considerando que a atualidade é um fator preponderante no campo midiático jornalístico, a duração presumida de uma edição de revista semanal de informação é de sete dias, sendo um tipo de publicação com periodicidade mais larga em comparação aos jornais. Devido ao tempo de produção e de duração da notícia, existe certa longevidade na presença da publicação e dos temas abordados (Tavares; Schwaab, 2013).

O suporte é a dimensão midiológica dos enunciados (manuscrito, impresso, falado, pintado etc.), que é inseparável do texto. Na versão física, as revistas semanais de informação costumam ter formato padrão (20 x 26,5 cm), impressas em papel *couché*. Na versão digital, a visualização se adapta ao dispositivo móvel em que estiver sendo acessada, e é comum a presença de animação, som e vídeo.

A composição está relacionada ao modo de encadeamento dos constituintes do texto. Nas revistas semanais de informação, esta organização formal depende do projeto gráfico, que define uma composição condicionada pelos interesses e necessidades do público-alvo a que se destina, pelos critérios de edição e pelos valores-notícia (Grunskynski; Calza, 2013).

Para os fins desta pesquisa, entendemos que as capas das revistas semanais de informação são um gênero discursivo rotineiro do tipo midiático jornalístico, mas isso não significa que elas sejam subordinadas exclusivamente aos procedimentos desse tipo discursivo. Na verdade, trata-se de um tipo de dispositivo de características específicas,

que também atende a várias demandas para as elaborações jornalísticas que nele operam. Salva a função pública de informar, revistas dessa categoria “entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (Scalzo, 2004, p. 13), e também possuem a peculiaridade de, dentre outros aspectos, trabalhar com a reiteração de grandes temáticas, permitir o exercício de diferentes estilos de textos, utilizar critérios de seleção específicos para definir a capa, apresentar uma estética particular, em que o verbal e o não verbal são percebidos como unidade, e estabelecer uma relação direta com o leitor (Benetti, 2013).

Ao tempo que se revestem do frescor da novidade, as capas das revistas semanais de informação também criam um efeito de recorte natural sobre os temas que apresentam ao construírem uma encenação da realidade que merece a atenção indispensável do leitor, reiterando a relevância pública de abordar um acontecimento que advém das próprias necessidades da vida social. Desse modo, o enunciador nas capas das revistas se inscreve em um lugar discursivo de “saber dizer”, autorizado por lugar de legitimidade e de credibilidade advindo do jornalismo, e o coenunciador é aquele que precisa tomar conhecimento das demandas apresentadas pelo enunciador (Benetti, 2013).

Dada a intensa construção e circulação de enunciados que devem ser veiculados pelos dispositivos midiáticos, o campo midiático jornalístico é lugar privilegiado para antecipação da reapropriação de discursos, de forma que eles sejam “retomados em outras circunstâncias, por outros tipos de locutor, em outros termos, encarnados em outros gêneros e outros registros” (Krieg-Planque, 2018, p. 44). Assim, nesse domínio deve-se considerar que boa parte do trabalho dessa categoria profissional é dedicado à reformulação, reescrita e retomada de enunciados, pois é uma atividade coletiva e não solitária, como se supõe ser a do escritor literário.

Partindo dessa permissa, julgamos que, além das condições de êxito, soma-se em importância refletir também sobre as condições de utilização dos textos e a interação entre gêneros bastantes diversos. Isso implica reconhecer a existência de gêneros irradiadores, ou seja, “que têm a capacidade de ativar a produção verbal de outros gêneros, de fazer falar dele” (Maingueneau, 2010, p. 105). Potencialmente, a produção no campo midiático jornalístico é lugar privilegiado para essa irradiação porque deve levar em conta a capacidade de um texto fazer surgir novas produções ou de circular em diferentes suportes.

A irradiação, em nossa perspectiva teórica, é apreendida como valência genérica, que pode ser interna ou externa. Por valência interna, entende-se “o conjunto dos modos de existência comunicacional de um texto, que são historicamente variáveis”; por valência

externa; “a(s) rede(s) de gêneros de discurso de que faz parte um gênero em uma mesma esfera ou lugar de atividade” (Maingueneau, 2015, p. 71).

Passando às diferenças mais precisas entre as duas, compreende-se que a noção de valência genérica interna permite observar o processo de circulação de um gênero, e tangencia a questão do suporte (relação que, em virtude do *corpus* e dos objetivos da pesquisa, não cabe aprofundar), quando se tenta limitar o controle de circulação das publicações, especialmente na sociedade contemporânea em que a internet impera, permitindo que sejam produzidas “cópias” não esperadas. A título de exemplo, duas produções hipotéticas: uma matéria televisiva que fica disponível no *site* do programa que a veicula, e a publicação de uma portaria do Ministério da Educação no *Diário Oficial da União*. Em ambos os casos, o vídeo e a portaria surgiram de uma produção primeira, com circulação mais ou menos limitada, que, mais tarde, pode ser ampliada em diferentes cópias, com alcance diverso em relação ao alcance do texto original.

Sobre as cópias, é sabido que, hoje, qualquer produção, seja em situação formal ou informal, pode chegar ao ambiente digital e ser compartilhada gratuitamente de forma a estimular comentários e/ou o debate. A depender do tipo de produção, distinguem-se o núcleo e seus avatares (Maingueneau, 2015): no caso dos exemplos citados anteriormente, os núcleos seriam a matéria transmitida ao vivo na televisão e a portaria emitida no gabinete do ministério; os avatares seriam, respectivamente, o vídeo no *site* do programa/portal da emissora e a publicação no DOU. Em pormenores, os avatares são caracterizados em: prescritos (aqueles de circulação obrigatória em outro suporte); previsíveis (aqueles de reprodução facultativa para que se atinja um público mais amplo); e indesejáveis (aqueles realizados sem o consentimento do autor e as publicações piratas).

Já a noção de valência externa concerne à sequencialidade, ou seja, ao encadeamento segundo o qual interagem os gêneros. Um assessor de imprensa, por exemplo, precisa ter em mente que o pronunciamento de uma personalidade pública servirá às redações de jornais e aos *sites* de notícias. Trata-se de um processo de irradiação, ou seja, do “poder que um gênero tem de fazer com se fale dele em outros gêneros, além de nutrir conversas de parcelas mais ou menos vastas da população” (Maingueneau, 2015, p. 73).

No caso das revistas semanais de informação, a valência opera em, pelo menos, duas direções. Em primeiro lugar, é preciso considerar que, ao tomar um número em mãos, o leitor não fica diante apenas de uma edição isolada, mas de uma produção discursiva e material que aponta tanto para o passado, porque se inscreve em uma sequência de números anteriores, quanto para o futuro, porque dá sinal da permanência daquela

publicação em expectativa com a sobrevida pelos números posteriores. Em segundo lugar, a cada edição lançada, as revistas pressupõem a produção de avatares uma vez que a circulação é predominantemente física, mas também é inevitavelmente digital, já que muitas delas podem ser acessadas na internet, inclusive por plataformas não autorizadas.

De todo modo, a valência genérica atua de modo profícuo na prática do campo midiático jornalístico, uma vez que “o jornalista é inclinado a reproduzir uma frase importante que poupará do tempo e dos riscos de recuperar todos os conteúdos de um longo discurso” (Krieg-Planque, 2016, p. 25). Nas produções discursivas midiáticas jornalísticas, há uma tendência a favorecer a construção de enunciados que visem a circulação ulterior, em outros gêneros, o que nos permite entender que a valência esteja, de certa forma, associada à destacabilidade.

1.2 Enunciação aforizante: as aforizações

Para esta pesquisa, mobilizamos *percurso*, unidade não tópica que permite explorar a disseminação de unidades lexicais, de frases ou de fragmentos de textos, evidenciando retomadas e transformações “do significado e/ou do significante de uma palavra ou de um grupo de palavras em uma série de textos, múltiplas recontextualizações de um mesmo texto ou fragmento de texto” (Maingueneau, 2015, p. 96). A unidade percurso está em relação bastante estreita com a destacabilidade, fenômeno compreendido como o ato de pôr em evidência um determinado enunciado associado a outros que formam o todo do texto.

Essas ocorrências podem ser facilmente observadas nas notícias da mídia impressa, em que o paratexto (títulos, subtítulos, por ex.) foi criado a partir de destacamentos de excertos do corpo da notícia. Para a Análise do Discurso, há um tipo especial de destacamento, quando o enunciado é condicionado a determinadas restrições correspondentes a um estatuto pragmático particular. Segundo Souza-e-Silva (2017), essa problemática aparece desenvolvida mais especificamente nos seguintes livros de Dominique Maingueneau: *Cenas da Enunciação*, *Doze conceitos em Análise do Discurso*, e *Frases sem texto*, no qual é organizado o todo orgânico sobre o assunto.

Nas palavras do autor, quando o “enunciado destacado não é mais um fragmento de texto, ele tem a ver com um regime específico, que chamaremos de aforização”.

7 Maingueneau (2014) explica que apesar de *aphorizo*, em grego antigo, remeter a uma operação de determinação, a acepção contemporânea mais usual do termo, registrada no *Grand Larousse de la langue française*, é a de frase com ar sentencioso, que resume em palavras uma verdade fundamental.

(Maingueneau, 2014, p. 27). O termo também remete aos enunciados produzidos nesse regime⁸. Do ponto de vista classificatório, as aforizações podem ser organizadas em primárias ou secundárias, a depender do tipo de destacamento. O primeiro grupo contempla os enunciados destacados por natureza, concebidos para serem autônomos, como os *slogans*, os adágios jurídicos e os provérbios. Já no segundo grupo, estão aqueles que foram destacadas de outros textos: citações célebres, manchetes entre aspas etc. Nesse grupo também estão os enunciados destacados cujo texto-fonte o leitor não consegue recuperar; daí, então, a necessidade de distinguir dois tipos de destacamento: quando a aforização está próxima do texto de origem, fala-se em destacamento fraco; quando está dissociada do texto de origem, fala-se em destacamento forte (Maingueneau, 2008b). Em nosso entender preliminar, distinguir gradações de destacamento pode ser problemático, tendo em vista que a recuperação do texto-fonte tende a depender mais da comunidade discursiva que tem contato com esses enunciados do que do trabalho próprio de destacamento. Observaremos essa questão em nosso *corpus*.

Em certa medida, pode-se objetar quanto à independência dos enunciados destacados em relação ao texto de origem. Afinal, tanto os títulos quanto os subtítulos de uma matéria, por exemplo, estão inscritos em um texto, e este pertence a um conjunto mais amplo, o jornal ou uma revista. Para as produções do regime textualizante, texto pode ser entendido de duas formas: como correlato de gênero do discurso ou como conjunto de frases que pode ser analisado quanto aos mecanismos de coesão ou aos fatores de coerência. São concepções que se assentam nas tendências Linguística Textual segundo as quais o texto é um espaço de interação e de trabalho cognitivo para a construção de encadeamento de sequências.

Com efeito, o destacamento tensiona essa concepção da irredutibilidade do texto. Alguns enunciados, como os provérbios, criam certo embaraço para os defensores mais ortodoxos de texto como unidade irredutível porque, por um lado, tem-se “o sentimento de que o provérbio constitui um enunciado autônomo e, por outro lado, ele não aparece isolado, mas inserido em textos que derivam de gêneros” (Maingueneau, 2010, p. 10). Os provérbios, como aforizações primárias, simulam existir independentemente dos empregos em textos específicos.

A defesa de que fragmentos do texto podem circular independentemente não é feita à revelia, sendo construída a partir de uma série de desdobramentos teóricos, dentre os quais mencionamos a necessidade de distinção entre o enunciado destacado e o enunciado destacável: os primeiros correspondem àqueles que são resultado de um

⁸ Para detalhes sobre a construção do percurso teórico sobre o regime enunciativo aforizante, ver Cabral (2021).

destacamento; os segundos são aqueles que apresentam uma marcação apropriada para o destacamento. Para esse segundo grupo, as produções no campo midiático encontram espaço de circulação com inevitável prerrogativa, posto que o destacamento está inscrito no próprio funcionamento da máquina midiática, lugar central do compartilhamento das opiniões e das decisões.

Não muito dificilmente, como parte da rotina dos profissionais desse campo, especialmente os das assessorias de comunicação que tentam controlar a circulação de trechos dos textos que produzem, os profissionais da comunicação seguem procedimentos técnicos tanto para construção de sequências curtas situadas em posição de realce no corpo do texto, sendo o início ou o fim as mais comuns, quanto para a produção de frases impactantes e curtas que serão recuperadas pelos outros veículos como a condensação de todo o conteúdo de uma fala pública e postos a circular pela imprensa (Krieg-Planque, 2011) ou em contextos insuspeitos, como as exposições (Souza-e-Silva, 2020).

Observando essa prática sob o ponto de vista discursivo, assume-se a possibilidade de sinalizar um determinado enunciado como candidato potencial ao destacamento, em um processo denominado “sobreesseveração” (Maingueneau, 2012a, 2014), modalização enunciativa de formatação de um fragmento do texto que se sobressai em relação ao restante dos enunciados. Uma sequência sobreesseverada é “relativamente breve, portanto, memorizável, e constitui uma tomada de posição do enunciador sobre uma questão polêmica” (Maingueneau, 2014, p. 15), e deve atender às seguintes características, não necessariamente cumulativas:

- Ser relativamente breve, de estrutura pregnante de significante (simetria, por ex.) ou de significado (metáfora, por ex.);
- Estar em posição relevante no texto, de forma que se possa atribuir o estatuto de condensado semântico; e,
- Ser introduzida pelo metadiscurso, particularmente pelos conectores de reformulação (“em outras palavras”, “ou seja”, etc.)

Tendo em vista essas características, diz-se que é fortemente sobreesseverada uma sequência em que essas marcações ocorrem cumulativamente na totalidade. No caso de nem todas essas marcas serem mobilizadas, pondera-se a operação dos marcadores de tal modo que o caráter generalizante e a brevidade são mais preponderantes do que a posição privilegiada do enunciado.

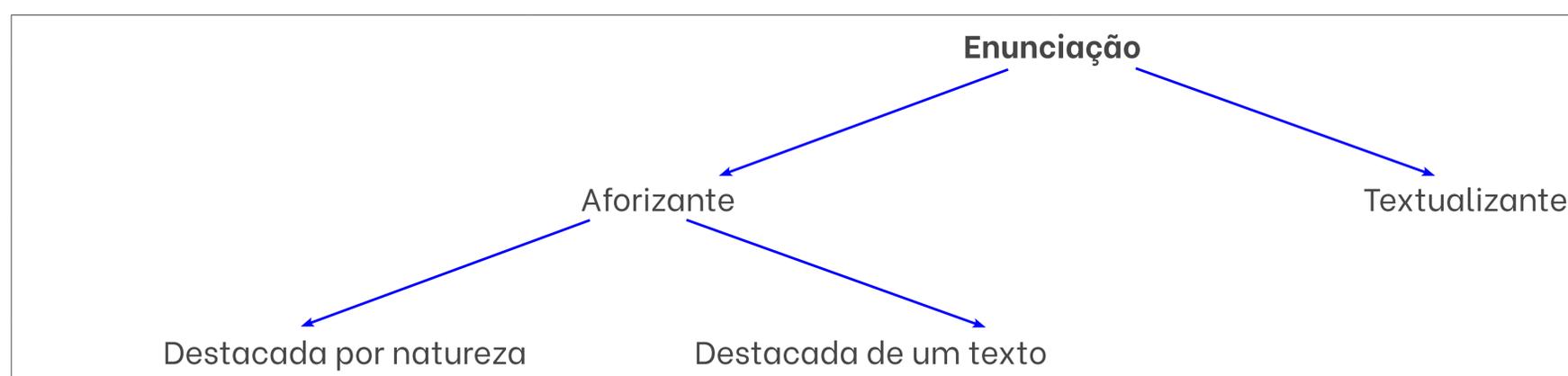
Com essas propriedades, a sobreesseveração opera em dois níveis: no nível textual, o enunciado sobreesseverado aspira à destacabilidade, porque sua compreensão

independe do que precede e do que sucede; no nível enunciativo, apresenta-se como generalizações. Postos esses indícios, entende-se que a saída do enunciado é apenas uma possibilidade, tendo-se em conta que nem todo enunciado sobreasseverado resulta efetivamente em um enunciado destacado.

Em geral, os enunciados destacados sofrem alterações quando saem do texto-fonte. No caso das produções do campo midiático, essas alterações são elevadas ao paroxismo: o jornalista pode operar destacamento de diversas fontes e fabricar um único enunciado a partir de segmentos variados, e ainda pode manipular os enunciados de forma que o locutor efetivo do enunciado fonte não coincide com o locutor do enunciado destacado. Essas alterações revelam que os enunciados destacados possuem um estatuto pragmático específico, relacionado à “enunciação aforizante”.

Considerar a enunciação aforizante implica admitir que a atividade de fala corresponde a dois regimes distintos, ou seja, a duas formas particulares de se estabelecer a comunicação verbal e os participantes da interação. Ao regime aforizante (ou enunciação aforizante) opõe-se o regime textualizante, que, como vimos no item anterior, inscreve cada enunciado no horizonte do gênero do discurso. A distinção entre os dois regimes pode ser representada no esquema abaixo.

Figura 1 – Dois regimes enunciativos



Fonte: Maingueneau (2014)

A discrepância entre os dois regimes é notada em vários planos. O nosso objetivo não é o de levar essa discussão teórica à exaustão; contudo, alguns refinamentos teóricos são necessários para definição do estatuto pragmático das aforizações. Os enunciados produzidos no regime textualizante são trabalhados seguindo a teoria dos gêneros do discurso, mais especificamente aquelas afiliadas à tradição do Círculo de Bakhtin. Nesse regime, a atividade de interação é especificada pelas restrições do gênero, que definem duas posições correlativas, a de produção e a de recepção, pelas quais “não nos relacionamos com Sujeitos, mas com facetas, aquelas que são pertinentes para a

cena verbal, onde a responsabilidade do dizer é partilhada e negociada” (Maingueneau, 2010, p. 13).

Os enunciados produzidos no regime aforizante almejam funcionar fora das coerções do gênero. Por esse regime são produzidas as “frases sem texto”, assim chamadas porque são “enunciados que, ao mesmo tempo, não entram nas sequências organizadas de frases e que também não são o produto de um gênero do discurso” (Maingueneau, 2015, p. 132). Ou seja, as aforizações rejeitam a concepção de frase, como se pode perceber nas manchetes dos jornais e das capas de revista que, ao tempo que costumam ser frases nominais, não comportam ponto final, a não ser o de interrogação ou de exclamação.

Nas produções midiáticas, proliferam esses enunciados aforizados. São diversas as motivações desse fenômeno: as aforizações criam o efeito de enunciado personalizado, e, nos textos em que o foco é um testemunho direto, o enunciado atestado, formatado, e com uma tomada forte de posição, se sobressai em relação ao todo do texto, notadamente argumentativo. De certa maneira, pode-se entender que o papel das aforizações na máquina midiática, para notoriamente promover o efeito de dramatização e apelar rapidamente ao público, é o de desconjuntar a totalidade do texto em módulos curtos, condensando-o forçosamente em uma única frase, geralmente nominal e posicionada em uma manchete.

Todavia, dizer que uma aforização é uma “frase sem texto” não é suficiente. Pela enunciação aforizante, os enunciados marcam-se pelo apagamento do cotexto, instaurando um novo compromisso ilocucionário, não definido pelos horizontes do gênero do discurso. Em consequência desse rompimento, o aforizador, sujeito da enunciação aforizante, enuncia uma “verdade, dispensada de negociação, exprimindo uma totalidade vivida: quer seja uma doutrina ou certa concepção da existência” (Maingueneau, 2012b, p. 17). Trata-se, então, de uma “fala fundamentalmente monologal” (Maingueneau, 2010, p. 13), cujo efeito central é a própria enunciação do locutor, que não assume o papel prescrito pelo gênero do discurso.

Caso seja produzido pela enunciação aforizante, o enunciado implica um locutor que se apresenta como Sujeito de pleno direito e faz coincidir sujeito da enunciação e sujeito no sentido jurídico e moral, pois quem enuncia nessa posição “se coloca como responsável, afirma valores e princípios perante o mundo, dirige-se a uma comunidade que está além dos alocutários empíricos que são seus destinatários” (Maingueneau, 2010, p. 15).

Nesse regime enunciativo, a interação entre aforizador e público é assimétrica: o sujeito da aforização fala para além dos alocutários empíricos, e deles não exige resposta uma vez que, neste regime, se institui “uma cena de fala na qual não há interação entre protagonistas situados no mesmo plano” (Maingueneau, 2015, p. 133). Apesar de não haver um alocutário específico, a depender do tipo de aforização, instaura-se um auditório cuja natureza é variável. Nas aforizações primárias, o auditório é universal; nas secundárias, trata-se de um auditório limitado.

Para desenvolver uma teoria sobre o regime enunciativo aforizante, Maingueneau (2008b, 2014) segue na direção apontada por um estudo de Benveniste sobre o indo-europeu, em que mostra que, naquela língua, as frases nominais e a sua respectiva contrapartida com cópula⁹ constituem dois tipos de enunciação distintos. Segundo o estudo, as frases nominais, em indo-europeu, são um enunciado assertivo finito, paralelo na sua estrutura a qualquer outro que tenha a mesma função sintática; são compostas igualmente por dois elementos: um implícito e invariante, que dá ao enunciado força de asserção; e outro variável e explícito, que pertence à classe morfológica dos nomes.

Como o elemento assertivo dessa estrutura de frase não é susceptível às determinações que a forma verbal tem em si – as marcas de tempo, de pessoa, de número, por exemplo –, a “asserção terá esse caráter próprio de ser intemporal, impessoal, não modal, em suma, de ter por objeto um termo reduzido apenas ao seu conteúdo semântico” (Benveniste, 1950, p. 171). Entende-se, então, que a frase nominal “tem valor de argumento, de prova, de referência. É introduzida no discurso para agir e convencer, não para informar. É, fora do tempo, das pessoas e da circunstância, uma verdade proferida como tal” (Benveniste, 1950, p. 179).

No prolongamento dessa perspectiva, inscreve-se a enunciação aforizante, proposta por Maingueneau, tendo em vista a percepção de que, na dimensão constitutiva da enunciação das frases nominais, existe um regime enunciativo específico. Isso implica dizer que, de um lado, mesmo não se voltando diretamente para a textualidade, tampouco para a destacabilidade, Benveniste torna explícita uma lacuna: as frases sem verbo aparecem em um texto, mas, por expressarem uma verdade absoluta, aspiram a saída dele. E que, de outro, nem toda frase nominal é terminantemente produzida sob o regime aforizante, sendo necessário que se distinga a divergência entre duas lógicas: “a lógica da aforização, que institui enunciados autônomos, e a lógica do grupo nominal com sujeito implícito, que inscreve o enunciado no seu contexto, no qual se encontra o suporte implícito da predicação” (Maingueneau, 2014, p. 55).

⁹ Como exemplo, Maingueneau (2006) utiliza a frase nominal em latim *Homo homini lupus* e *Homo homini lupus est* (homem lobo do próprio homem, e homem é o lobo do próprio homem, respectivamente).

Da mesma maneira, determinar a relação entre frases nominais e aforização não implica dizer que seja esta definição sintática o que delimita a fronteira entre o regime aforizante e textualizante, sendo essencial observar a tensão que se estabelece entre os dois. Tampouco implica defender que o sujeito escolha o regime enunciativo no qual vai produzir os enunciados porque não se trata de “duas possibilidades de uma alternativa, como se os locutores falassem ou por textualização ou por aforização. Toda aforização intervém em uma textualização: é uma encenação construída por outro locutor” (Maingueneau, 2010, p. 24). Aclara-se, então, a distinção entre os enunciados produzidos por cada um dos dois regimes:

Um texto é uma rede de pensamentos articulados por meio de coerções transfrásticas de diversas ordens: argumentação, narração, resposta a uma questão etc. Por meio da aforização, trata-se, ao contrário, para o locutor, de retomar aquém ou além a diversidade infinita das interações imediatas, dos gêneros de discurso e textos. **Ela pretende exprimir o pensamento de seu locutor, aquém de todo jogo de linguagem: nem resposta, nem argumentação, nem narração, mas pensamento, tese, proposição** (Maingueneau, 2011b, p. 19, grifo próprio).

São, portanto, singulares as propriedades do regime aforizante. E, no caso das aforizações secundárias, esses aspectos constitutivos são notáveis nos textos jornalísticos em que uma personagem testemunhal é apresentada duas vezes: uma no corpo da matéria, como responsável por uma fala; e outra, destacada e levada a um espaço marcado no texto, geralmente articulado por uma fotografia. O mesmo indivíduo empírico apresenta-se com dois estatutos distintos: *i*) como locutor, que se inscreve em uma situação de comunicação imposta pelo gênero, e *ii*) como aforizador, instância enunciativa fora de qualquer situação de comunicação.

Nesse caso, a figura do aforizador surge em decorrência do destacamento e, apesar de a enunciação aforizante se apresentar como expressão de uma subjetividade soberana, ela só existe graças à intervenção de um terceiro, que converte o locutor original em um aforizador. Esse agenciamento de um terceiro permite que um mesmo ser empírico ocupe duas posições enunciativas distintas na mesma produção discursiva, uma no regime aforizante e outra no regime textualizante.

No caso das produções midiáticas, como a notícia ou a reportagem, desempenha importante papel a fotografia do rosto que geralmente acompanha as aforizações. É que o rosto tem três propriedades notáveis (Maingueneau, 2010): *i*) identifica o indivíduo como distinto de qualquer outro; *ii*) é a sede do pensamento; e *iii*) é onde se encontra a boca, a fonte da fala.

Dessa forma, ao se articular com um enunciado destacado, a fotografia do rosto autentica a aforização como sendo a fala de um sujeito responsável pelo que diz, sinalizando ser aquela a *sua* fala. Além disso, muito frequentemente o ângulo da fotografia do rosto não apenas privilegia o olhar, que se direciona a um auditório indeterminado do qual o leitor participa, mas também faz esconder as mãos, cuja presença indicaria a participação de um alocutário partilhando do mesmo espaço de interlocução, o que indica a possibilidade de intervenção e interlocução imediata. Essa ausência de marcas do alocutário na fotografia reforça a autonomia e a atemporalidade, criando o efeito de que “o aforizador é, ao mesmo tempo, singularidade e generalidade” (Maingueneau, 2014, p. 50).

Em virtude dessa atuação de um terceiro para tornar locutor em aforizador, são exibidas aforizações tanto de indivíduos notáveis (políticos, celebridades etc.) quanto daqueles cuja fala é tomada como particularmente importante em um dado momento e em um dado lugar (por exemplo, as testemunhas de um acidente). A aforização, portanto, implica também uma ação performativa ao enunciado, pois “o ato de conferir a um indivíduo o estatuto de aforizador destaca-o da multidão e converte-o em autoridade, ainda que efêmera” (Maingueneau, 2014, p. 38).

Essa constatação, no entanto, não implica que toda aforização seja necessariamente atribuída a um sujeito empírico, “o que importa é que seja uma entidade passível de experiências humanas, fonte de uma convicção” (Maingueneau, 2014, p. 37). Há casos em que os enunciados aforizantes são atribuídos a conjuntos organizados de locutores, por exemplo, um partido político e uma empresa. Esses aforizadores reforçam a estabilidade de uma classe de locutores, cuja aforização funciona como prototípica delas. Mais uma vez, o campo midiático torna-se espaço privilegiado para as aforizações: no caso das revistas semanais de informação, impõe-se questionar se é possível falarmos em aforizador uma vez que cada texto é uma produção singular, assinada por um locutor específico, que se dirige a um público, mas os enunciados da capa tendem a afrouxar essa heterogeneidade em favor de uma instância enunciativa complexa que se apresenta como homogênea, e que responde pelo conjunto dos textos os quais veicula.

Assim, ao verificarmos o papel da destacabilidade no funcionamento discursivo desse gênero, certamente tocaremos no ponto central do problema: o aforizador é consequência do destacamento. “Quando extraímos um fragmento de texto para fazer uma aforização, convertemos *ipso facto* seu locutor original em aforizador” (Maingueneau, 2016, p. 50).

De toda forma, os regimes aforizante e textualizante não implicam duas possibilidades de uma alternativa, sendo que os sujeitos não escolhem se suas produções serão de um

regime ou de outro. Trata-se bem mais de uma tensa relação de proximidade entre os regimes porque, mesmo implicando uma descontextualização, o enunciado destacado só tem sentido no novo contexto em que é colocado. Assinale-se, então, o paradoxo entre os dois regimes, uma vez que a aforização mina a compacidade da textualização: nessa perspectiva, o texto é “ao mesmo tempo, o lugar em que se constitui a aforização e aquilo que ela tem por natureza contestar. Desse ponto de vista, é o texto que fabrica o que contesta” (Maingueneau, 2010, p. 24).

Defender a hipótese do regime aforizante não implica rejeitar as coerções do gênero do discurso porque é nessa dimensão que todo enunciado se inscreve¹⁰. Implica, no entanto, que “é preciso tomar consciência da *pretensão ilocutória* ligada à aforização, que é ser uma fala ‘ab-soluta’, sem contexto, convocada em um texto que, ele mesmo, não é ‘ab-soluto’” (Maingueneau, 2011b, p. 17, grifo do autor).

Dada essa tensão que se estabelece entre a aforização e o todo que a acolhe, o regime aforizante constrói outra cena a partir da re-textualização de um enunciado previamente em circulação em um contexto diverso. Considerando a cenografia que a enunciação constrói e que é por ela validada, como, então, interpretar as aforizações?

Em se tratando de aforização primária, a interpretação guia-se por um “esquema básico”, que permite a aplicação desses enunciados aforizados em um número indefinido de situações. Em geral, o destinatário procura, nas aforizações primárias, elementos que tornem pertinente essa enunciação, já que nelas o sentido “delimita *a priori* o tipo de contexto nos quais podem ser empregados, mesmo que evidentemente caiba ao locutor decidir se as condições para seu emprego estão satisfeitas” (Maingueneau, 2014, p. 30).

No que concerne às aforizações secundárias, a interpretação varia de acordo com a identificação do regime de produção: regime de atualidade e regime de memória. A cada regime correspondem diferentes enquadres, a partir dos quais a aforização é apreendida e interpretada.

Nas aforizações interpretadas pelo regime de atualidade, pode-se falar em três enquadramentos: informacional, testemunhal e acional. Pelo *enquadramento informacional*, a interpretação depende de um plano anterior de conhecimentos partilhados, pois a cena é da ordem do “fazer saber” e “o aforizador prototípico é um especialista habilitado para analisar o mundo” (Maingueneau, 2012a, p. 122).

Como a aforização pode associar-se a valores para dar relevo a uma informação que contradiz um ponto de vista generalizado, cria-se o efeito de tomada de posição pessoal

¹⁰ Ponto-chave ao qual se refere a epígrafe desta pesquisa.

frente a um discurso em circulação. Nesses casos em que a dimensão informacional se enfraquece e faz sobressair a expressão de uma emoção, convicção ou experiência, o *enquadre testemunhal* ganha mais força. Por ele, a interpretação é guiada tanto pelo apagamento enunciativo, que reveste o enunciado de tom sentencioso, quanto pelo superinvestimento subjetivo, que promove um efeito de constatação.

No caso do enunciado sentencioso, ele adquire alcance ilimitado já que a figura do aforizador se potencializa: “para além do problema imediato, é ele o que retorna aos valores que devem garantir a coesão da comunidade” (Maingueneau, 2014, p. 121). Diferente é o efeito na aforização mais “personalizante” porque, por esse enquadre, a interpretação centra-se na “expressão direta das emoções do locutor, e não na afirmação de normas coletivas. O destinatário é, contudo, interpelado a identificar normas relevantes para justificar o superinvestimento subjetivo” (Maingueneau, 2012a, p. 121).

No terceiro tipo de enquadre, o *enquadre acional*, o destinatário é incitado a interpretar a aforização como um ato estratégico de posicionamento, e o aforizador como personalidade cujas palavras têm o poder de transformação da realidade. As aforizações de atores políticos geralmente são interpretadas por esse enquadre.

De maneira geral, “o enquadre permite projetar a interpretação, e também selecionar os tipos de elementos do contexto que são pertinentes para construí-la” (Maingueneau, 2014, p. 128). Dessa forma, mais de um enquadre pode ser mobilizado e o destinatário pode se mover para um enquadramento específico levando em conta índices de diversas ordens (o tipo, o gênero, as marcas linguísticas). A imprensa profissional, por exemplo, tende a privilegiar a dimensão informativa, o que não é comum na imprensa sensacionalista, mais propensa ao apelo às emoções. A tendência a um enquadramento não implica desautorizar o outro, já que “uma mesma aforização pode ser tratada diferentemente segundo o enquadramento ao qual a submetemos; sem excluir a possibilidade de combinação de dois enquadramentos” (Maingueneau, 2014, p. 119).

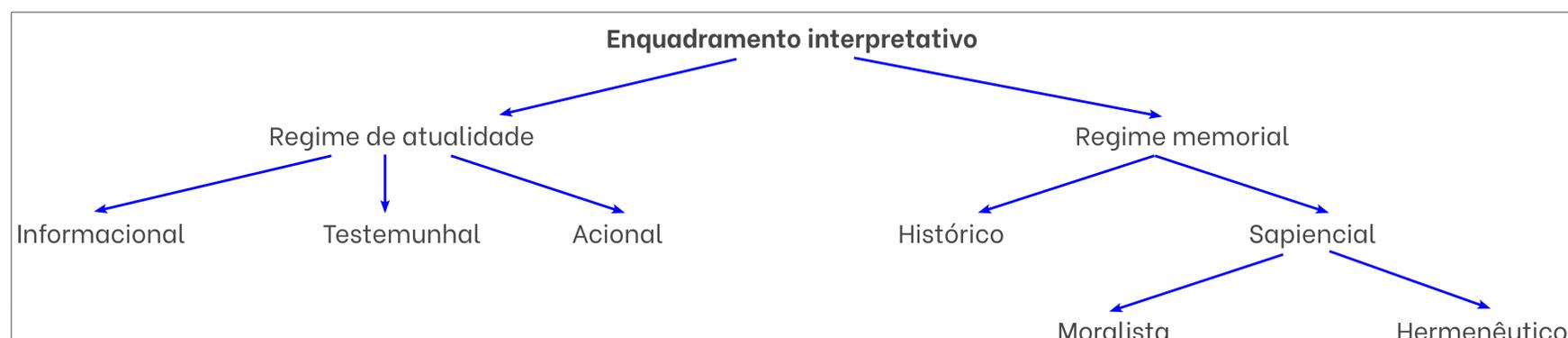
Feita a exposição dos enquadres pelo regime de atualidade, passamos para aqueles do regime memorial. Nele, as aforizações inscrevem-se em uma memória coletiva de longa duração, são atribuídas a um autor identificado e pertencem a um *thesaurus* (Maingueneau, 2014). Esse regime se manifesta através de dois tipos de enquadramento: histórico e sapiencial. Se apreendida pelo *enquadramento histórico*, a aforização é parte de uma narrativa, de um acontecimento singular que se perpetua; pelo *enquadramento sapiencial*, ela é apreendida como um ponto de vista de um sujeito privilegiado.

No enquadre histórico, o papel do intérprete é o de “determinar aquilo que o personagem ‘quis dizer’ na situação, que ato de fala realizou, que implícitos o destinatário imediato teve que descobrir” (Maingueneau, 2014, p. 126). De outra maneira, pelo *enquadre sapiencial*, as possibilidades de interpretação podem ser ainda mais circunscritas: por meio do *enquadramento moralista*, interpretam-se julgamentos sobre a ordem do mundo, e diferentemente do provérbio, a aforização se associa a um nome próprio e a um texto-fonte (Maingueneau, 2014); por meio do *enquadramento hermenêutico*, o destinatário explora sentidos pouco perceptíveis na superfície e exige um trabalho reflexivo de interpretação porque a aforização se relaciona a uma visão singular sobre o mundo a partir da qual deve-se “identificar um sentido oculto, uma ‘mensagem’ que se supõe importante, emitida por uma autoridade” (Maingueneau, 2012a, p. 124).

No caso do regime de memória, o enquadramento restringe um sentido que não pode ser dado imediatamente e tem como efeito aumentar o potencial semântico da aforização. Por essa razão, a autoridade do aforizador repousa na competência do destinatário especialmente quando “ambos são membros de uma mesma comunidade restrita que se alimenta de um vasto *thesaurus* e que desenvolveu procedimentos de interpretação” (Maingueneau, 2011b, p. 25).

Explanados os regimes de atualidade e de memória, o esquema abaixo apresenta uma representação visual de como se organizam os enquadres.

Figura 2 – Enquadramento interpretativo das aforizações



Fonte: Maingueneau (2012a, 2014)

Esses enquadres são procedimentos interpretativos para as aforizações secundárias. Todavia, dentre os enunciados destacados, há um grupo específico deles que funciona de maneira não condizente com a das aforizações. São as “participações”, palavra-valise que combina participação e citação (Maingueneau, 2008b, 2011a, 2014). Elas diferem-se das citações prototípicas: as participações são uma forma singular de coenunciação porque geram um desnivelamento entre a voz do locutor que cita e uma voz “transcendental”, apresentando um estatuto específico para a figura do enunciador.

Grosso modo, o discurso relatado constitui uma enunciação sobre outra enunciação (Maingueneau, 2013a), e as particitações se distanciam dessa lógica porque, mesmo estando sob a forma de discurso direto, “não se trata apenas de simular – como geralmente ocorre no discurso direto –, mas de restituir o próprio significante [...]. A restituição é evidentemente associada ao fato de que não há indicação da fonte da fala citada” (Maingueneau, 2008b, p. 94).

Igualmente, a particitação não se confunde com as aforizações primárias ou secundárias porque em torno dessa noção se reúnem “frases sem textos” correspondentes a enunciados que, após o destacamento, entram em uma espécie de “memória compartilhada” (Maingueneau, 2008b), disponíveis para reemprego e destinados a retomadas no interior de uma comunidade discursiva mais ou menos vasta.

Por definição (Maingueneau, 2008b, 2011a, 2014), pode-se falar especificamente em particitação quando o enunciado:

- For memorizável e autônomo, por natureza ou por destacamento de um texto;
- Tiver a pretensão de ser reconhecido como citação, ainda que o locutor não indique a fonte;
- Não for introduzido por um verbo *dicendi*, sendo a lógica de citação marcada sutilmente por um desnível interno à enunciação, com indícios no plano gráfico, fonético ou paralinguístico (entonação, por ex.);
- Pertencer a um *thesaurus* partilhado por uma comunidade e por ele definida;
- Implicar a figura de um *hiperenunciador*, que garante tanto a unidade do *thesaurus* e da comunidade quanto a adequação dos valores aos fundamentos de uma coletividade.

Considerando as possibilidades do funcionamento pragmático dessa categoria específica de “frases sem texto”, podem-se organizar, pelo menos, quatro famílias de particitações (Maingueneau, 2008b, 2014): as sentenciosas (provérbios e adágios jurídicos), as de grupo (gritos de torcida, gritos de militância, *slogans*), as escriturais¹¹ (relacionadas ao *thesaurus bíblico*, por ex.) e as de comunhão (orações). Não nos debruçaremos sobre o que distingue cada família; ressaltamos, sobremaneira, aquilo que é comum a todas: uma instância enunciativa transcendental. Nas particitações, não se fala em aforizador, mas em hiperenunciador, categoria do âmbito enunciativo que, de um lado, garante a unidade dos enunciados do *thesaurus*, e de outro, conforma o pertencimento identitário dos membros da comunidade.

¹¹ Também traduzido como “particitações gráficas” (Maingueneau, 2008b).

Essa transcendentalidade do hiperenunciador é reconhecida não sem se ponderar seus efeitos no papel enunciativo do locutor que particita. Ao recorrer à particitação, produz-se um “desnivelamento enunciativo” uma vez que a fala do hiperenunciador não pode se manifestar senão por um locutor, mas este “é apenas o porta-voz contingente de uma Fala vinda não se sabe de onde, passível de ser assumida não importa por qual membro da comunidade” (Maingueneau, 2008b, p. 109).

No nível enunciativo, é essa transcendentalidade que permite o apagamento próprio do locutor originário, sendo ele um sujeito individuado ou não. Isso porque “a particitação conduz ao paroxismo as características pragmáticas da aforização: a autoridade máxima da particitação se deve precisamente a não ser necessário nomear a sua autoridade” (Maingueneau, 2011a, p. 45). Ao destinatário, cabe reconhecê-la, ainda que não sejam oferecidas marcas para tanto; é este reconhecimento que confirma o pertencimento dos parceiros da enunciação à comunidade correspondente.

Resgatando esse panorama teórico, fica notório que as reflexões sobre enunciação aforizante foram construídas, predominantemente, para abordar a materialidade verbal. Todavia, considerando que os objetos multissemióticos não são alheios à Análise do Discurso, e como na obra de Maingueneau, defende-se a existência de uma semântica global que rege os múltiplos planos do discurso (Maingueneau, 2008a), os esforços atuais vão na direção de uma leitura menos estreita dessa teoria, como registram os trabalhos de Salgado e Gatti (2013), de Moraes (2013) e de Motta (2011), de forma a testar se outras materialidades também estão nesse regime enunciativo.

Em se tratando mais especificamente dos iconotextos que circulam no campo midiático, Baronas (2013, 2016) testa a hipótese de que, da mesma forma que os enunciados verbais podem sofrer destacamento aforizante, a imagem destacada também estaria suscetível ao paradoxo da aforização porque implica a descontextualização de enunciado não linguístico que se apresenta em contexto diferente do de origem. Independentemente de o destacamento ser da imagem por completo ou de partes dela, a materialidade não verbal poderia entrar em um processo de múltiplas retomadas e transformações, à maneira dos enunciados verbais, tornando-se aforizações “não somente pelo fato de circularem, mas pelo fato mesmo de interdiscursivamente entrarem em uma verdade gestada alhures, apresentando-se como inquestionável” (Baronas, 2013, p. 113).

Dessa hipótese, desdobram-se, pelo menos, três implicações. A primeira delas está relacionada à classificação entre primárias e secundárias, que, segundo Baronas, não seria pertinente aos casos de destacamento imagético porque as aforizações destacadas por natureza são “eminentemente verbais. Já as destacadas por um processo de extração

podem figurar tanto na ordem do verbal (títulos, intertítulos etc.) quanto do visual (imagens) e do verbo-visual (imagens e títulos)” (Baronas, 2013, p. 111).

A segunda implicação é quanto à figura do aforizador: as aforizações verbais exibem a figura de um enunciador que não somente diz, mas que mostra aquilo que diz; no caso das aforizações imagéticas, esse sujeito de pleno direito se fortalece exatamente porque mostra, por outra materialidade significativa, aquilo que diz. Ao apelar à imagem, o sujeito da enunciação, por esse ponto de vista, “traz à tona justamente a memória do dizer, a ‘formulação origem’ (nos termos de Courtine¹²) que sustenta a tomada de posição exemplar do locutor diante do mundo, que enuncia a verdade ou a lei” (Baronas, 2016, p. 84, termo entre aspas no original).

A terceira implicação, decorrente dessa segunda, é a de que o destacamento aforizante imagético segue a imposição interpretativa das aforizações verbais, mas a eleva a um nível mais alto porque “exige-se certa ‘atitude hermenêutica’ dos leitores envolvidos no processo discursivo, em que a exegese moderna faz com que esses mesmos leitores percorram um conjunto de trilhas interpretativas” (Baronas, 2013, p. 113, termo entre aspas no original). Essa “atitude hermenêutica” recobre o percurso interpretativo deôntico pelo qual o destinatário “é chamado a justificar, pela busca hermenêutica, a própria operação de destacamento: o fato de esse enunciado ser apresentado em um regime aforizante leva o destinatário a legitimar a totalidade do quadro situacional” (Maingueneau, 2010, p. 15).

Em resumo, esse é o aporte teórico que será mobilizado para a análise do *corpus* desta pesquisa, tendo em vista o nosso objetivo geral: verificar o papel da desestabilidade em capas de revistas semanais de informação.

12 Refere-se ao “lugar onde se pode se determinar, no desenvolvimento do processo discursivo, o surgimento de enunciados que figuram como elementos do saber próprios a uma formação discursiva” (Courtine, 2009, p. 112).

2 Procedimientos metodológicos

Neste capítulo, discorreremos sobre o percurso de pesquisa, aí incluídos a caracterização e as várias etapas de construção do objeto, além dos critérios e procedimentos de análise. Cada um desses pontos corresponde a uma seção deste capítulo.

Eleger as capas como objeto não implica o descarte do conjunto da revista, cuja leitura foi indispensável para traçarmos os percursos dos enunciados destacados, tendo em vista o objetivo geral da pesquisa, qual seja, o de examinar o funcionamento discursivo das capas de revista, verificando o papel da destacabilidade nesse processo.

No que se refere aos aspectos gerais do *corpus*, os materiais analisados são as versões impressas¹³ de capas de revistas semanais de informação publicadas durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, sendo composto por 153 edições lançadas entre os dias 2 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, período correspondente à tramitação do pedido de *impeachment* da presidente. A partir de construção progressiva do material a ser analisado, delimitamos quatro edições para efetiva análise no que se refere à investigação do processo de destacamento.

A manutenção da totalidade do *corpus* desempenha papel importante nesta pesquisa. Contudo, a pertinência das delimitações se evidencia na viabilidade dos procedimentos de análise atendendo ao objetivo de responder às três questões norteadoras anunciadas na introdução: (i) como se organizam os enunciados nas capas das revistas semanais de informação?, (ii) qual a relação desses enunciados na capa com o interior da revista?, e (iii) em que medida os enunciados verbais e não verbais das manchetes resultam de um destacamento de outros textos previamente produzidos e não necessariamente do interior da revista?

Tais perguntas foram elaboradas a partir de observações empíricas, como se mostra na seção a seguir.

2.1 Percurso de pesquisa: de observações empíricas a um problema de pesquisa

A proposta de investigação do funcionamento discursivo das capas de revistas foi se delineando progressivamente, em particular com o nosso percurso formativo do doutoramento. Quando do ingresso no programa, nosso objetivo de pesquisa não era exatamente esse, e o projeto inicial levantava a hipótese de que, nas capas das revistas, haveria um agenciamento entre o discurso religioso e o político, manifestado especialmente durante o período de julgamento do impedimento de Dilma Rousseff. Tendo

¹³ Disponíveis no acervo da Biblioteca Nadir Gouveia Kfoury, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e da Biblioteca Pública Municipal Louis Braille, do Centro Cultural de São Paulo.

em vista esse direcionamento do projeto inicial, foi realizada a coleta dos exemplares das revistas *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Carta Capital*, publicados entre o dia 1º de janeiro de 2015 e 30 de agosto de 2016, correspondente ao período do segundo mandato da então presidente da República. Mantivemos a totalidade desse material, que foi sendo progressivamente recortado à medida que a pesquisa foi avançando.

Por dois anos, a proposta foi conduzida considerando a hipótese do projeto de ingresso, até que, após exame de segunda qualificação¹⁴, decidimos descontinuar-la provisoriamente sob o risco de que os resultados fossem recebidos como apenas um prolongamento de nossa dissertação de mestrado (Cabral, 2012). Três outros fatores também influenciaram essa tomada de decisão: o primeiro foi o contato inicial com as reflexões de Maingueneau sobre os fenômenos da destacabilidade e da valência genérica, discutidos especialmente durante as disciplinas *Linguística Aplicada II: circulação de discursos na contemporaneidade* e *Teoria Linguística II: continuidades e reconfigurações em análise do discurso*, e no minicurso *Discursos em diferentes dispositivos midiáticos: perspectiva enunciativo-discursiva*, os três ministrados pela professora Dra. Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, orientadora desta pesquisa; o segundo foram as discussões semanais do Grupo de Pesquisa Atelier Linguagem e Trabalho (CNPq/PUCSP), coordenado pela professora Dra. Souza-e-Silva, que permitiram esclarecer as formas de construção do objeto de pesquisa; e o terceiro foi a participação no simpósio *Semântica global e produção de subjetividade: para a construção de um projeto interdisciplinar em Análise do Discurso*, sob coordenação também da professora Souza-e-Silva, em parceria com o professor Dr. Décio Rocha (UERJ), realizado em 2018, durante o *21º InPLA Intercâmbio de Pesquisas em Linguística Aplicada*. Essas oportunidades nos estimularam a refletir sobre o processo de saída de enunciados de um texto-fonte e de re-textualização em novos contextos, sendo as capas de revista um objeto a ser analisado sob essa perspectiva.

Dessa maneira, guardamos para outra oportunidade a hipótese inicial do agenciamento do discurso religioso e do discurso político, e passamos a observar o material coletado sob outro ponto de vista – momento de percurso da pesquisa em que Saussure ecoou intuitivamente¹⁵.

Observando mais atentamente o acervo geral de pesquisa, a relação entre a capa e o interior/exterior da revista também começou a despertar o nosso interesse. Por ser o primeiro acesso do leitor à publicação, a capa permite antecipar o conteúdo de um

14 No Programa de Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para a defesa da tese, são realizados três exames de qualificação, cada um deles correspondente a um ano de pesquisa.

15 Lembramos da passagem: “Bem longe de dizer que objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, 1975, p. 15).

dado número e, ao mesmo tempo, a imagem e as palavras nela estampadas podem apontar para além do interior da revista.

Fomos, então, desenhando esta proposta de pesquisa e nos debruçamos sobre o nosso acervo, do qual duas capas nos instigaram a levar a investigação adiante. A primeira é a capa da edição n. 2417, de *Isto É*, de 6 de abril de 2016, que estampou uma imagem do rosto de Dilma articulada com o enunciado verbal “*As explosões nervosas da presidente*”.

Figura 3 – Dilma em comemoração (à esquerda) e a capa da edição 2417 de *Isto É* (à direita).



Fonte: Elaborado pelo autor (2019) a partir de *Isto É* (2016) e de Santos (2014)

Essa capa teve grande repercussão e foi alvo de críticas, especialmente por ter sido uma re-textualização do exato momento em que Dilma comemorava um gol da seleção brasileira, durante a Copa do Mundo, em 2014 (Fig. 3). A imagem, originalmente de comemoração¹⁶, foi destacada de um vídeo da partida de futebol e manipulada digitalmente. Na encenação promovida pela capa, foi atribuído à então presidente um constante estado de fúria, fazendo circular um discurso de misoginia (Possenti, 2018).

Essa descoberta nos estimulou a refletir sobre a possibilidade de que a imagem da manchete de uma revista semanal de informação seria uma retomada de um texto previamente produzido, não necessariamente presente no interior da revista. Essa reflexão foi se tornando mais instigante com a segunda capa, que nos levou a outra descoberta.

¹⁶ Tal imagem pode também ser encontrada no Google Imagens, utilizando a manchete como termo de busca: “explosões nervosas da presidente”.

Em navegação pelo *site* de *Época*, quando buscávamos informações sobre o número 866, de 9 de janeiro de 2015, deparamo-nos com um texto escrito por Alexandre Lucas, diretor de arte da revista, explicando o processo criativo daquela edição, publicada no contexto do atentado terrorista ao jornal satírico francês *Charlie Hebdo*. Para chegar à versão definitiva da capa, foram criadas outras cinco. A seguir, contamos o percurso criativo de Lucas e explicamos como essa segunda observação, tão despretensiosa quanto a primeira, contribuiu para a elaboração das questões de pesquisa.

Segundo Lucas, a redação de *Época* havia definido que a edição 866 trouxesse como matéria principal um texto sobre o ataque ao jornal francês. Como no ambiente digital repercutia mundialmente a postagem *Je suis Charlie*, era de se pressupor que a mídia impressa seguiria a tendência de fazer circular essa frase, especialmente por ter se tornado um *slogan* de sentidos variados para além do literal, entre os quais destacam-se a defesa do humor praticado pelo hebdomadário internacional, a defesa da liberdade de expressão e o repúdio à violência e ao terrorismo.

À vista disso, Lucas produziu primeiramente duas capas (Fig. 4), em pouco tempo descartadas: “Usei uma versão em português da mensagem e redesenhei o logo da ÉPOCA com a fonte do *Charlie Hebdo*. Já sabia que não a usaria, por isso soltei nas redes sociais uma segunda capa fictícia apenas com a mensagem em francês mesmo” (Lucas, 2015). Essas duas capas são reproduzidas a seguir.

Figura 4 – Versão I e Versão II do processo de criação da capa de *Época*, edição 866



Fonte: Lucas (2015)

Partindo de aspectos gráficos pontuais dessas duas capas descartadas, Lucas iniciou um novo trabalho de produção: manteve o *design* de capa do *Charlie Hebdo* e ensaiou alterar o logo da revista *Época*. Essa etapa do processo criativo resultou em duas outras capas, cuja inspiração e motivo de descarte são por ele explicados:

Aproveitando o logo que ficou bem interessante, fiz mais uma capa, dessa vez **utilizando uma ilustração do próprio jornal** coberta com um sangue meio cartunesco. **Quis simular, inclusive, o design da capa do próprio jornal**. Ousado demais. Experimentei também com o logo da *ÉPOCA* normal. **Esquisito demais** (Lucas, 2015, grifo próprio).

Essas duas novas capas supramencionadas são reproduzidas na Fig. 5. Como atesta o diretor de arte no comentário acima, uma delas é a tentativa de simular o *Charlie Hebdo*, ainda que não haja referência direta ao título do jornal francês. A outra também é uma simulação, mas manteve o logo da revista brasileira. Nessa figura, temos, à esquerda, a capa com uma mulher segurando um aspirador de pó, em *design* simulado do jornal francês e o logo de *Época* alterado; e, à direita, a outra capa traz a mesma imagem em *design* simulado com o logo padrão de *Época*.

Figura 5 – Versão III e Versão IV do processo de criação da capa definitiva de *Época*, edição 866



Fonte: Lucas (2015)

Insatisfeito, Lucas desistiu de simular o periódico francês e trocou completamente o *design* e a imagem, criando uma quinta versão: “**Fiz uma montagem fotográfica com**

um exemplar do jornal coberto de sangue. O detalhe essencial foi aplicar um “*smile*”, desenhado também com sangue” (Lucas, 2015, grifo próprio). Essa versão está reproduzida na Fig. 6 mais adiante. A quinta versão da capa não se tornou a definitiva porque precisava de um ajuste, uma vez que “a imagem com sangue já era forte o suficiente” (Lucas, 2015); o *smile* foi retirado, resultando, finalmente, na capa da edição 866 de *Época*. A capa que foi para as bancas é a da Fig. 7.

Não é à toa que recuperamos esse processo criativo. O relato de Alexandre Lucas torna evidente o processo de construção de uma capa de revista, que sofre inúmeras modificações, e que, mesmo não finalizada, pode ser reconhecida como uma produção desse gênero. Além disso, mesmo não sendo o nosso objetivo discutir sobre decisões editoriais e gráficas, esse processo foi trazido à baila por ter sido um ponto de partida para refletirmos sobre a destacabilidade nas capas de revista, especialmente a partir da observação de dois aspectos: as retomadas de enunciados verbais e não verbais já em circulação e as alterações da manchete ao longo do percurso da elaboração de capa.

Figura 6 – Versão V do processo de criação da capa definitiva de *Época*, edição 866



Fonte: Lucas (2015)

Figura 7 – Capa definitiva de *Época*, edição 866



Fonte: Lucas (2015)

No que se refere ao primeiro aspecto, os próprios comentários de Lucas evidenciam que enunciados verbais e não verbais foram recuperados e retirados do contexto original para a produção da capa. Mesmo tendo circulado apenas nas redes sociais, o uso do *slogan* *Je suis Charlie* na edição fictícia é bastante significativo: um enunciado produzido em ambiente digital, e compartilhado por inúmeros usuários, poderia ter chegado à primeira página de uma revista física de circulação nacional. Também é bastante significativo que as capas (ver Fig. 5, 6 e 7) usem duas ilustrações do jornal francês sem referência direta às imagens originais, podendo ser recuperadas apenas a partir de pistas.

Na Fig. 5, o enunciado verbal está aparentemente escrito em francês e apoiado na imagem de uma mulher com aspirador de pó nas mãos, ação que lembra uma faxina. Supomos que a combinação das letras na parte inferior formaria as palavras “*femme*” e “*ménage*”. Buscamos no Google, como palavras-chave, essas duas palavras em língua francesa, seguidas do título do jornal satírico, e, como resultado, apareceu a capa do *Charlie Hebdo* n. 1009, de 19 de outubro de 2011. Em outra busca, dessa vez com a frase em francês “*journal responsable*”, encontramos a edição n. 10585, de 24 de dezembro de 2012. As duas capas do *Charlie Hebdo*, as quais nos referimos, são reproduzidas em figura mais adiante (Fig. 8).

Notamos que as imagens utilizadas para ilustrar essas duas capas produzidas por Lucas já circulavam bem antes da edição de número 866 de *Época*, tendo sido recuperadas e colocadas a circular em outro contexto, diferente daquele da circulação original. Isso não nos parece uma observação trivial, levando em conta dois aspectos em particular: primeiro, porque, pelas duas capas, as imagens nas capas de revistas semanais de informação não estão necessariamente relacionadas à temporalidade da notícia que está sendo veiculada e podem ter sido manipuladas digitalmente para produzir sentido em uma determinada direção, conforme aconteceu tanto na edição de *Isto É*, com a foto de Dilma Rousseff, quanto na edição de *Época*, com o *Charlie Hebdo* manchado de sangue; segundo, porque, se compararmos as imagens nas capas de revistas semanais de informação, elas são diferentes daquelas encontradas nas revistas mensais segmentadas, por ex.: *Marie Claire*, *Vogue* ou *GQ*, em que a imagem de capa costuma ser extraída de uma sessão de fotos realizada exclusivamente para aquela edição (Araujo, 2013).

Essa primeira observação sobre a edição de *Época* nos rememora um artigo de nossa autoria para o qual selecionamos aleatoriamente quatro capas de revistas, em um dado recorte temporal, para questionar quais sistemas de conhecimentos precisariam ser ativados para que o leitor pudesse construir sentido a partir das manchetes. Ainda que filiada à Linguística Textual, cujos fundamentos epistemológicos e objetivos de pesquisa diferem daqueles de trabalhos ligados à Análise do Discurso, aquela nossa proposta já sinalizava que os enunciados verbais e não verbais nas capas eram retomados de textos produzidos anteriormente, em contextos diversos. Esses enunciados, mesmo não estando necessariamente relacionados a um enunciado do interior daquela edição, podiam ser recuperados pelo leitor, pois pertenciam a um saber partilhado de uma dada comunidade ou grupo (Silva; Cabral, 2015).

Figura 8 – Capas do Charlie Hebdo



Fonte: Site do Charlie Hebdo¹⁷

Articulando esse apontamento com o caso em tela, chama-nos a atenção a forma pela qual as imagens são dispostas ao longo do percurso criativo, considerando a notória diferença entre as capas: na Fig. 5, o leitor lida com uma simulação do *Charlie Hebdo*; nas Fig. 6 e 7, o leitor se depara com o *layout* padrão de *Época*. Nessa direção, o comentário do diretor de arte – “Estranho demais, esquisito demais” – nos leva a conjecturar que o deslocamento da primeira página do jornal francês para o segundo plano, fazendo prevalecer a estrutura da revista brasileira, tenha sido uma manipulação de imagem realizada para considerar os efeitos causados no público leitor, uma vez que as cores, as palavras em francês e a tipografia na capa de *Época* deveriam remeter ao jornal francês. Seria essa simulação suficiente para o leitor da revista relacionar a edição ao atentado? A brusca mudança de *design* da Fig. 5 para a versão final e a inclusão do nome *Charlie Hebdo* na capa definitiva, se não respondem a essa pergunta, pelo menos nos levam a ponderar como a rede interdiscursiva é mobilizada nas capas das revistas semanais de informação para estabelecer uma relação mais estreita com o público leitor.

Passemos ao segundo ponto de observação: as alterações da manchete ao longo do percurso criativo de Lucas. Da Fig. 5 para a Fig. 7, a manchete sofre alterações. O enunciado “A liberdade abatida a tiros” torna-se mais enxuto – “Liberdade fuzilada” – e se mantém até a capa definitiva. Na passagem da primeira construção para a segunda, o item lexical “liberdade” pode ter sido mantido para retomar, em algum nível, o tratamento

¹⁷ Ver em <https://charliehebdo.fr>.

editorial da revista em relação ao atentado terrorista, já que, segundo o relato de Lucas, a ideia era defender a livre atuação dos profissionais de imprensa.

A alteração “abatida a tiro” para “fuzilada” incitou a leitura do interior da revista. Em um dos trechos da matéria de capa dessa edição de *Época*, encontramos o seguinte enunciado: “encapuzados e **com fuzis**, os suspeitos do ataque ao jornal *Charlie Hebdo* rendem um guarda, instantes antes de matá-lo, no dia 7” (Evelin *et al.*, 2015, grifo próprio). Na manchete preliminar, o instrumento utilizado pelos terroristas não é especificado, pois falava-se em “tiros”, que podem ser disparados por qualquer tipo de arma de fogo; somente a partir da versão IV, fala-se em “fuzilada”, ação causada por um tipo específico de arma. Essa alteração sugere uma direta retomada do segmento específico supramencionado e, ao mesmo tempo, não corresponde ao título da matéria no interior da revista, “Inimigo interno”.

Essa não correspondência entre a manchete e o título não nos parece ser um caso excepcional dessa edição de *Época*, já que, nas revistas, os títulos das matérias são geralmente inalterados quando listados no sumário, mas eles não correspondem às respectivas manchetes nas capas. A relação entre o enunciado verbal da manchete de uma revista e o título da respectiva matéria principal justifica a necessidade de um exame mais acurado sobre essa forma de destacamento.

Ainda que se trate de dois casos específicos, as edições de *Isto É* e de *Época* nos impulsionaram a elaborar questionamentos que permitiram reflexões importantes sobre o objeto de análise. Essa observação empírica e o percurso constitutivo de um doutoramento levaram-nos à formulação mais acurada do objetivo da pesquisa: examinar o funcionamento discursivo das capas de revista semanais de informação com circulação nacional, verificando o papel da destacabilidade.

Delimitamos, então, inicialmente o extenso *corpus* coletado tendo como critério um recorte temporal baseado em evento de repercussão nacional que, em virtude das coerções do campo midiático jornalístico, teria o potencial de atravessar, de certa maneira, a enunciação das quatro revistas semanais de informação: o período de tramitação do *impeachment* de Dilma Rousseff.

2.2 Condições de enunciabilidade: o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff

Em nossa perspectiva de estudo, o *corpus* deve ser abordado levando em conta as condições históricas de enunciabilidade (Maingueneau, 2008a). As revistas coletadas

foram publicadas ao longo de um período de nove meses durante os quais tramitou o pedido de *impeachment* da ex-presidente da República Dilma Rousseff, iniciado em 2 de dezembro de 2015 e finalizado em 31 de agosto de 2016.

Para definirmos essas condições de enunciabilidade, buscamos guarida nos trabalhos da área da Ciência Política, segundo os quais a deposição da presidente pode ser entendida sob dois pontos de vista, o político e o judicial, sem que um implique a nulidade do outro (Singer, 2015, 2018; Bastos, 2017; Limongi, 2017; Limongi; Figueiredo, 2017; Miguel, 2019). Para aspectos pontuais sobre a popularidade e outros dados mais gerais sobre os dois governos de Dilma Rousseff, reportamo-nos a notícias da época publicadas em veículos de notícias do ambiente digital, dentre os quais destacamos o *site Folha de S. Paulo*¹⁸, *UOL*¹⁹ e *G1*²⁰.

Primeira mulher chefe de estado e chefe de governo, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi afastada do cargo por ter cometido crime de responsabilidade, nos termos da lei. Eleita por duas vezes em chapa com Michel Temer, do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro²¹ (PMDB), tornou-se a 36ª presidente do Brasil. Atribui-se a primeira vitória de Dilma, em 2011, ao apoio político dado pelo correligionário e presidente antecessor Luiz Inácio Lula da Silva, de quem foi ministra de Minas e Energia e, posteriormente, chefe da Casa Civil. Em 2014, na disputa de segundo turno contra Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi reeleita para o segundo mandato, interrompido pelo *impeachment*.

Vamos assinalar aspectos pontuais dos dois mandatos de Dilma Rousseff e do processo de *impeachment* na medida em que eles podem contribuir para delinear as condições de enunciabilidade no material analisado.

No primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), foi adotado um conjunto de medidas de forte intervenção governamental na política, compondo a “nova matriz econômica”, cujos pontos principais foram: redução dos juros, redução da tarifa de energia elétrica, aposta na reindustrialização, desvalorização do real, controle de capitais, proteção ao produto nacional, concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, uso intensivo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e desoneração de folha de pagamento; a esses pontos, alinham-se metas inflacionárias mais elásticas a fim de não restringir a capacidade de intervenção do governo (Singer, 2015; Bastos,

18 Site de notícias do jornal com o mesmo nome. É mantido pelo Grupo Folha.

19 *Universo Online*, portal de notícias mantido pelo Grupo Folha.

20 Portal de notícias mantido pelo Grupo Globo.

21 Em convenção nacional realizada em 2017, teve o nome alterado para Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

2017; Miguel, 2019). Em 2013, às vésperas da conclusão do mandato, a presidente teve 65% de aprovação popular (Folha, 2015a).

Durante as eleições presidenciais de 2014, o plano de governo apresentado pela então candidata à reeleição anunciava um “novo ciclo de mudanças”, sob o mote “Mais Mudança, Mais Futuro”, que se sustentaria na competitividade produtiva, a ser atingida por meio dos “investimentos em infraestrutura social e econômica, na construção de um Brasil sem burocracia e nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, construindo uma **sociedade do conhecimento**” (PT, 2014, p. 6, grifo do autor). Todavia, o segundo mandato de Dilma Rousseff²² começou trilhando em direção contrária às promessas de campanha: logo no primeiro mês, o governo sinalizou a implantação de uma política de austeridade fiscal, com a adoção de medidas impopulares, tais como o aumento da carga tributária e os cortes em diversas áreas (Singer, 2015), sendo a da educação a mais emblemática, pois contrariava o lema do governo “Pátria Educadora”.

Ainda no primeiro ano do segundo mandato, o desemprego beirava os 10% e a inflação estava próxima dos 11%, sendo uma das principais razões para a insatisfação popular que atingira os 67% (Folha, 2015a). No domingo 13 de março de 2016, mais de três milhões de brasileiros, de, pelo menos, 250 cidades, saíram às ruas para manifestar o descontentamento com a presidente, expresso pelos gritos de “Fora, Dilma!” (Época, 2016). Na sexta-feira, 18, da mesma semana, quase um milhão e meio de pessoas se reuniram nas ruas de 55 cidades de todos os estados para, com os gritos de “Não vai ter golpe”, manifestar o apoio à presidente (G1, 2016).

Nesse contexto de fortes embates, há agravantes: a Operação Lava Jato²³ e a falta de liderança política do governo (Bastos, 2017; Limongi, 2017; Limongi; Figueiredo, 2017).

O primeiro agravante está associado à Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, cujos trabalhos foram retomados em fevereiro de 2015, para apurar, dentre outras questões, os indícios de fraudes em licitações para exploração de petróleo, as irregularidades no contrato de construções de plataformas petrolíferas e as denúncias de desvios de dinheiro dos *royalties* de petróleo (Senado Federal, 2009). A retomada dessa comissão, inicialmente instaurada em 2009, não pode ser desvinculada das investigações da Operação Lava Jato (Limongi, 2015), conduzida pelo Ministério Público Federal, que trouxe à tona um esquema de corrupção na Petrobras, revelando que, por

22 Os textos quase diários de Mello Franco (2018), ainda que de gênero opinativo, permitem organizar uma linha cronológica desse período.

23 Segundo o Ministério Público Federal, a denominação “Lava Jato” surgiu porque a investigação descobriu “uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas” (MPF, 2019). Mais informações sobre a operação estão disponíveis no *site* do MPF.

pelo menos dez anos, grandes empreiteiras se organizavam em cartel e destinavam uma porcentagem do montante total de contratos bilionários superfaturados a altos executivos da estatal e a outros agentes públicos, dentre os quais pessoas filiadas ao PT, partido da ex-presidente (MPF, 2019).

O segundo agravante faz referência à inabilidade de Dilma Rousseff em se articular politicamente na conquista de apoio para, dentre outras questões, eleger um candidato à presidência da Câmara, resultando na vitória de Eduardo Cunha (PMDB – RJ), que assumiu o papel de líder da oposição ao governo (Singer, 2018).

Soma-se aos agravantes um dos desdobramentos das investigações da Lava Jato que atingiu diretamente Eduardo Cunha, impondo a ele a quebra de sigilo bancário autorizado pelo Tribunal Superior Federal a pedido do Ministério Público Federal. Àquela altura, estavam nas mãos do Congresso as chamadas “pautas bombas”, ou seja, o conjunto de projetos de lei que tratavam de ajustes salariais de diversas carreiras do funcionalismo público e do bloqueio de novas formas de arrecadação. A aprovação desses projetos dificultaria os planos do governo de equilibrar as contas públicas (Singer, 2018).

Em síntese, esses complicadores podem ser mais bem compreendidos se organizados em torno de três pontos:

Primeiro, o Congresso Nacional eleito em 2014 era o mais conservador da redemocratização. Segundo, porque a tentativa inicial de enfraquecer o peso do PMDB na base parlamentar do governo teve como saldo, ao contrário, seu fortalecimento e a eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara. Terceiro, porque a operação Lava-Jato minou os arranjos políticos invisíveis que contribuíam para a governabilidade do “presidencialismo de coalizão” brasileiro, enquanto os mecanismos mais tradicionais de governabilidade (distribuição de verbas, obras e cargos públicos) foram fortemente prejudicados pela contração fiscal (Bastos, 2017, p. 50).

Em resumo, o primeiro ano do segundo governo de Dilma Rousseff foi marcado por instabilidade política e econômica e, por consequência, por insatisfação popular. As primeiras manifestações contrárias à permanência dela no cargo vinham sendo registradas logo após o resultado das eleições de 2014, quando apoiadores do candidato derrotado Aécio Neves foram às ruas pedir anulação das eleições (UOL, 2014). Em setembro daquele ano, já haviam sido impetrados junto à Câmara dos Deputados mais de 30 pedidos de *impeachment*.

No dia 2 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha aceitou um desses pedidos, de autoria conjunta dos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior, Janaína Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira, também sendo signatários os membros da sociedade civil Carla Zambelli Salgado (*43 Movimentos Contra Corrupção*), Kim Kataguiri (*Movimento Brasil Livre*) e Rogério Chequer (*Vem pra Rua*). Na denúncia aceita, acusava-se a presidente da República de ter feito “editar, nos anos de 2014 e 2015, uma série de decretos sem número que resultaram na abertura de créditos suplementares, de valores muito elevados, sem autorização do Congresso Nacional” (Bicudo *et al.*, 2015, p. 13), configurando prática popularmente conhecida como “pedaladas fiscais”, enquadrada como atos de improbidade administrativa e de desrespeito à lei orçamentária, tipificados como crimes de responsabilidade nos termos da lei (Brasil, 1950).

Na denúncia apresentada à Câmara dos Deputados, denomina-se “pedaladas fiscais” a prática da União em realizar:

[...] operações de crédito ilegais a partir do não repasse de recursos a entidades do sistema financeiro nacional controladas pela própria UNIÃO. Tal prática teria ocorrido a partir de adiantamentos realizados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, em diversos programas federais de responsabilidade do Governo Federal, sendo que essas entidades do sistema financeiro estavam autorizadas a funcionar apenas como operadores do programa, não como agente financiador (Câmara dos Deputados, 2015a, p. 9).

Tendo sido a denúncia aceita, o rito do *impeachment* foi definido a partir da interpretação do Supremo Tribunal Federal (Brasil, 1950), segundo o qual o pedido de cassação do mandato de um presidente pode ser protocolado por qualquer cidadão, desde que seja caracterizado um crime e que este tenha sido praticado durante o mandato vigente. Conforme essa interpretação, cabe às duas casas do poder Legislativo analisar e julgar os crimes praticados pelo presidente da República, em um processo que deve obedecer ao seguinte rito: 1) ao presidente da Câmara dos Deputados cabe a decisão de aceitar ou arquivar o pedido; 2) em caso de aceite, o pedido começa a tramitar na Câmara, sendo lido em plenário; 3) uma Comissão Especial é constituída para analisar e emitir relatório, respeitando um prazo de dez dias, sobre a admissibilidade ou inadmissibilidade do pedido; 4) se a comissão decidir por um parecer favorável à abertura do processo, o relatório é posto em votação no plenário e, tendo voto de dois terços do número total de deputados, segue para o Senado, onde tramita de maneira idêntica à da Câmara, com a realização de três votações – a do recebimento da denúncia, a da pronúncia e a do julgamento; 5) caso seja aceito por maioria simples do plenário, o Presidente da

República fica afastado das atribuições do cargo por 180 (cento e oitenta) dias; 6) a Comissão Especial no Senado deve elaborar parecer que, se aceito por maioria simples, instaura o julgamento; e, por fim, 7) a sessão no Senado é comandada pelo presidente do STF e a decisão deve ser proferida pelos senadores, sendo que, se dois terços da casa julgarem culpado o presidente, este perde o mandato e se torna inelegível por 8 (oito) anos. Caso julguem inocente, o presidente deve voltar imediatamente ao cargo.

Depois de ter passado pelas comissões especiais, foi instaurada a abertura do processo no dia 14 de abril de 2016, em sessão na Câmara, com 367 votos a favor e 137 contra²⁴. O processo foi enviado ao Senado e, no dia 11 de maio de 2016, em votação do relatório elaborado pela primeira comissão especial montada para avaliar o caso, o plenário decidiu, por 55 votos a 22, pela continuidade do processo. A decisão implicou o afastamento de Dilma Rousseff, iniciando o mandato interino de Michel Temer.

Até aqui, pelo menos três outros acontecimentos embaralharam a situação política do governo (Limongi, 2017). O primeiro deles data de 7 de dezembro de 2015, quando da divulgação de uma carta²⁵ de Michel Temer manifestando à presidente Dilma Rousseff as insatisfações políticas e a impressão de que o governo estaria desconfiando da atuação dele e do PMDB. O segundo refere-se à autorização do juiz Sérgio Moro, responsável por julgar em primeira instância os crimes investigados pela Operação Lava Jato, para divulgar uma escuta telefônica, tornada pública em 16 de março de 2016, na qual Dilma Rousseff tratava da nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil. O terceiro, por fim, é a decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal, em plenária realizada em 5 de maio de 2016, que manteve a suspensão do mandato de Eduardo Cunha, afastando-o das atividades parlamentares por tempo indeterminado.

Voltando ao processo, no dia 31 de agosto de 2015, depois da análise pelas comissões especiais do Senado, o relatório foi levado à apreciação do plenário em sessão presidida por Ricardo Lewandowski, quando foram votadas duas matérias. Quanto à acusação de ter praticado crime de responsabilidade, por 61 votos a 20, Dilma Rousseff foi condenada à perda do mandato; quanto aos direitos políticos, a acusada os manteve, uma vez que apenas 42 senadores se manifestaram em favor da perda, quantidade insuficiente à exigência de 2/3 do número de senadores, ou seja, 54 votos. Com a cassação do mandato de Dilma Rousseff, Michel Temer, presidente interino desde o afastamento da titular quando da primeira votação do processo no Senado, foi empossado presidente da República às 16 horas daquele mesmo dia.

²⁴ Para a tramitação completa nas duas Casas, ver Câmara dos Deputados (2015b) e Senado Federal (2016).

²⁵ A íntegra da carta foi amplamente divulgada pela imprensa nacional e pode ser acessada em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>.

São essas as condições de enunciabilidade em que foram produzidas as revistas semanais coletadas do nosso acervo geral de pesquisa.

2.3 Revistas semanais de informação: o acervo geral

Para os fins desta pesquisa, são chamadas “revistas semanais de informação” aquelas que:

- 1) [...] constituem um segmento importante de formação da opinião; 2) têm caráter investigativo e interpretativo; 3) planejam pautas que exigem investimento de médio prazo; 4) possuem razoável flexibilidade de construção textual e um tom fortemente opinativo; 5) podem ousar na linguagem gráfica; 6) utilizam as capas como pequenos *outdoors*; 7) recorrem a critérios de seleção específicos para a escolha da reportagem de capa; 8) sua durabilidade vai muito além do tempo intervalar da periodicidade; 9) permitem ao leitor certo prazer sensorial, na relação com a textura do papel e com a percepção de cores e imagens (Benetti; Storch; Finatto, 2011, p. 59).

No Brasil, enquadram-se nessa categoria as seguintes revistas: *Carta Capital*, *Época*, *Isto É* e *Veja*. A seguir, apresentamos os dados de circulação impressa de cada revista, algumas palavras sobre o histórico delas e as seções em que se organizam as edições coletadas.

O Índice de Verificação de Circulação (IVC) nos oferece dados sobre a tiragem média nacional de cada uma das revistas, conforme quadro a seguir:

Quadro 5 – Tiragem média das revistas semanais de informação

Revista	<i>Veja</i>	<i>Época</i>	<i>Isto É</i>	<i>Carta Capital</i>
Tiragem média anual	1.030.131	385.356	321.797	27.397

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IVC (2014)

A partir da organização dos dados, sabe-se que a média de exemplares de *Veja* sozinha é, em números absolutos, superior à soma da tiragem das concorrentes. *Época* e *Isto É* possuem média de tiragem bastante próximas. *Carta Capital* é aquela com menor número de exemplares impressos.

Passando para as informações gerais de cada uma delas, a revista *Carta Capital* foi fundada por Mino Carta, em 1994. Inicialmente, os primeiros números eram lançados com periodicidade mensal; em 1996, a revista passou a ser quinzenal e, a partir de agosto de 2001, quando começou a ser publicada pela Editora Confiança, tornou-se semanal.

São 12 as seções da revista: *Cartas Capitais*, *Brasiliiana*, *Rosa dos Ventos*, *Editorial*, *A Semana*, *Reportagem de Capa*, *Seu País*, *Economia*, *Nosso Mundo*, *Plural*, *Brasil* e *QI*. São colunistas: Luís Nassif (Economia), Ciro Gomes (Política e Direito), Delfim Neto (Economia e Política), Dráuzio Varella (Saúde e Sociedade), Roberto Amaral (Política) e Mino Carta (Política e Sociedade).

Lançada em 25 de maio de 1998, a revista *Época* é umas das publicações da Editora Globo, parte do Grupo Globo, então presidido pelo jornalista Roberto Marinho. As edições da revista são organizadas em 11 seções²⁶: *Brasil*, *Da Redação*, *Caixa Postal*, *Primeiro Plano*, *O Filtro*, *Negócios & Carreira*, *Mundo*, *Sociedade*, *Saúde & Bem-Estar*, *Vida Útil*, *Mente Aberta*. São colunistas: Ruth de Aquino (Atualidades), Guilherme Fiuza (Política), Eugênio Bucci (Política), Felipe Patury (Política, Negócios e Poder), Bruno Astuto (Moda, Comportamento e Celebidades), Walcyr Carrasco (Sociedade), Márcio Atalla (Bem-estar) e Gustavo Cerbasi (Finanças).

Isto É foi criada pelo empresário Domingo Alzugaray, diretor comercial do Grupo Abril até 1972, quando, ao lado do jornalista Mino Carta, fundou a *Editora Três*. A revista se organiza em dez seções: *Editorial*, *Cartas*, *Entrevista*, *Brasil*, *Comportamento*, *Gente*, *A Semana*, *Em Cartaz*, *Internacional* e *Cultura*. São colunistas: Bolívar Lamounier (Política), Leonardo Attuch (Economia), Marco Antônio Villa (Política), Mario Vitor Rodrigues (Brasil), Mentor Neto (Atualidades), Murillo de Aragão (Atualidades), Paula Alzugaray (Cultura), Ricardo Amorim (Economia), Ricardo Boechat²⁷ (Atualidades) e Rodrigo Constantino (Política).

Finalmente, *Veja* é uma publicação semanal da Editora Abril, integrante do Grupo Abril, tendo sido fundada em 1968 por Roberto Civita²⁸ e Mino Carta. A revista se organiza em sete seções, sendo que a primeira, não rotulada, inclui as rubricas *Carta ao Leitor*, *Entrevista* (popularmente conhecida como “páginas amarelas”) e *Leitor* (comentários dos leitores enviados à redação). São fixas as seções: *Panorama*, *Brasil* (em algumas das edições coletadas, aparece sob o rótulo de *Petrolão*, *Lava-Jato* ou *Impeachment*), *Economia*, *Internacional*, *Geral* e *Artes & Espetáculos*. Há também as colunas semanais assinadas por articulistas em revezamento semanal: Lya Luft (Atualidades), Mailson da Nobrega (Economia), Raul Pompeu de Toledo (Política), Cláudio de Moura Castro (Educação) e J. R. Guzzo (Política). Desde a edição 2473, de 13 de abril de 2016, a seção *Carta Aberta* traz um texto de um especialista sobre sua área de atuação.

26 Essas seções correspondem às edições coletadas; em março de 2018, a revista passou por reforma editorial (Pinheiro, 2018).

27 Faleceu em 11 de fevereiro de 2019.

28 Foi diretor presidente da *Editora Abril* e presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas. Morreu em 26 de maio de 2013.

O recorte temporal do *corpus* resultou em um conjunto de edições, inclusive as especiais, quando houve, totalizando 153 exemplares, como nos mostra o quadro mais adiante (Quadro 6). Esclarecemos que o fechamento e o lançamento de uma edição costumam ser variáveis a depender da revista, razão pela qual não há uniformidade nas datas de publicação. Como a aceitação do pedido e o encerramento do processo de *impeachment* aconteceram em uma quarta-feira, as datas da primeira e da última edições coletadas correspondem à edição da semana subsequente.

Observando a delimitação inicial do *corpus*, de forma a realizar uma primeira entrada para análise, encontramos algumas regularidades. Nas quatro revistas, o editorial é assinado pelo editor-chefe, em seção de uma página localizada logo após o sumário. Em algumas edições de *Carta Capital*, o editorial segue junto com a matéria principal. As matérias das quatro revistas trazem a assinatura do jornalista responsável, e todas as quatro revistas também possuem colunistas em revezamento semanal. Todas essas quatro revistas possuem *site* oficial, atualizados com notícias de última hora, cujos textos são diferentes daqueles veiculados nas edições semanais impressas. Os textos das edições em plataformas digitais são os mesmos da versão em papel e, a cada semana, as revistas disponibilizam o acesso à edição em formato *plotter*²⁹, idêntico à versão impressa. Apenas *Veja* e *Época* possuem versão adaptada para formato digital, com audiodescrição, vídeo e som. Apenas *Veja* e *Carta Capital* possuem acervo digital³⁰ com todas as edições anteriores, desde o número um.

Quadro 6 – Edições publicadas durante o período de *impeachment* de Dilma Rousseff

Revista semanal de informação	Edição após aceitação do pedido de <i>impeachment</i>	Edição após encerramento do processo de <i>impeachment</i>	Número de edições publicadas
<i>Carta Capital</i>	879, de 09/12/2015	917, de 07/09/2016	37
<i>Época</i>	919, de 05/12/2015	957, de 03/09/2016	38
<i>Isto É</i>	2401, de 09/12/2015	2439, de 01/09/2016	39
<i>Veja</i>	2455, de 09/12/2015	2494, de 07/09/2016	39

Fonte: Elaboração própria (2020)

Feitos esses apontamentos, uma primeira visada às revistas coletadas nos fez deparar com indícios de que, no período coletado, pelo menos, dois discursos circularam em

29 Arquivos em versão “fechada”, pronto para impressão.

30 Ambos pagos, exclusivos para assinantes, a depender da modalidade do plano.

concorrência: um em defesa da manutenção do mandato da presidente e outro em defesa do afastamento dela em definitivo. Esses discursos permeiam questões em torno da legitimidade e das consequências do processo e se manifestam nas capas das quatro revistas semanais de informação, sendo que uma leitura inicial dos enunciados destacados nas manchetes das capas do acervo geral, ainda que careçam de investigação mais aprofundada, permite inferir que: em *Carta Capital*, o *impeachment* é definido explicitamente como “tentativa de golpe” (edição 879) e “projeto pessoal” de Eduardo Cunha (880) para criar um “complô” de magistrados e parlamentares contra a presidente (903); em *Época*, haveria uma “guerra solitária” (928, 930, 931) de Dilma Rousseff contra Eduardo Cunha, o “senhor do *impeachment*” (906), resultando na chegada de um “presidente accidental” (935) ao poder. *A Isto É* defendeu: “não vai ser golpe” (2419), sendo claros os “sete crimes de Dilma” (2416) e a necessidade do afastamento da presidente para “passar a República a limpo” (2422). *Veja* assim justificou sua posição: “porque é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha” (2455) e porque o *impeachment* era a “chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública” (2474), colocando Dilma “fora do baralho” (2474) da política.

Esses são os aspectos mais gerais do *corpus*, que nos oferecem pistas para seguirmos com a análise.

2.4 Construção do *corpus*

Partindo do recorte temporal, construímos o *corpus* efetivo de análise observando três outros critérios: *i*) maior e menor número de exemplares impressos em circulação; *ii*) personalidade com maior incidência nas capas; e *iii*) similaridade da data de publicação. Estabelecidos esses recortes, chegamos a oito capas de revistas, quatro de *Carta Capital* e quatro de *Veja*. Entendemos que essa quantidade permita identificar as regularidades relacionadas ao quadro cênico, especialmente à cena genérica, dessas produções. Das oito edições, foram escolhidas duas de cada revista para observarmos o percurso de saída dos enunciados do interior para a capa. O número e a data de publicação de cada uma das oito edições estão explicitados no quadro da página a seguir.

Estabelecemos como primeiro critério o potencial de circulação impressa e escolhemos as revistas semanais de informação com maior e menor número de exemplares impressos, correspondendo a *Veja* e *Carta Capital*, respectivamente. Tendo em vista que uma de nossas questões norteadoras tangencia a noção de comunidade discursiva (Maingueneau, 1987, 1991), aliamos esse dado objetivo à pista indicada no item anterior, que corresponde ao tratamento editorial diferenciado concedido por essas revistas

ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Esses dois aspectos, juntos, podem implicar, em algum nível, que *Carta Capital* e *Veja* apelem a comunidades discursivas diferentes.

Quadro 7 – Edições selecionadas para o *corpus*

CARTA CAPITAL		VEJA	
Edição	Data da publicação	Edição	Data da publicação
879	09/12/2015	2455	09/12/2015
880	16/12/2015	2456	16/12/2015
897	20/04/2016	2474	20/04/2016
900	11/05/2016	2477	11/05/2016

Fonte: Elaboração própria (2020)

Feito esse recorte, organizamos uma tabela com as seguintes informações: nome da revista, número da coleta, número da edição, data da publicação, manchete de capa e personalidade na capa. As tabelas salientaram um aspecto relevante do *corpus*: a diferença de visibilidade concedida por cada revista às diferentes/mesmas personalidades políticas no período delimitado. Nas capas de *Carta Capital*, tiveram maior presença, respectivamente, Eduardo Cunha (8 capas), Michel Temer (7) e Dilma Rousseff (6); nas de *Veja*, foram recorrentes Dilma (7) e Lula (6).

Em uma primeira visada, observamos que o ex-presidente Lula, em *Carta Capital*, apareceu na capa somente duas vezes, e foi por seis vezes destaque em *Veja* no mesmo período, quase sempre ao lado dos investigados por corrupção na operação Lava Jato. Da mesma forma, o então presidente da Câmara Eduardo Cunha foi praticamente ignorado, aparecendo apenas duas vezes nas capas, a primeira das quais em 27 de abril de 2016, na edição 2475. Em contrapartida, na revista *Carta Capital*, Cunha aparece na primeira edição de dezembro de 2015 e em mais outras sete capas.

Estabelecendo uma comparação entre as duas revistas: nas capas de *Carta Capital* aparecem personalidades do poder judiciário (Sérgio Moro, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Rodrigo Janot); líderes políticos do partido do vice-presidente (Romero Jucá, José Sarney, Renan Calheiros, Rodrigo Maia); e líderes da oposição (Aécio Neves, Geraldo Alckmin, José Serra). Nas capas de *Veja*, essas mesmas personalidades, com exceção de Rodrigo Janot e de Sérgio Moro, não aparecem nas capas, as quais estamparam, mais de uma vez, os presos pela *Operação Lava Jato* (Marcelo Odebrecht, Paulo Gordilho e

Leo Pinheiro), e os membros do Partido dos Trabalhadores envolvidos em denúncias de corrupção (Lula, José Dirceu e João Vaccari Neto). Esses, por sua vez, não apareceram nas capas de *Carta Capital*.

Entendemos que essa discrepância possa estar diretamente relacionada ao posicionamento de cada revista em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff. Considerando que os discursos do campo midiático jornalístico são produzidos em um espaço que deve zelar pela missão de informar, pela inscrição em uma “condição de legitimação do dizer”, e pela submissão a um “sistema de coerções” (Maingueneau, 2008a) a partir do qual elas encenam a realidade e a apresentam ao público, interrogamo-nos se as capas dessas revistas semanais de informação sinalizam a relação estabelecida entre a revista e o público leitor, que, grosso modo, toma conhecimento dos acontecimentos pela capa, especialmente pelas manchetes.

Desse questionamento decorre o segundo critério, relacionado à personalidade com maior incidência na capa, recorte do *corpus* que resultou em 15 capas, sendo oito de *Carta Capital* com Eduardo Cunha, e sete de *Veja*, com Dilma Rousseff.

Em razão da diferente quantidade de edições de cada revista, estabelecemos, finalmente, o terceiro critério de recorte: edições com a mesma data de publicação.

Sendo esses os três critérios de recorte, o *corpus* desta pesquisa fica, assim, delimitado: quatro números de *Carta Capital* (879, 880, 897 e 900) e quatro números de *Veja* (2455, 2456, 2474 e 2477).

Em uma primeira apreciação, o *corpus* nos permite levantar as seguintes hipóteses: *Carta Capital* teria dado relevo à influência e articulação de Eduardo Cunha na condução do processo de afastamento da presidente; *Veja* teria estabelecido uma relação entre a crise política no segundo mandato de Dilma Rousseff e as denúncias de corrupção impetradas ao ex-presidente Lula³¹. Nesse espaço discursivo, dois discursos estariam em concorrência, o que poderia ser apreendido sem perder de vista o objetivo geral da pesquisa: investigar o funcionamento discursivo das capas de revistas semanais de informação, verificando o papel exercido pela destacabilidade.

31 No âmbito da Operação Lava Jato, Luiz Inácio Lula da Silva foi denunciado por corrupção e por lavagem de dinheiro, crimes pelos quais foi condenado a 12 anos de prisão. Em 5 de abril de 2018, começou a cumprir pena em regime fechado. Foi posto em liberdade no dia 9 de novembro de 2019, após entendimento do Supremo Tribunal Federal de que o réu só deve cumprir pena depois de esgotados todos os recursos.

2.5 Organização do corpus e procedimentos de análise

Em virtude da materialidade multissemiótica de nosso *corpus*, incluímos ao final deste trabalho a reprodução de cada uma das capas organizada por ordem cronológica de publicação (ANEXOS).

Considerando nosso objetivo geral, organizamos os enunciados verbais de cada edição em um quadro individual (quadros 8 a 15), cujo título surge da seguinte codificação: iniciais da revista e número da edição. Por essa combinação de dígitos, o código CC879 refere-se à edição 879 de *Carta Capital*, o código VJ2455 refere-se à edição 2455 de *Veja*, e assim por diante. Na análise, as menções às edições também seguirão essa codificação.

Cada um dos oito quadros divide-se em dois blocos de informação: enunciados na capa e enunciados no interior. Para a terminologia dos elementos no primeiro bloco, fomos guiados pelas seguintes definições (Bahia, 2015): *manchete* corresponde ao título de capa; *chamada*, à síntese dos assuntos em destaque em uma dada edição; *retranca*, à matéria subordinada à manchete. Cada um desses elementos pode conter enunciado que o antecede (antetítulo) ou que o sucede (subtítulo). O *corpus* organizado dessa maneira, no nosso entender, viabiliza a observação de regularidades nas capas de revista.

O segundo bloco foi construído a partir da leitura de cada edição selecionada, buscando relacionar os elementos da capa e o respectivo texto do interior da revista com o qual se pode estabelecer algum tipo de relação. Nos quadros, a disposição dos enunciados foi feita sob as seguintes rubricas: o título no interior, a seção, o gênero e o locutor (aquele assina o texto). Essas pormenorizações, do nosso ponto de vista, põem ao alcance a relação dos enunciados da capa com os gêneros do interior da revista, observando a irradiação.

Responder à terceira pergunta de pesquisa requer um desdobramento dessa organização primeira, de forma que possamos identificar e traçar o percurso das sequências verbais que teriam sido destacadas e alçadas às manchetes. Por esse motivo, sendo quatro as revistas efetivamente analisadas quanto à cenografia, transcrevemos todos os textos do interior delas com os quais se pode estabelecer algum tipo de relação com as respectivas manchetes. Dado o volume do material, decidimos disponibilizar a transcrição apenas em ambiente digital³², com as sequências potencialmente destacadas marcadas em cor vermelha. No topo da página de cada transcrição, há indicação do título

32 Acesse: https://drive.google.com/file/d/1Ozt_zplhwFIS96zryAcrDFSf-MmIKirg/view?usp=sharing

da revista, número da edição, data de publicação e quantidade de textos transcritos. Cada texto, iniciado com a indicação do locutor e da seção de onde foi extraído, tem as linhas enumeradas em ordem crescente.

Em conformidade a esses procedimentos de organização, este é o *corpus*:

Quadro 8 – CC879, de 09 de dezembro de 2015

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/ SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Título da chamada A	Rebelião jovem	Força jovem/ Seu País/ Reportagem/ Miguel Martins
Subtítulo da chamada A	Os estudantes paulistas resistem às pressões do governo Alckmin	
Título da chamada B	Investimentos	O conto chinês/ Economia/ Reportagem/ Carlos Drummond
Subtítulo da chamada B	Empresas chinesas à cata de oportunidades no mercado brasileiro	
Título da chamada C	Estados Unidos	Quem manda? Nosso mundo/ Reportagem/ Antônio Luiz Costa
Subtítulo da chamada C	Um rigoroso estudo desfaz a ilusão de que o poder emana do corpo	
Título da chamada D	D. Pedro I	Ruim de mídia/QI/ Reportagem/ Nirlando Beirão
Subtítulo da chamada D	A mídia também não gostava dele	
Manchete	Frustração e vingança	A imolação de Cunha/Rosa dos Ventos/Artigo de opinião/Maurício Dias Tempos de chantagem/Editorial/ Mino Carta O fim da chantagem/Reportagem de capa/Reportagem/André Barrocal e Rodrigo Martins Tem jeito de golpe/Reportagem de capa/Reportagem/Marcelo Lavanère
Subtítulo da manchete	Morre a chantagem de Cunha, sobram os riscos e as incertezas precipitadas pelo pedido de <i>impeachment</i>	

Fonte: Carta Capital (2015)

Quadro 9 – CC880, de 16 de dezembro de 2015

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR / SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Título da chamada A	Suplemento	-
Subtítulo da chamada A	Grátis com esta edição um raio X de Minas Gerais	
Título da chamada B	Eleição na CBF	O jogo sujo Del Nero/Seu País/Reportagem/ Miguel Martins
Subtítulo da chamada B	Marco Polo del Nero, o Cunha do futebol	
Título da chamada C	Venezuela	Uma bofetada no chavismo/Reportagem/ Nosso Mundo/Antonio Luiz Costa
Subtítulo da chamada C	A derrota do chavismo deságua em um impasse	
Título da chamada D	Falsificação:	Falso ou autêntico?/Reportagem/QI/Nirlando Beirão
Subtítulo da chamada D	O vinho virou caso de polícia	
Manchete	O complô	Cúmplice do golpismo/Rosa dos Ventos/Artigo de opinião/Maurício Dias
Subtítulo da manchete	Eduardo Cunha Michel Temer Eles se unem na tentativa golpista do <i>impeachment</i> , em proveito de um projeto pessoal de poder	Chamem o Cunha/Editorial/Editorial/Mino Carta Juntos e misturados/Reportagem/Reportagem de capa/André Barrocal Nos passos de Brizola/Reportagem de capa/ Entrevista/Rodrigo Martins

Fonte: Carta Capital (2015)

Quadro 10 – CC897, de 20 de abril de 2016

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/SEÇÃO/GÊNERO/LOCUTOR
Manchete	E eles vão levar?	O golpe ou a lei?/Editorial/Capa/Mino Carta A opinião pública no calor da hora/ Reportagem/Capa/Marcos Coimbra Ou ela ou eles/Reportagem/Capa/André Barrocal e Rodrigo Martins

Fonte: Carta Capital (2016)

Quadro 11 – CC900, de 11 de maio de 2016

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/SEÇÃO/GÊNERO/LOCUTOR
Título da chamada	LSD	A ciência viaja no LSD/QI/Reportagem/Marc Lewis
Subtítulo da chamada	A ciência redescobre a droga	
Manchete	Imolaram o homem bomba	Cunha detonado/Capa/Reportagem/André Barrocal
Retranca I da manchete	Sem utilidade no jogo do golpe desde a aprovação do <i>impeachment</i> na Câmara, Eduardo Cunha é retirado de cena	O tempo político de Janot/Capa/Reportagem/Sérgio Lício O desmonte do Brasil/Reportagem/Capa/Miguel Martins e Rodrigo Martins

Fonte: *Carta Capital* (2016)

Quadro 12 – VJ2455, de 9 de dezembro de 2015

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/SEÇÃO/GÊNERO/LOCUTOR
Título da chamada A	Com você não acontece...	O golpe do recorta e cola/Brasil/Reportagem/Hugo Marques e Wálter Nunes
Subtítulo da chamada A	...mas o caçula de Lula copiou a Wikipedia e ganhou, pelo plágio, 2,5 milhões de reais de uma empresa investigada na Zelotes	
Título da chamada B	Para escapar do zika	Para entender o zika/Saúde/Reportagem/Natalia Cuminale
Subtítulo da chamada B	O que fazer para se proteger do vírus que apavora as grávidas e ameaça virar epidemia no verão	

Manchete	<i>Impeachment</i>	A beleza do <i>impeachment</i> /Carta ao leitor/Editorial/ A própria revista
Retranca I da manchete	Por que é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha	<i>Impeachment</i> não é guerra/Especial/Reportagem/Daniel Pereira
Retranca II da manchete	O passo a passo do processo que visa a derrubar a presidente	A ex-cara-pintada e o ex-petista/Especial/Reportagem/Marina Barros
Retranca III da manchete	Uma ex-cara-pintada e um ex-petista são os autores do pedido	Os ecos da Lava-Jato/Especial/Reportagem/Robson Bonin e Hugo Marques
Retranca IV da manchete	A euforia dos mercados sinaliza que, sem Dilma, a confiança volta	O primeiro choque/Especial/Reportagem/Kalleo Coura e Marina Barros
Retranca V da manchete	Como a Lava-Jato dará munição aos defensores do impedimento	O sistema das crises sem traumas/Especial/Reportagem/Duda Teixeira e Leonardo Coutinho
Retranca VI da manchete	O STJ pode soltar os corruptos e a indignação catalisar o processo	O papel das ruas/Especial/Reportagem/Eduardo Gonçalves
Retranca VII da manchete	A primeira reação de Collor e Dilma foi a mesma: culpas os adversários	A culpa é das pedaladas/Reportagem/Sem assinatura
Retranca VIII da manchete	Por que é indolor no parlamentarismo trocar governante incompetente	O alicerce apodreceu/Especial/Reportagem/Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga

Fonte: *Veja* (2015)

Quadro 13 – VI2456, de 16 de dezembro de 2015

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/SEÇÃO/ GÊNERO/LOCUTOR
Título da chamada A	Prestação de contas	O fim do segredo/Brasil/Reportagem/*sem assinatura
Subtítulo da chamada A	A pior semana do clã Lula nos domínios da Justiça	
Título da chamada B	Orgulho dos vizinhos	O povo contra o populismo/Internacional/Reportagem/Diego Schelp
Subtítulo da chamada B	Argentinos e venezuelanos saem na nossa frente e derrotam o populismo	

Manchete	A máquina do atraso de Dilma	A igreja arcaica/Carta ao leitor/ Editorial/*sem assinatura De volta ao passado/Brasil/ Reportagem/Giuliano Guandalini e Marcelo Sakate
Subtítulo da manchete	Como a presidente fez a indústria retroceder 65 anos, a política econômica voltar ao tempo do estatismo militar, a recessão punir os brasileiros como não ocorria desde 1981 e a inflação de 10% rugir depois de treze anos dormida	

Fonte: *Veja* (2015)

Quadro 14 – VJ2474, de 20 de abril de 2016

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/SEÇÃO/ GÊNERO/LOCUTOR
Manchete	Fora do baralho	O último capítulo/ <i>Impeachment</i> / Reportagem/Daniel Pereira e Robson Bonin O muro, a hora e a paz/ <i>Impeachment</i> / Artigo de opinião/*sem assinatura
Subtítulo da manchete	Com ou sem vitória na batalha do <i>impeachment</i> , Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil	

Fonte: *Veja* (2016)

Quadro 15 – VJ2477, de 11 de maio de 2016

ENUNCIADO NA CAPA		TÍTULO NO INTERIOR/SEÇÃO/ GÊNERO/ LOCUTOR
Título da chamada A	No topo da cadeia	A sombra do Petrolão/Petrolão/ Reportagem/Thiago Bronzatto
Subtítulo da chamada A	Lula é acusado pelo procurador-geral da República de integrar a “organização criminosa” que se instalou na Petrobrás	
Manchete	Tchau, querida Tchau, querido	Chance rara/ <i>Impeachment</i> /Artigo de opinião/*sem assinatura O poderoso abatido/ <i>Impeachment</i> / Reportagem/Daniel Pereira e Rodrigo Rangel Os últimos dias de Dilma Rousseff/ <i>Impeachment</i> /Reportagem/Thaís Oyama
Subtítulo da manchete	Com o <i>impeachment</i> de Dilma e a queda de Cunha, o Brasil tem chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública	
Retranca I da manchete	VEJA acompanhou os últimos dias da presidente	
Retranca II da manchete	Por que a derrocada do deputado é o primeiro revés de Temer	

Fonte: *Veja* (2016)

3 Descrição e análise do *corpus*

Neste capítulo, analisamos o *corpus* mobilizando as noções teóricas apresentadas com o intuito de responder às questões norteadoras da pesquisa, quais sejam: (i) como se organizam os enunciados nas capas das revistas semanais de informação?, (ii) qual a relação desses enunciados na capa com o interior da revista?, e (iii) em que medida os enunciados verbais e não verbais das manchetes são resultado de um destacamento de outros textos previamente produzidos, não necessariamente do interior da revista?

Este capítulo está dividido em duas seções, de forma que as três perguntas sejam respondidas progressivamente. Com esse propósito, a subseção 4.1, que se intitula *Organização e as retomadas dos enunciados nas capas de revista*, busca responder às duas primeiras questões ao identificar o modo de organização dos enunciados no *corpus* e ao estabelecer a relação desses enunciados da capa com os textos do interior da revista semanal de informação. Em seguida, a subseção 4.2, intitulada *As manchetes intersemióticas das capas*, tem por objetivo responder à terceira pergunta de pesquisa ao averiguar a destacabilidade dos enunciados do interior para a capa, apontando as possíveis retomadas e as alterações sofridas pelos enunciados verbais e não verbais depois de serem alçados à manchete. Essa subseção se desdobra em outras, sendo que cada uma delas apresenta, individualmente, a análise das quatro manchetes das capas delimitadas para este fim. Todas essas capas estão anexas ao final deste livro.

Em alguns subitens deste capítulo, a análise está atrelada a elementos visuais do interior da revista, por isso, com o objetivo de viabilizar uma aproximação mais rápida entre esses elementos e aquilo que se analisa a respeito deles, os subitens comportarão, nesses casos, a reprodução dessas imagens em tamanho reduzido. Em ambiente digital, elas poderão ser visualizadas em melhor resolução³³.

3.1 A organização e as retomadas dos enunciados na capa

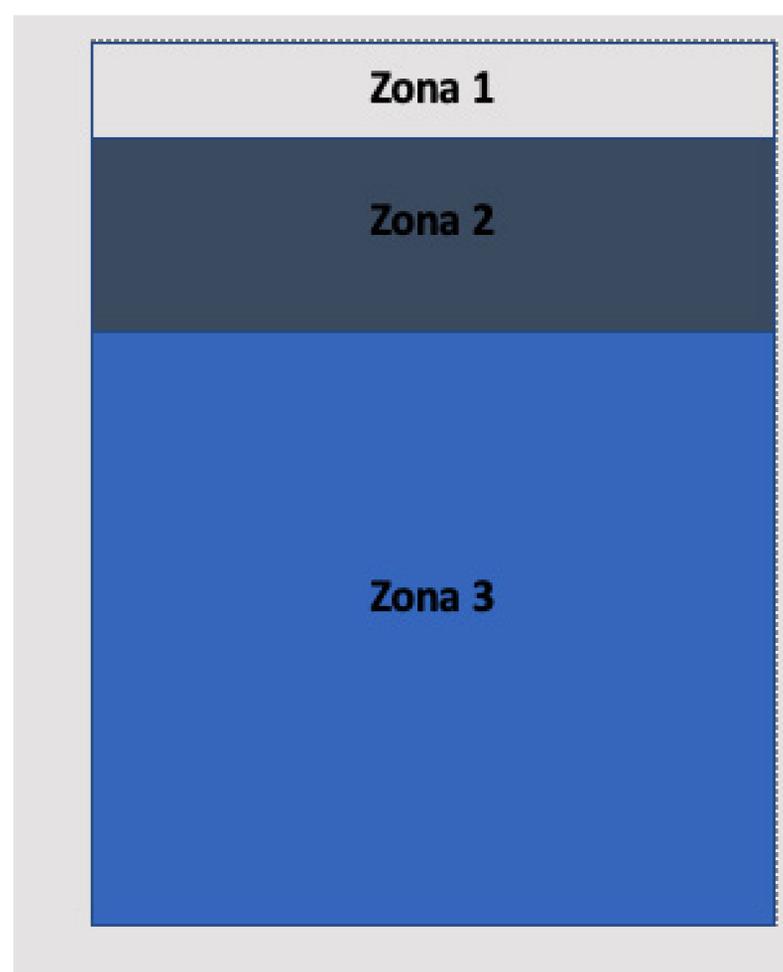
Neste item, buscamos definir o modo de organização dos enunciados na capa e a relação deles com o interior da revista. Partindo das noções teóricas sobre o regime textualizante definidas no capítulo *Fundamentação Teórica*, identificamos, no *corpus*, uma regularidade composicional para a distribuição dos elementos verbais e não verbais, conforme a representação na Fig. 9.

No *corpus*, os enunciados da capa organizam-se em três espaços distintos, aos quais denominamos “zonas”, assim discriminadas: na primeira, ocupando a parte superior, são dispostas, em geral, as chamadas; na segunda, encontra-se o logo da revista; e,

33 Ver pasta em: https://drive.google.com/drive/folders/1DJCv-E29DDtQuPp48zajO_Fq41l8kuya?usp=sharing

finalmente, na terceira, de dimensão notoriamente superior às demais, está disposta a manchete. Variavelmente, nessas zonas, podem aparecer elementos visuais tais como o código de barras, a tarja “exemplar do assinante” e/ou a indicação do preço. Apesar da recorrência, eles não estão presentes na totalidade do *corpus*. Dado o objetivo desta pesquisa, esses elementos são irrelevantes e, por isso, serão desconsiderados.

Figura 9 – Zonas de organização dos enunciados na capa



Fonte: Elaboração própria (2020)

Detalhando as três zonas, iniciamos pela primeira, em que estão dispostas as chamadas. Cada revista organiza os enunciados nesse espaço de forma diferente: em *Carta Capital*, há marcação visual, seja por uma linha ou pelo contraste de cores, separando os elementos dessa zona daqueles pertencentes às outras, o que sugere uma sinalização do diferente grau de importância entre elas. Em *Veja*, não há essa marcação, sendo uma única cor de fundo para o todo da capa.

Elaborada a partir de extratos desse espaço em duas das edições que compõem o nosso *corpus*, a Fig. 10 ilustra a forma como as duas revistas demarcam, em geral, a primeira zona. Em se tratando das chamadas, há relativa variabilidade no que tange à materialidade dos enunciados e à quantidade deles. Sobre o primeiro aspecto, os enunciados da Zona 1 nas duas revistas podem ser iconotextos, articulando o verbal e não verbal, ou podem ser de materialidade apenas verbal, como também a Fig. 10 pode ilustrar.

Nas edições CC897 e CC900, os enunciados nessa zona são organizados de maneira particular: um único enunciado verbal (“edição especial da crise”, em caixa alta e cor preta), que corresponde não à chamada para matérias, mas a uma indicação para a peculiaridade daquelas edições. Na edição VJ2474, essa zona não apresenta marcação porque a capa incorpora a cenografia de um cartaz colado num muro.

Figura 10 – Amostra da Zona 1



Fonte: Carta Capital (2015) e Veja (2015)

Sobre o segundo aspecto da organização na Zona 1, é também variável a quantidade de enunciados nela presentes, como nos mostram os dados da tabela abaixo.

Tabela – Ocorrência de chamadas nas capas

Número de chamadas por capa	Revista	
	Carta Capital (em 4 capas)	Veja (em 4 capas)
Não há chamadas	CC897	VJ2474
1 chamada	CC900	VJ2477
2 chamadas	0	VJ2455 e VJ2456
3 chamadas	0	0
4 chamadas	CC879 e CC880	0

Fonte: Elaboração própria (2019)

No *corpus*, é mais comum haver duas chamadas em *Veja* e quatro em *Carta Capital*. Apesar desse indicativo, a quantidade de chamadas varia de uma edição para a outra, sendo impossível estabelecer algum tipo de padrão quanto a este aspecto. Uma das chamadas em CC880 dissipa dúvidas quanto à previsibilidade do número de chamadas, pelo menos no *corpus*, já que remete a um suplemento que acompanhava aquela edição em específico, não aparecendo mais nas outras. Além disso, ainda que nas duas revistas haja edições sem qualquer tipo de chamada, a supressão dessa primeira zona pode causar algum tipo de estranhamento, como acontece em VJ2474 e em CC897 (Fig. 11).

Figura 11 – Ausência de chamadas em VJ2474 e em CC897



Fonte: *Veja* (2016) e *Carta Capital* (2016)

Continuando sobre a organização das capas, seguimos para a Zona 2, em que aparecem os logos da revista e da editora: *Carta Capital* centralizado, e *Editora Confiança* no canto superior direito; *Veja*, com alinhamento variável a cada edição e *Editora Abril* no canto superior esquerdo. Quanto à forma de disposição desses elementos, cada revista apresenta suas peculiaridades: nas edições de *Carta Capital*, as palavras “carta” e “capital”, sem espaço entre elas, costumam aparecer em cor vermelha e em cor branca ou preta, respectivamente, podendo as duas estarem totalmente em cor branca. Em todas as edições dessa revista, o logo, que ocupa toda a extensão da Zona 2, está com as iniciais maiúsculas, sendo o primeiro termo em negrito, possivelmente em referência ao nome do jornalista editor-chefe e fundador do hebdomadário.

A Fig. 12, elaborada a partir de extratos do *corpus*, permite visualizar essa zona. Nas edições de *Veja*, o logo, sempre escrito com letras minúsculas, ocupa apenas parte da Zona 2, sendo posicionado às vezes à direita ou ao centro, mas nunca à esquerda da capa. O logo, preenchido ou vazado, acompanha a cor da manchete ou da retranca, sendo a cor branca a de maior incidência no material analisado. Refletindo sobre o nome da revista, podemos afirmar que no próprio logo a publicação interpela o leitor pelo verbo em imperativo, chamando a atenção dele para a realidade, para aquilo sobre o que a revista já tem conhecimento e, por isso, é capaz de mostrar.

Figura 12 – Amostra da Zona 2



Fonte: Carta Capital (2016) e Veja (2016)

Finalmente, o terceiro espaço de organização nas capas é a Zona 3, ocupado pela manchete. Na totalidade do *corpus*, essa zona distingue-se das demais pelas seguintes regularidades: apresenta enunciados completamente diferentes a cada edição; está presente em todas as capas; e é preenchida exclusivamente por iconotextos. Observamos que, nessa zona específica do *corpus*, os elementos verbais estão terminantemente articulados a uma imagem, o que torna problemático entender que “manchete” se limite apenas às palavras.

Figura 13 – Amostra da Zona 3



Fonte: Carta Capital (2016) e Veja (2016)

Por esses aspectos peculiares, a Zona 3 diferencia-se das outras, já que a Zona 1 nem sempre apresenta materialidade imagética, e a Zona 2, pelo menos no *corpus*, traz enunciados praticamente padronizados. A Fig. 13 (acima) é um recorte do *corpus* para visualizar a particularidade dessa zona.

Passando da organização à relação que podemos estabelecer entre os enunciados dessas zonas regulares e os gêneros do interior da revista (Quadro 8 a Quadro 15), elencados no capítulo anterior, pausamos a nossa atenção nos enunciados da Zona 1: eles resultam da valência externa (Maingueneau, 2015) dos diversos gêneros que compõem

uma dada edição. Em detalhes, especificamente para essa primeira zona, atentamos que: em *Carta Capital*, as chamadas são irradiações de reportagens publicadas nas seções *Seu País* (edições 879, 880), *Economia* (edições 879), *Nosso Mundo* (edições 879, 880), *QI* (edições 879, 880, 900). Em *Veja*, irradiam para a capa as reportagens das seguintes seções: *Brasil/Lava-Jato/Petrolão* (edições 2455, 2456, 2477), *Saúde* (2455) e *Internacional* (2456).

Verificamos, então, nessa primeira zona da capa de revista, um caso de sequencialidade (Maingueneau, 2015), pois a cada chamada em *Carta Capital* e em *Veja* corresponde um texto de uma seção específica do interior da revista, sendo o gênero reportagem, em ambas, aquele com maior força irradiadora. Com a finalidade de promover melhor visualização dessa relação, elaboramos o quadro a seguir:

Quadro 16 – Gêneros irradiadores para a manchete

CARTA CAPITAL		VEJA	
Edição	Seção/Gênero	Edição	Seção/Gênero
Edição 879	Rosa dos Ventos/Artigo de opinião Editorial/Editorial Reportagem de capa/Reportagem Reportagem de capa/Reportagem	Edição 2455	Carta ao leitor/Editorial Especial/Reportagem Especial/Reportagem Especial/Reportagem Especial/Reportagem Especial/Reportagem Especial/Reportagem
Edição 880	Rosa dos ventos/Artigo de opinião Editorial/Editorial Reportagem de capa/Reportagem Reportagem de capa/Entrevista	Edição 2456	Carta ao leitor/Editorial Brasil/Reportagem
Edição 897	Capa/Editorial Capa/Reportagem Capa/Reportagem	Edição 2474	<i>Impeachment</i> /Reportagem <i>Impeachment</i> /Artigo de opinião
Edição 900	Capa/Reportagem Capa/Reportagem Capa/Reportagem	Edição 2477	<i>Impeachment</i> /Artigo de opinião <i>Impeachment</i> /Reportagem <i>Impeachment</i> /Reportagem

Fonte: Elaboração própria (2020)

Em princípio, a manchete é um tipo peculiar de chamada que indica a matéria principal de uma edição (Bahia, 2015). Portanto, seria de se supor que uma manchete correspondesse a um texto específico. Todavia, não é isso que se observa na totalidade do *corpus*. A remissão da manchete não é a uma reportagem em particular da seção principal, mas a várias delas, que podem, inclusive, estar em diferentes seções da revista.

Sobre esse aspecto, o Quadro 16 nos auxilia a avançar ainda mais: no *corpus*, além da reportagem, a manchete também remete aos seguintes gêneros: artigo de opinião (CC879, CC880, VJ2474, VJ2477), editorial (CC879, CC880, CC897, VJ2455, VJ2456) e entrevista (CC880).

Dessa forma, os enunciados nessa terceira zona surgem de um processo de irradiação mais complexo: as manchetes correlacionam-se não apenas a um único texto específico, mas a vários dos textos que compõem uma dada edição, e que estão incluídos em seções distintas. Aqui, diferentemente do que acontece na primeira zona, trata-se de uma sequencialidade “entrelaçada”: a manchete se forma a partir do encadeamento de gêneros distintos, incluídos nas mais diversas rubricas da revista. Nas manchetes de *Carta Capital* e de *Veja* predominam a irradiação dos gêneros opinativos, mais notadamente do editorial. Nas chamadas da revista da Editora Confiança irradiam mais frequentemente os textos da seção *Nosso Mundo*, que trata de política internacional, e da seção *QI*, que trata de cultura. Nas chamadas da revista da Editora Abril, os textos com maior força irradiadora são os da seção *Brasil/Lava Jato/Petrolão*.

Ora, se as capas de nosso *corpus* são formadas por enunciados organizados em zonas que resultam de um encadeamento, evidencia-se, então, o papel primordial da destacabilidade nessas capas de revista, dada a proximidade com a irradiação. Ainda que não tenhamos elementos suficientes para determinar que os gêneros elencados foram produzidos especificamente para entrar em uma sequência, essa relação pode fazer parte da “memorabilidade” do enunciado nas produções no campo midiático, pois “o próprio fato de não pretender tornar-se traço também é uma relação com o traço” (Maingueneau, 2015, p. 152).

Mesmo sendo diferentes os gêneros irradiadores, todos eles, inclusive a capa, estão inseridos em uma rubrica maior, a revista semanal de informação que, em algum nível, também determina o funcionamento de todos eles. Compreendemos que ela possa ser um “hipergênero” (Maingueneau, 2010, 2015), manifestando uma propriedade mínima que atravessa essa diversidade e que abrange, em uma só etiqueta, os diferentes gêneros, que tratam de temas bastante variados e são atribuídos a locutores distintos entre si.

Cada texto que esse “hipergênero” coloca em circulação pertence a um gênero em que papéis são pré-determinados (Maingueneau, 2013a). Dar indício de que a capa estabelece uma instância enunciativa e um público leitor é muito pouco, e, no *corpus*, essas duas instâncias podem ser exploradas um pouco mais. Nesse sentido, direcionamos a nossa observação a esses papéis dos participantes da interação, entendendo que os

temas, nas manchetes e nas chamadas, são abordados de acordo com a relação entre enunciador e coenunciador estabelecida pela revista.

No *corpus*, todas as manchetes abordam política nacional e foram publicadas na semana em que se desdobraram acontecimentos que, de alguma maneira, exerceram influência no andamento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, consoante quadro abaixo:

Quadro 17 – Acontecimento político relacionado ao *impeachment* e data de publicação das revistas

Acontecimento relacionado ao <i>impeachment</i>	Data	Edição de <i>Carta Capital</i>	Edição de <i>Veja</i>	Publicação da revista
Aceitação do pedido na <i>Câmara dos Deputados</i>	02/12/2015	CC879	VJ2455	09/12/2015
Suspensão dos trabalhos da comissão de avaliação do pedido	09/12/2015	VJ2456	CC880	16/12/2015
Autorização da instalação do <i>impeachment</i> em plenária na <i>Câmara dos Deputados</i>	17/04/2016	CC897	VJ2474	20/04/2016
Afastamento de Eduardo Cunha da presidência da <i>Câmara dos Deputados</i>	05/05/2016	CC900	VJ2477	11/05/2016

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A partir do apresentado no quadro 17, e tendo em vista os enunciados nos quadros 8 a 15 (*seção 3.5*), tecemos comentários.

No que se refere às chamadas, os enunciados da Zona 1 tornam evidente que:

- i) Em CC879, há chamadas para quatro reportagens, respectivamente sobre: a ocupação dos estudantes nas escolas paulistas; os desafios das empresas chinesas ao mercado brasileiro; a divulgação de um estudo sobre democracia; e o perfil de D. Pedro I revisto em nova biografia;
- ii) Em VJ2455, as chamadas referem-se a reportagens sobre: a denúncia de plágio cometido pelo filho de Lula; e as formas de proteção contra o Zika vírus;
- iii) Em CC880, as chamadas relacionam-se a reportagens, respectivamente, sobre uma personalidade do futebol, os impasses políticos na Venezuela e a falsificação de bebida alcoólica;
- iv) Em VJ 2456, as chamadas apontam para duas reportagens: uma sobre a quebra do sigilo bancário do filho caçula de Lula; e a outra sobre a vitória da oposição nas eleições legislativas da Venezuela;

- v) Em CC897, não há chamadas; tampouco há chamadas na edição 2474, de *Veja* – ambas publicadas no dia 20 de abril de 2016.
- vi) Em CC900, a única chamada remete a uma matéria sobre drogas, na seção QI; e,
- vii) Em VJ2474, a única aponta para reportagem sobre a acusação do procurador-geral da República de que o ex-presidente Lula integra uma “organização criminosa” que se instalou na Petrobrás.

No que se refere às manchetes: cada uma das edições estampa em espaço privilegiado da capa um iconotexto que remete a um acontecimento relacionado ao *impeachment* nos dias que antecederam a publicação daquele número. Essa retomada, no entanto, não ultrapassa o período de sete dias, correspondendo à temporalidade presumida para a produção discursiva nesse hipergênero.

Pelos temas abordados nas manchetes e nas chamadas, suscita-se não só que *Carta Capital* e *Veja* compartilhem o público leitor interessado em política, mas também que elas apelam para segmentos diferentes, apesar de circularem com a mesma periodicidade. Aqui neste caso, recorreremos à noção de “superdestinatário” (Maingueneau, 2015), que corresponde ao terceiro participante da interação, sobreposto ao destinatário imediato: pelas capas de *Carta Capital* depreende-se um superdestinatário com interesse em temas diversos, como cultura geral e política nacional e internacional; pelo conjunto noticioso das capas, *Veja* dirige-se a um superdestinatário que se volta para as questões do Brasil, mais fortemente relativas aos desdobramentos da Operação Lava-Jato.

Em ambas as revistas estudadas, essa sequencialidade está sujeita à ação de uma instância enunciativa complexa (Maingueneau, 2008b). Em decorrência da mediação feita por essa instância, que negocia posicionamentos distintos e define o que deve ser levado para a capa ou não, cria-se um efeito de homogeneidade. Em outras palavras: dada a sequencialidade, o posicionamento editorial marcado explicitamente em um gênero do interior da revista é, na capa, levado a outro nível, aumentando as possibilidades de alcance ao público.

Por esse prisma, a interação promovida pelas revistas se dá entre um enunciador, compreendido como “instância de enunciação complexa” (Maingueneau, 2008b), que se dirige a um “superdestinatário”. Ainda que compartilhem um público leitor em comum interessado em política, depreendido discursivamente pelo iconotexto, estimamos a possível interação com superdestinatários específicos, que compartilham valores, de certo modo, incompatíveis, ao se abordar o mesmo tema, como nos casos a seguir: a capa de CC879, publicada na semana em que foi aceito o pedido de *impeachment*,

Dilma Rousseff divide o espaço com Eduardo Cunha, o que não é feito em VJ2455. Esta edição lança como imagem apenas o rosto da então presidente em um fundo preto. Por ocasião da abertura das discussões sobre a matéria do *impeachment*, CC880 fala em uma trama elaborada pela ação conjunta do presidente da Câmara e do vice-Presidente; enquanto VJ2456 trata do baixo desempenho econômico do país durante os governos de Dilma Rousseff. Na semana da votação que decidiu pelo andamento do processo, CC879 estampa Eduardo Cunha e Michel Temer juntos na capa, e VJ2474 apresenta o pôster de campanha de Dilma Rousseff rasgado. Dias após o afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara, ele aparece sozinho na capa de CC900 e acompanhado de Dilma Rousseff na capa de VJ2474.

Malgrado a abordagem em maneiras distintas, os temas nas capas de *Carta Capital* e de *Veja* se entrecruzam, como se infere pelo Quadro 17. Entendemos que esse entrecruzamento seja consequência da regulação imposta pelo quadro cênico que se estabelece igualmente para as duas revistas semanais, já que o gênero está relacionado a um campo. A enunciação de ambas se inscreve no campo midiático jornalístico e, por isso, ativa as normas de uma instituição de fala prévia e deve observar as “condições de legitimação do dizer” (Maingueneau, 2008a) nessa esfera.

A essas condições relacionam-se dimensões públicas (a do interesse público), técnicas (efeito de imparcialidade e de objetividade) e normativas (valor-notícia), implicando que a produção discursiva no campo midiático jornalístico, independente do gênero, prime pela atualidade e cumpra a missão pública de informar. Isso implica dizer que, por força dessas regras, as revistas semanais de informação explanam temas relativos a não mais que os sete dias imediatamente anteriores à data de publicação e, no *corpus*, dadas as condições de enunciabilidade à época, tratar do *impeachment* era um tema imposto às duas.

As manchetes do *corpus* mostram que, apesar de impostos, os temas são abordados de maneira diferente em cada uma das revistas, sendo indício de que elas sejam reguladas por “coerções semânticas” (Maingueneau, 2008a) distintas, que definem, em cada uma delas, um modo próprio de colocar emergências e tendências temáticas. Em razão de serem submetidas a restrições específicas, *Veja* e *Carta Capital* produzem e fazem circular discursos na capa de forma que, ao leitor de cada uma delas, seja apresentado como unidade um conjunto noticioso diferente para o que, no mundo, são conjuntos de irrupções das mesmas condições de enunciabilidade.

Então, compreende-se que as “condições de legitimação do dizer” impulsionam as edições com mesma data de publicação a explorar o mesmo tema, só que filtrado

por um “sistema de coerções semânticas” (Maingueneau, 2008a) particular. Em razão dessa regulação discursiva a qual cada uma das duas revistas está submetida, *Veja* e *Carta Capital* inscrevem a enunciação e produzem discursivamente enunciados em conformidade a essas condições que lhes são impostas e que elas mesmas assumem.

Esses são aspectos do “quadro cênico” (Maingueneau, 2013a) no *corpus*. Na dimensão da cena englobante, depreendemos regras para a produção do discurso do tipo midiático jornalístico. Na dimensão da cena genérica, foram observadas regularidades nas capas das duas revistas: o aspecto formal, que exploramos mais detalhadamente com a depreensão das três zonas; e a periodicidade ampliada, que permite a ambas as revistas o tratamento mais aprofundado às questões trabalhadas nos noticiários diários. Junto aos parceiros da interação, essas regularidades compõem a “cena rotineira” (Maingueneau, 2013a) desse gênero.

Quanto ao estatuto dos parceiros, soma-se a “superdestinatário” a noção de “instância enunciativa complexa”. Verifica-se que, no *corpus*, as capas de revista resultam da irradiação de diferentes textos-fonte atribuídos a locutores distintos. Na capa, entretanto, não há menção a eles, o que nos leva a ponderar que a responsabilidade enunciativa nesse gênero tende a se afrouxar em favor de um “locutor coletivo” (Maingueneau, 2008b), que promove apagamentos enunciativos para a produção do efeito de unidade. Atribui-se, então, a responsabilidade dos enunciados da capa a um único locutor, que não está associado a um sujeito empírico, mas a uma instituição que, no gênero capa de revista, organiza a enunciação de diferentes locutores em diferentes gêneros de forma a “construir, reforçar e legitimar sua identidade em determinada conjuntura” (Maingueneau, 2015, p. 75).

Trata-se, portanto, de um funcionamento discursivo distinto dos outros gêneros que compõem o hipergênero revista semanal de informação. No *corpus*, notamos que essa instância coletiva organiza os enunciados a partir de um processo de negociação dos mais diversos pontos de vista para marcar uma posição. Nesse funcionamento, o enunciado da Zona 2 desempenha papel decisivo: é ele que designa o locutor responsável pela enunciação da capa.

Tomar em consideração que a enunciação no gênero capa de revista semanal de informação seja feita por um locutor coletivo não implica necessariamente a refutação da hipótese que motivou esta pesquisa. A esse propósito, repare-se a formatação das chamadas e das manchetes (Quadros 8 a 15). Apuramos que esses enunciados podem ser empregados como título ou subtítulo. Em ambos os casos, marcas visuais se notabilizam em dois aspectos: a tipografia utilizada nos títulos das chamadas e das manchetes, não

permitindo distinguir letra maiúscula e letra minúscula; e a ausência de ponto final nos enunciados.

No que se refere aos títulos das chamadas, eles são quase na totalidade formatados em frases nominais e condensam o tema abordado em cada texto-fonte: “rebelião jovem”, “investimentos”, “Estados Unidos” (CC879); “suplemento”, “eleição na CBF”, “Venezuela”, “falsificação” (CC880); “LSD” (CC900); “prestação de contas”, “orgulho dos velhinhos” (VJ2456); e “no topo da cadeia” (VJ2477). Como recuperam o título do texto-fonte, pode-se falar de uma forma de “destacamento fraco” (Maingueneau, 2014).

No que se refere aos títulos das manchetes, também há predominância de frases nominais: “frustração e vingança” (CC879); “o complô” (CC880); “impeachment” (VJ2455); “a máquina de atraso de Dilma” (VJ2456); “fora do baralho” (VJ2474); “tchau, querida/tchau, querido” (VJ2477). Para esses enunciados, contudo, a noção de destacamento forte ou fraco se torna problemática porque eles remetem a mais de um texto, e o leitor, apenas pela capa, não consegue identificá-los de imediato. De outra maneira, pode-se entender que o destacamento do texto-fonte foi tão intenso que o leitor tem dificuldade em recuperá-lo. Ainda assim, chama a nossa atenção não a intensidade, mas as diferentes remissões que uma única manchete faz.

Assim sendo, no *corpus* um locutor coletivo organiza diferentes enunciados do interior da revista e opera neles uma formatação que resulta em uma sequência linguística única, autônoma, geralmente uma frase nominal, que, a se ver pela manchete, não corresponde exatamente à(s) contrapartida(s).

Nesse processo, corrobora igualmente a irradiação, já que, não fosse pela força irradiadora dos gêneros, o próprio material de análise desta pesquisa talvez não existisse, pelo menos não da forma que está. As capas das revistas semanais de informação do *corpus* são resultado incondicional da sequencialidade de gêneros do interior de uma dada edição, dos quais são extraídos os enunciados que chegam à capa na primeira e na terceira zona. No *corpus*, os enunciados da Zona 3, por resultarem de “sequencialidade entrelaçada”, são os únicos formados exclusivamente por iconotexto.

Tendo em vista a terceira pergunta de pesquisa, delimitamos duas edições de cada revista, com mesma data de publicação, e fixamos a nossa atenção na Zona 3 delas porque, diferentemente do que acontece na Zona 1, nesse espaço da capa o iconotexto é imprescindível.

3.2 As manchetes intersemióticas das revistas

Nesta seção, vamos apreender os enunciados das manchetes intersemióticas de duas edições de *Carta Capital* e de *Veja* com mesma data de publicação com a finalidade de investigar em que medida eles são resultado do destacamento de outros textos e, até mesmo, daqueles que não necessariamente estejam no interior da própria revista. Para a análise, mobilizamos noções discutidas no capítulo *Fundamentação teórica*, e lançamos mão da regularidade formal identificada na seção 4.1 para observarmos o iconotexto da Zona 3 separadamente do todo da capa. Acrescemos que, para estabelecer o percurso dos enunciados, do interior para a capa, e identificar suas possíveis alterações, recorreremos às transcrições dos textos, disponibilizadas em ambiente digital.

3.2.1 A manchete intersemiótica da edição 879, de *Carta Capital*

No iconotexto da manchete desta edição, predominam três cores: azul, vermelho e branco. Há duas personagens em destaque: uma delas, no lado esquerdo superior, ocupando quase a totalidade da capa, é Eduardo Cunha, retratado pelo rosto e pelas mãos. A outra é Dilma Rousseff, trajando salto alto, calça e um sobretudo. Uma luz vermelha, originária do lado superior esquerdo, atravessa toda a capa e incide nos dois sujeitos: na personagem feminina, cobre as costas; na personagem masculina, ilumina os cabelos, parte traseira da cabeça, e o dorso de ambas as mãos. Por estarem posicionados de costas para a luz, tanto Eduardo Cunha quanto Dilma Rousseff formam uma penumbra que, contraditoriamente, permite reconhecê-los pelo rosto.

Figura 14 – Capa de CC879



Fonte: Carta Capital (2015)

O olhar de Eduardo Cunha está fixo em um ponto na parte inferior direita da revista, na direção do espaço ocupado por Dilma Rousseff. O desenho dos lábios com os dentes à mostra e a imposição das mãos como se apanhasse algo no ar reforçam, nele, a expressão facial de obsessão, contrastando com o semblante apreensivo dela, que, pelas pernas flexionadas, parece estar fugindo.

Além desses elementos imagéticos, os elementos verbais que compõem esse iconotexto se organizam em dois grupos. O primeiro, contendo a manchete, em que se lê o enunciado “frustração e vingança”, em caixa alta e cor branca, posicionado do lado inferior direito; e o segundo, contendo o subtítulo da manchete, também em caixa alta e cor branca, mas com fonte menor do que a da manchete, em que se lê “morre a chantagem de Cunha, sobram os riscos e as incertezas precipitadas pelo pedido de *impeachment*”.

Relacionando esses elementos com o interior da revista, recuperamos os seguintes textos (Quadro 8): *A imolação de Cunha*, coluna de Maurício Dias; *Tempos de chantagem*, editorial de Mino Carta; *O fim da chantagem*, reportagem de André Barrocal e de Rodrigo Martins; e, *Tem jeito de golpe*, entrevista com Marcelo Lavanère. Deles, selecionamos

os seguintes enunciados, que podem ter sido destacados para produzir o iconotexto da manchete de capa, e elaboramos o Quadro 18.

Quadro 18 – Sequências relacionadas à manchete de CC879

LINHAS	SEQUÊNCIA
1	Não foi por qualquer razão de natureza técnica.
1-3	A decisão tomada por Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados, de acolher o pedido de <i>impeachment</i> de Dilma foi, acima de tudo, um ato de desespero.
3-5	Este é o fator preponderante de um movimento, muito além de mero jogo político, temperado pelo sentimento de vingança. Cunha jogou a toalha. Um gesto simbólico de desespero.
6-7	Ele confiava desconfiando no acordo com feitiço de chantagem imposto por ele ao Partido dos Trabalhadores.
10-11	A suposta barganha foi para o espaço. Cunha reagiu.
21-22	Ele contribuiu efetivamente para a desmontagem da base do governo no Congresso.
38-40	Em qual dito país democrático o destino do governo e do seu partido fica sujeito à chantagem do presidente da Câmara dos Deputados, disposto a vender caro a sua pele de infrator?
42-43	O PT nega-se a uma capitulação ignominiosa e preserva o que lhe resta de dignidade, logo Eduardo Cunha parte para a vingança
87-88	É bom, para a dignidade do governo e do seu partido, que enfim não capitulem diante da chantagem de Eduardo Cunha
109-114	Seu ato de beligerância e claramente amparado na vingança à decisão do PT de votar a favor da continuidade de um processo de cassação contra ele no Conselho de Ética da Câmara serviu para reaproximar do governo os movimentos sociais que andavam afastados por causa da política econômica e deu força aos argumentos de quem enxerga a iniciativa como uma afronta à Constituição e uma mera tentativa de golpe.
136-138	Mais lúcido que o colega Bicudo, Reale Jr., o outro autor da representação a favor do <i>impeachment</i> , declarou ao jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> ter se tratado de “uma chantagem explícita” contra o PT e o Palácio do Planalto
193-195	[José Geraldo] Afirmou que o governo era vítima de uma “chantagem” de Cunha e que não queria ser responsabilizado pela abertura de um processo de <i>impeachment</i> contra Dilma.
224-226	Desde a eleição para a presidência da Câmara, em fevereiro, quando tentou impedir a vitória de Cunha, o governo temia o risco de se tornar refém do deputado, notório antipetista.
237-239	Em um dos mandados de segurança [deputados do PT e do PC do B] alegam que o processo foi aberto por perseguição política e atende aos interesses individuais do presidente da Câmara.
321-322	À frente da Câmara dos Deputados, ele passou meses a chantagear o governo de oposição com o poder de acolher ou rejeitar pedidos de <i>impeachment</i> .

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de *Carta Capital* (2015)

Analisando as sequências, começamos pela linha 1: o marcador polifônico “não” permite distinguir duas proposições – uma expressa pelo enunciado (“foi por razão de qualquer natureza, exceto técnica”) e outra por ele mesmo negada (“foi por razão de natureza técnica”). Para além da polifonia, esse marcador também funciona como negação polêmica, pois essa sequência “mantém necessariamente uma relação de contradição com o enunciado que refuta” (Maingueneau, 1997, p. 82), sendo impossível que ambas as proposições sejam verdadeiras em um só tempo no interior de uma dada situação de discurso. Dessa forma, o marcador “não” condensa, nessa sequência, dois posicionamentos antagônicos em confronto.

Esses posicionamentos antagônicos são manifestados, em diferentes níveis de explicitude, ao longo de todas as sequências selecionadas, e podem ser recuperados se evocadas as condições de enunciabilidade da capa em análise. A edição CC879, datada de 09 de dezembro de 2015, chegou às bancas após uma semana turbulenta na política brasileira: na quarta-feira anterior, havia sido suspensa a sessão para votar o parecer favorável ao afastamento de Eduardo Cunha; no dia seguinte, à quinta-feira, ele aceitou um dos pedidos de deposição de Dilma Rousseff. Esses dois eventos se inserem no desenrolar da tensa relação entre os ocupantes dos cargos mais altos da Câmara dos Deputados e do Palácio do Planalto, conhecida, pelo menos, desde que a vitória de Eduardo Cunha frustrou os planos do governo em eleger um deputado aliado para conduzir os trabalhos em uma das casas do Poder Legislativo (Singer, 2018).

Acontece que, em 13 de outubro de 2015, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e a Rede Sustentabilidade (Rede) protocolaram, junto ao Conselho de Ética da Câmara, um pedido de cassação de Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar, já que ele mentira sobre a inexistência de contas bancárias na Suíça em depoimento à CPI da Petrobrás. O presidente da Câmara, para impedir o prosseguimento das investigações, teria articulado com o Partido dos Trabalhadores voto desfavorável ao parecer do relator, e, em troca, não aceitaria nenhum pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (Limongi, 2017).

As sequências 87-88, 109-114, 224-226 e 321-322 alimentam esse discurso. Ao construir o episódio da aceitação do pedido de *impeachment* no campo midiático jornalístico, *Carta Capital* sustenta um posicionamento a partir de itens lexicais, tais como “acordo com feitiço de chantagem” (linhas 3-5), “suposta barganha” (linha 10-11), “chantagem” (linha 38-40, linhas 87-88) e “capitulação ignominiosa” (linha 42-43). A atitude de Eduardo Cunha frente à expectativa não correspondida é categorizada como “ato de desespero” (linhas 1-3), “movimento temperado pelo sentimento de vingança”

e “gesto simbólico de desespero” (linhas 3-5), “vingança” (linhas 42-43), “ato de beligerância e claramente amparado na vingança” (linhas 109-114) e “perseguição política” (linhas 237-239).

Essa coesão discursiva tecida pelos itens lexicais não aparece apenas nos textos de gênero opinativo – “A imolação de Cunha” e “Tempos de chantagens” –, nos quais prevalece a voz de um único locutor, mas também na reportagem principal, em que o locutor jornalista recorre a diferentes vozes, orquestrando-as de forma a garantir estabilidade discursiva em torno do mesmo referente – no caso, a aceitação do pedido.

Nas linhas 237-239 do texto “O fim da chantagem”, é mencionado o mandado de segurança impetrado contra Eduardo Cunha pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O locutor jornalista recorre ao discurso indireto (Maingueneau, 2013a) e, por inserir a fala utilizando o verbo *dicendi* “alegar”, direciona o discurso citado para o campo jurídico.

Ainda nesse mesmo texto, há mais duas falas atribuídas a outros locutores, também introduzidas por verbo de dizer. A primeira retoma a entrevista do jurista Miguel Reale Junior ao jornal *Folha de S. Paulo* (linhas 136-138), e a segunda é um excerto da fala pública do deputado federal José Geraldo (PT-PA) no plenário da Câmara.

Nesses três casos, as falas são apresentadas sob a forma de discurso relatado (Maingueneau, 2013a), encenando uma enunciação sobre outra. Ou seja, pela “enunciação citante”, o locutor jornalista recupera uma “enunciação citada”, introduzida por verbos *dicendi* (nas sequências, são os verbos “alegar”, “declarar” e “afirmar”).

Nessas duas últimas falas especificamente, apesar de terem sido introduzidas sob a forma de discurso indireto, aparecem aspas em determinados termos: “chantagem explícita” (linha 138) e “chantagem” (193) marcam explicitamente os limites da enunciação do locutor jornalista e das enunciações de Miguel Reale Jr. e de José Geraldo, respectivamente, criando um efeito de discurso direto.

Com o uso das aspas, provoca-se um efeito de reconstituição objetiva do enunciado na forma como foi dito originalmente, mas essa marcação é necessariamente subjetiva e está condicionada à interpretação do discurso citado, pois “o discurso direto é um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante para lhe dar um enfoque pessoal” (Maingueneau, 2013a, p. 182). Dito isso, observamos que tanto a fala de Reale Jr. quanto a de José Geraldo são mobilizadas para dar suporte à objetividade pretendida pelo locutor jornalista de que a decisão de Eduardo Cunha tem motivações pessoais, reconhecidas até por um dos juristas que acusam Dilma Rousseff de ter cometido crime de responsabilidade.

Do ponto de vista do percurso, essas três falas, introduzidas por discurso indireto e direto, também são representativas do potencial de destacabilidade dos enunciados na mídia. Estes, também por força da irradiação, transitam de um gênero para outro, mesmo quando produzidos por veículos institucionais distintos e com periodicidade também distinta. Com efeito, essas ocorrências trazem à tona novamente, no *corpus*, a questão de “memorabilidade” (Maingueneau, 2015) das produções no campo midiático porque muito possivelmente as falas assinaladas foram proferidas sem a pretensão de serem retomadas, sendo casos de destacamento de enunciados originalmente produzidos em outro gênero: a fala do deputado José Geraldo foi destacada de um discurso no plenário da Câmara Federal, e a declaração de Miguel Reale Jr. foi pinçada de uma entrevista para a *Folha de S. Paulo*, jornal de publicação diária.

Em ambos os casos, os enunciados apareceram primeiro em um gênero, e, em seguida, foram postos em circulação na reportagem de uma revista semanal de informação. Não se pode afirmar, no entanto, que elas tenham sido produzidas com a finalidade do destacamento, apesar de ele ter acontecido. Desconfiamos que essas sequências não tenham sido destacadas aleatoriamente uma vez que elas contêm itens lexicais alinhados ao posicionamento defendido nos textos da edição CC879. Esse seria um indício do funcionamento da máquina midiática: a operação de destacamento estaria diretamente relacionada às “condições de legitimação do dizer” (Maingueneau, 2008a) das produções dessa instância midiática.

Sendo assim, os destacamentos nas linhas 138 e 193 reforçam a objetividade pretendida pela produção no campo midiático jornalístico: ao recorrer à fala de personalidades políticas, o locutor opera um destacamento que simula a restituição das falas citadas como se tivessem sido proferidas tal qual apresentadas, de forma que ele se exime da responsabilidade do que foi dito e intensifica o posicionamento por ele mesmo defendido.

Esse efeito de objetividade também se torna mais forte com a fala do advogado Marcello Lavanère, na entrevista intitulada “Tem jeito de golpe”. Por ter sido um dos responsáveis pelo pedido de afastamento do então presidente Fernando Collor, a revista instaura para esse locutor um lugar enunciativo de autoridade para tecer comentários sobre a decisão de Eduardo Cunha de levar adiante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Ao discorrer sobre o pedido, Lavanère o classifica como “peça inepta” (linha 315), recuperando o posicionamento marcado na linha 1 de que as denúncias não possuem motivação técnica, sendo o desfecho das chantagens (linha 321) do presidente da Câmara dos Deputados contra a presidente da República.

A fala de Lavanère soma-se aos outros enunciados citados que são mobilizados em CC890 para firmar um posicionamento. Todavia, diferentemente de Reale Jr. e de José Geraldo, cujas falas foram destacadas de outro contexto e inseridas na enunciação de *Carta Capital*, a Marcello Lavanère é concedido um lugar de enunciação dentro da própria revista, no gênero opinativo entrevista.

Aprendemos que, para marcar um posicionamento no espaço discursivo, os sujeitos devem se adequar às regras e às exigências que lhe são imputadas por esse “sistema de restrição semântica” (Mainqueneau, 2008a). Da mesma forma, os sujeitos também devem recusar os enunciados que não estejam em conformidade com essas regras. A filtragem dos enunciados é percebida em todas as ocorrências do termo “*impeachment*” nos textos selecionados, já que essa terminologia técnica se refere ao procedimento ao qual a presidente deverá responder (linhas 2, 154-155, 156, 243, 290), mas, em sentido bastante estrito e especificado, sobretudo, na linha 50 do editorial assinado por Mino Carta: “O *impeachment* era, e continua a ser, golpe”.

Inserido no fio interdiscursivo, esse termo polemiza com o discurso de VJ2455. Em ambas as edições, fala-se em *impeachment*, processo de deposição de um chefe de Estado motivado por denúncias robustas e fundamentado em argumentos técnicos, exatamente o que, para *Carta Capital*, não se aplica ao que está acontecendo com Dilma Rousseff.

Desse jogo de agenciamento de falas, podemos reconhecer peças do sistema de coerções que governam os enunciados nessa edição em tela, e garantem a coesão discursiva na enunciação dos sujeitos, inclusive, daqueles que não pertencem ao quadro da revista: o advogado Marcelo Lavanère classifica expressamente o episódio da semana como um “golpe institucional” (linha 324).

Assim, os itens lexicais que categorizam a decisão de Eduardo Cunha estão de acordo com as regras desse sistema semântico que rege o dizer em CC879, segundo o qual o processo ao qual a presidente está sendo submetida não tem sustentação jurídica, ou seja, é um “golpe” (linhas 27, 50 e 114). O termo “golpe”, entretanto, é alçado apenas ao título da entrevista, não sendo levado à manchete. Na capa de CC879, o acontecimento da semana é qualificado como “frustração e vingança”, frase nominal que caracteriza a situação de forma mais pessoal do que política e técnica.

Nesses elementos dos enunciados verbais da manchete, cada um dos substantivos remete às diferentes ideias das sequências selecionadas (Quadro 18), resumindo os conceitos principais sobre os quais elas discorrem. Considerando essa remissão, o termo

“frustração” se relaciona à “suposta barganha” (linhas 10-11) e ao “acordo com feitiço de chantagem” (linhas 6-7) entre Eduardo Cunha e o Partido dos Trabalhadores. Este, todavia, “nega-se a capitulação ignominiosa e preserva o que lhe resta de dignidade” (linhas 42-43). “Frustração” também se associa a um “ato de desespero” (linha 3), sequência sobreasseverada por uma operação metadiscursiva (Maingueneau, 2014) acionada pela expressão “acima de tudo”. Quanto ao termo “vingança”, ele aparece expressamente em alguns trechos das sequências, mas também alude a “ato de beligerância” (linha 109).

Ressalta-se que, originalmente, esses enunciados foram proferidos por locutores distintos (Maurício Dias, Mino Carta, André Barrocal e Rodrigo Martins), inclusive não pertencentes ao quadro editorial da revista (Marcelo Lavanère, Miguel Reale Junior e José Geraldo). Na capa dessa revista, contudo, o “locutor coletivo” organiza essas diferentes vozes e as apresenta como se fossem suas; mas esses enunciados a ele atribuídos só existem porque foram destacados. Pelo que se nos mostra, estamos lidando com uma produção do regime aforizante.

Nesse sentido, o enunciado verbal dessa manchete surge do destacamento de diferentes elementos e de diferentes sequências do interior da revista, o que nos induz a classificá-lo como uma aforização secundária (Maingueneau, 2014). Contudo, em detalhes, o enunciado “Frustração e vingança” não atende aos preceitos da aforização canônica, sendo também impossível estabelecer um único enunciado de contrapartida, porque há vários sugerindo essa relação. Podemos, então, também apreendê-la como “aforização-eco”, pois “a frase não verbal se apresenta como o traço de uma aforização prévia completa, que, na realidade, é construída por essa própria remissão” (Maingueneau, 2014, p. 54).

Sendo aforização, o locutor coletivo torna-se aforizador, sujeito da enunciação que estabelece sua convicção livre de qualquer forma argumentativa e de negociação. Nesse sentido, a frase nominal avigora essa propriedade pragmática do regime aforizante: por não apresentar dêiticos, o enunciado inscreve-se de maneira perene no tempo e no espaço tal qual uma “verdade” incontestável. Paradoxalmente, o enunciado “frustração e vingança” não expressa um posicionamento sobre o mundo em todas as suas dimensões, e só tem validade como uma tomada de posição indisputável frente a um acontecimento específico da política brasileira no final do ano de 2015. Desse contrassenso, emana a força ilocutória do sujeito aforizador, que pretende exprimir um posicionamento aquém de qualquer jogo de linguagem, e o faz por um enunciado generalizante, exprimindo uma convicção em torno da abertura do processo de afastamento de Dilma Rousseff, qualquer que seja o tempo em que essa capa circule.

Para interpretar essa aforização, entra em cena o subtítulo da manchete, que, assim como o título, é resultado do destacamento de outras sequências do interior da revista (“Cunha jogou a toalha”, linhas 3-5; “chantagem de Cunha” – linhas 87-88), portanto, também aforização secundária. Esse enunciado direciona o leitor para o enquadre exigido pela aforização, oferecendo elementos para interpretá-la: as expressões nominais “chantagem de Cunha” e “incertezas precipitadas pelo pedido de *impeachment*” permitem o enquadre informacional (Maingueneau, 2014), porque apresentam ao leitor a informação de que ele precisa saber naquela semana.

Esse enquadre, no entanto, é insuficiente para abarcar todos os enunciados aforizados do iconotexto na capa, demandando do leitor uma interpretação associada (Maingueneau, 2014). Diferentemente dos enunciados verbais, que foram produzidos pelo regime de atualidade, os enunciados não verbais, além de recuperarem sequências do interior dessa edição, também extraem elementos de um *thesaurus*, ou seja, de um conjunto de saberes partilhados dignos de interesse coletivo. Pelo regime de memória, interpretamos o iconotexto a partir da aproximação, em certo nível, com elementos de “Chapeuzinho vermelho”, conto de fadas clássico, que sofreu inúmeras adaptações e releituras na cultura popular. Na literatura, a versão dos Irmãos Grimm é a mais conhecida; no cinema, a mais recente é *Caminhos da Floresta*, filme dirigido por Rob Marshall com elenco composto por Meryl Streep, Johnny Depp e Emily Blunt.

Em que pesem as adaptações, o quadro estabilizado da narrativa desse conto é o de uma menina, que usa vestimenta de veludo em cor vermelha. Orientada pela mãe, a protagonista deve levar doces para a avó, que vivia no meio da floresta, mas, ao trilhar sozinha pelo caminho desconhecido, se torna alvo da obsessão de um lobo faminto. Se o leitor depreende do iconotexto da manchete essa narrativa, ele, então, partilha do mesmo *thesaurus* que o enunciador da revista mobiliza.

A narrativa-base do conto é polissêmica e pode motivar inúmeras interpretações. Ocorre que, nessa manchete, esses elementos foram recuperados e sofreram algum tipo de variação para significar em um contexto de circulação bastante específico. Conforme essa circunstância, a narrativa foi levada ao iconotexto da capa pelo processo de captação e de subversão (Maingueneau, 2010), segundo o qual o locutor não apenas extrai os enunciados, mas também os explora em uma determinada direção.

Pelo enquadramento histórico, o leitor busca sentido a partir de orientações como: “dizendo *p*, procura-se o efeito *X*” (Maingueneau, 2014, p. 126). Sem perder de vista que a narrativa não foi mobilizada em todos os sentidos possíveis, estreitamos a interpretação para as possibilidades de sentido engendradas pelo sistema de coerções em CC879:

cotejando a narrativa base com o iconotexto, identifica-se uma subversão que permite a analogia de que Dilma Rousseff é a protagonista em apuros, e de que Eduardo Cunha é o antagonista perseguidor.

Essa interpretação conforma-se com as coordenadas enunciativas pelas quais se depreende a cenografia (Maingueneau, 2013a) da manchete: a topografia constrói a cena da enunciação em um lugar sombrio, geograficamente não localizável; a cronografia corresponde a um tempo estático, quase à maneira de uma pintura que, pelos movimentos das pernas de Dilma Rousseff e pela imposição das mãos de Eduardo Cunha, retratam momentos antecedentes ao de uma captura, como quando um animal persegue a sua presa. Além disso, “os riscos” e “as incertezas”, no subtítulo, reforçam a similitude que a cenografia explora: à semelhança da floresta do conto, o caminho do *impeachment* é desconhecido, daí o breu predominante na capa.

Tendo estabelecido que a produção se inscreve no regime de memória e que os enunciados movimentam elementos do *thesaurus*, o iconotexto se mostra suscetível a mais outra interpretação: pelo enquadramento histórico, expressa-se uma visão singular de mundo. Por esse prisma, o iconotexto representa uma narrativa que se perpetua como exemplar e esse efeito de perenidade se fortalece pela articulação com a frase nominal da manchete.

Dada a pujança do *thesaurus* para a interpretação, compreendemos que esse iconotexto contempla as características dos enunciados produzidos pelo sistema de particitação (Maingueneau, 2008b), dentre as quais sublinhamos as seguintes: não há indicações expressas do texto de origem, apenas marcas de um deslocamento interno à enunciação (a manipulação da imagem pode ser assim entendida); o enunciado mantém aspectos do significante, mas foi reconstituído em uma determinada variação (as personagens do conto são mantidas, mas, na capa, assumem o papel de personalidades políticas); e o locutor supõe que ele e seu alocutário partilhem de um mesmo *thesaurus* (o leitor deve reconhecer a narrativa do conto).

Caso se trate de uma particitação, apresenta-se, pois, uma enunciação cuja responsabilidade é atribuída a uma instância anônima porque “o anonimato da fonte caminha de mãos dadas com o caráter compartilhado das falas citadas” (Maingueneau, 2008b, p. 95). Dessa forma, observa-se que, em CC879, uma voz inominável também enuncia e desnivela a voz do aforizador: é o “hiperenunciador”, que confere autenticidade ao enunciado, funcionando como instância transcendental e validante, e que sustenta o patrimônio de uma comunidade discursiva – no caso dessa capa, da ordem da literatura ou da cultura popular.

Considerando que a cenografia é, ao mesmo tempo, o que engendra o discurso e o que é por ele engendrado (Maingueneau, 2013b), o locutor coletivo da revista, ao apelar a uma instância detentora de valores compartilhados por ele e por uma comunidade discursiva, garante a validade da cena enunciativa que constrói e busca comprovar que aquela é a forma que melhor retrata o fato de Eduardo Cunha ter aceitado o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff: uma perseguição.

3.2.2 A manchete intersemiótica da edição 2455. de *Veja*

Figura 15 – Capa de VJ2455



Fonte: *Veja* (2015)

Os elementos da manchete intersemiótica de VJ2455 estão distribuídos em dois planos. No plano de fundo, encontra-se exclusivamente a cor escura. No primeiro plano, há elementos imagéticos: em cores, vê-se o rosto de Dilma Rousseff em perfil, posicionado à esquerda da página, e virado para a direita. Pela curvatura da sobrancelha e pelo desenho dos lábios, ela aparenta estar apreensiva. No primeiro plano, há também elementos verbais, organizados em dois blocos: o primeiro bloco posiciona os enunciados na parte superior da zona 3, em que se lê, em caixa alta e na cor vermelha, “Especial 24 páginas”.

Abaixo desse enunciado, posicionado exatamente à altura da testa de Dilma Rousseff, há outro: “Impeachment”, em caixa alta e fonte de tamanho maior que o

enunciado anterior. O segundo bloco de elementos verbais no primeiro plano concentra os enunciados em cor branca e caixa alta que se localizam à direita da capa, ocupando todo o espaço entre o centro e o rodapé; são os enunciados, ordenados de cima para baixo: “Por que é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha”; “O passo a passo do processo que visa a derrubar a presidente”; “Uma ex-cara-pintada e um ex-petista são os autores do pedido”; “A euforia dos mercados sinaliza que, sem Dilma, a confiança volta”; “Como a Lava-Jato dará munição aos defensores do impedimento”; “O STJ pode soltar os corruptos e a indignação catalisar o processo”; “A primeira reação de Collor e Dilma foi a mesma: culpar os adversários”; e, “Por que é indolor no parlamentarismo trocar governante incompetente”.

No iconotexto da manchete dessa edição, o enunciado “Impeachment” está articulado a outros enunciados verbais organizados em lista cujos itens são introduzidos por um caractere em forma de quadrado minúsculo. Eles funcionam como retranca (Bahia, 2015), ou seja, são breves chamadas relacionadas à manchete. Em razão do volume desses elementos e com o intuito de tornar mais explícita a remissão feita em cada retranca, organizamos essa relação no quadro a seguir:

Quadro 19 – Organização dos elementos relacionados às retrancas da capa de VJ2455

	Enunciado da retranca	Gênero do interior da edição	Título do texto	Locutor
Retranca I	Por que é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha	Editorial	<i>A beleza do impeachment</i>	-
		Reportagem	O papel das ruas	Eduardo Gonçalves
Retranca II	O passo a passo do processo que vida a derrubar a presidente	Reportagem	<i>Impeachment não é guerra</i>	Daniel Pereira
Retranca III	A euforia dos mercados sinaliza que, sem Dilma, a confiança volta	Reportagem	O alicerce apodreceu	Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga
Retranca IV	Uma ex-cara-pintada e um ex-petista são os autores do pedido	Reportagem	A ex-cara-pintada e o ex-petista	Marina Barros

Retranca V	Como a Lava-Jato dará munição aos defensores do impedimento	Reportagem	Os ecos da Lava-Jato	Robson Bonin e Hugo Marques
Retranca VI	O STJ pode soltar os corruptos e a indignação catalisar o processo			
Retranca VII	A primeira reação de Dilma e Collor foi a mesma: culpar os adversários	Reportagem	O primeiro choque	Kalleo Coura e Marina Barros
Retranca VIII	Por que é indolor no parlamentarismo trocar governante incompetente	Reportagem	O sistema de crises em traumas	Duda Teixeira e Leonardo Coutinho

Fonte: Elaboração própria (2020)

Como é de se supor, a cada retranca corresponderia um texto específico, todavia não é isso que identificamos com a leitura dessa edição. O disposto no quadro 19 afina a percepção de que, no *corpus*, há caso de “sequencialidade entrelaçada”; especificamente em VJ2455, esse fenômeno manifesta-se de forma que uma mesma reportagem irradie para mais de uma retranca na mesma capa: “Impeachment não é guerra” associa-se às retrancas I, II e III; “Os ecos da Lava-Jato”, às retrancas V e VI; e “O primeiro choque”, às retrancas VII e VIII.

A sequencialidade é o ponto de partida para a destacabilidade nessa capa, que será abordada inicialmente a partir da relação entre a retranca I e os seguintes textos: o editorial “A beleza do impeachment”, e as reportagens “Impeachment não é guerra” e “O papel das ruas”, de Daniel Pereira, e de Eduardo Gonçalves, respectivamente. Desses três textos, selecionamos os trechos abaixo, que podem ter sido destacados para compor a primeira retranca:

Quadro 20 – Sequências relacionadas à retranca I de VJ2455

Texto-fonte	Linha	Sequência
A beleza do <i>impeachment</i>	711-719	[impeachment] não é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950.
	714-717	Não é também uma disputa pessoal, a despeito de a chefe da nação e o deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, dono da iniciativa, terem dado ao processo as cores dramáticas de um confronto em torno da integridade moral de cada um.
	725-272	o impeachment é tão legítimo para destituir um presidente quanto o voto popular é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país.
A beleza do <i>impeachment</i>	729-730	Embora tenha sua origem na acusação de crime de responsabilidade contra um presidente, o impeachment é, essencialmente, um processo político.
	730-732	Seus rumos e seu desfecho não são determinados pela força ou fraqueza das evidências de autoria do crime imputado ao presidente, mas pelo somatório de forças contra e a favor da sua destituição.
	736-737	[...] o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê
<i>Impeachment</i> não é guerra	762-764	Em tese, será discutida uma questão meramente técnica. Na prática, o impeachment é um processo essencialmente político, que refletirá as convicções de cada parlamentar.
	768-771	O deputado foi chamado de corrupto e chantagista e acusado de agir motivado pelo nada nobre instinto de vingança. Esses argumentos encontram amplo respaldo nos fatos, mas são usados de maneira ardilosa para tentar confundir os brasileiros. Dilma e Cunha são adversários figadais.
	776-778	O fogo cruzado entre os dois, que dominou a agenda política nos últimos meses, agora é absolutamente secundário. A decisão sobre o futuro da presidente não cabe mais a Eduardo Cunha nem a negociações de caráter pessoal
	795-797	Impeachment é remédio amargo, ou o mais amargo dos remédios contra uma autoridade pública, mas está devidamente regulamentado na legislação brasileira. Se há golpe em curso, como estrilam alguns petistas, é contra a inteligência alheia.
	812-813	Eduardo Cunha negociou nos bastidores um acordo de proteção mútua com Dilma.
	817-818	A parceria acabou em ruptura depois de o PT prometer votar contra Cunha no Conselho de Ética da Câmara
	835-838	Que Dilma e Cunha enfrentem as denúncias que pesam contra eles. Que exerçam seu direito à defesa e ao contraditório [...] e que seus destinos sejam selados, à luz do dia, pelas instituições.
	838	O tempo de tramitação do processo de impeachment ainda é incerto.

O papel das ruas	1102-1103	Deflagrado o processo de impeachment, o futuro da presidente Dilma Rousseff será decidido pelo Congresso
	1115-1116	o impeachment é um instrumento constitucional e não se resume a chantagens de Cunha.
	1116-1118	“Estamos no meio de uma batalha de narrativas. Vamos voltar às ruas para mostrar que não é Dilma <i>versus</i> Cunha, mas Dilma <i>versus</i> o Brasil”, diz Renan Haas, um dos líderes do MBL.
	1125-1126	“Não há motivação nenhuma para essa solicitação não ser o desespero de Cunha, que deveria estar preso”, afirmou Vagner Freitas, presidente da CUT.
	1127-1129	O argumento ignora o fato de que o pedido não foi formulado por Cunha, que ele cumpriu um papel que a lei estabelece ao presidente da Câmara e que o seguimento da questão independe dele.
	1131-1133	“Um pedido popular que tem quase 70% de aprovação não pode ser manchado por um jogo de barganha”, diz Rogério Chequer, coordenador do Vem pra Rua.
	1144-1146	“Na ocasião, havia consenso entre diferentes estratos da sociedade – políticos, sindicatos e estudantes”, diz o cientista político Rubens Figueredo.

Fonte: Elaboração própria (2020)

Examinando as sequências, começamos por aquelas extraídas do editorial “A beleza do impeachment” das quais duas chamam a atenção pela ocorrência do marcador “não” (linhas 711 e 714) estabelecendo negação polêmica. Esse efeito é produzido pela refutação do nome que caracteriza o tema abordado na edição (*o impeachment*), e pela marcação do operador “também” (linha 1339), que encadeia o enunciado anterior com o posterior dessa sequência, restringindo o limite das possibilidades de sentido que podem ser atribuídos a esse referente. Pelo item lexical “golpe” (linha 711), depreende-se um conflito regulado que estabelece a fronteira do dizível, distinguindo as determinações estabelecidas no ordenamento jurídico brasileiro e a possibilidade de interferência pessoal nos trâmites processuais.

No geral, a totalidade dessas sequências mantém a coesão discursiva de que *impeachment* está previsto na Constituição, e de que tal quais as eleições presidenciais, é a expressão da vontade popular. Contudo, ainda que defenda o respaldo constitucional, o discurso engendrado pela revista também cede espaço para questionar as motivações pessoais e a imparcialidade na condução do processo. Essa abertura pode ser observada nas sequências 729 e 732, em que os operadores argumentativos de concessão “embora” e “mas”, respectivamente, distribuem de forma desproporcional o peso dos argumentos

em torno do tema, constituindo “movimento argumentativo que integra uma aprovação e uma refutação, apresentando um argumento a favor de uma certa conclusão e um argumento mais forte em favor da conclusão inversa” (Maingueneau, 1997, p. 169). Pela concessão, perde força o argumento de que o *impeachment* esteja previsto na legislação brasileira há mais de meio século, revelando a consonância do locutor com outro ponto de vista, o de que é um processo “essencialmente político” (linha 730) cujos rumos são determinados “pelo somatório de forças contra e a favor da destituição” (linha 732) do acusado.

Continuando com a retranca I, ela pode ser associada a sequências da reportagem “O papel das ruas”, de Eduardo Gonçalves. Esses enunciados reiteram o amparo constitucional do *impeachment* (linhas 1115-1116) e reforçam o posicionamento de que a continuidade do processo não depende de uma única pessoa, mas de vários deputados e senadores, razão pela qual não se confunde com fruto de desavença pessoal, mesmo que se reconheça a existência das “chantagens de Cunha” (linha 1115-1116).

Nesse texto, recorre-se à fala de duas personagens externas ao corpo editorial de *Veja*. A primeira é a de Renan Hans, membro do Movimento Brasil Livre (linhas 1116-1118), e a segunda é a de Rogério Chequer, coordenador do Vem pra Rua (linhas 1131-1133). Ambos pertencem a movimentos signatários do pedido de *impeachment*, e, pelo discurso indireto introduzido por verbo *dicendi* (Maingueneau, 2013a), as falas deles dois foram inseridas na reportagem para corroborar o posicionamento de que afastar a presidente é um anseio da sociedade civil organizada, não um “jogo de barganha” (linha 1132).

Cumprasse assinalar que o enunciador jornalista utiliza esse mesmo recurso enunciativo para introduzir falas dissonantes ao posicionamento predominante na revista. A primeira ocorrência é a fala de Vagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores, entidade sindical embrionária do Partido dos Trabalhadores, em que, pela predicação, classifica o pedido como “desespero de Cunha” (linhas 1125-1126); e a segunda é a fala do cientista político Rubens Figueiredo, ponderando que, ao contrário do que aconteceu com a deposição de Fernando Collor, não haveria consenso quanto ao afastamento de Dilma Rousseff (linhas 1144-1146).

Ao serem inseridas na enunciação de VJ2455, as falas desses dois locutores também alheios à revista, mesmo não estando, *a priori*, em conformidade com o discurso da revista, submetem-se ao império do sistema de coerção que as rege quando são inseridas nesses textos. Como apresentam um posicionamento em concorrência, essas duas falas promovem uma disputa de sentido que é contrabalanceada pelo locutor do texto em defesa de que Eduardo Cunha tenha exercido a prerrogativa do cargo para aceitar o pedido de *impeachment* (linhas 1127-1129).

Passando para os enunciados extraídos da reportagem “Impeachment não é guerra”, com os quais também se pode relacionar a retranca I, observamos que eles mantêm a coesão discursiva verificada no editorial e na reportagem. Nas sequências selecionadas, afirma-se que, no *impeachment*, há, pelo menos, dois aspectos indissociáveis de uma discussão “meramente técnica” e, ao mesmo tempo, espelhada nas “convicções de cada parlamentar” (linhas 762-764), formando um paradoxo constituído pela oposição entre “tese” e “prática”. Estabelecido o paradoxo, as “negociatas de caráter pessoal” (linhas 776-778) deslocam-se para o segundo plano, e prevalece a aplicação do “mais amargo dos remédios contra uma autoridade pública”, em um desenrolar imprevisível “devidamente regulamentado na legislação brasileira” (linha 795-797).

Ao evocar a lei, o texto torna o item lexical “golpe” elemento de disputa de sentido estabelecendo uma relação polêmica entre os discursos (re)produzidos por VJ2455 e por CC879, competindo por um lugar de sobressalência acerca da deposição de Dilma Rousseff. Por não reconhecer a validade do discurso de que o *impeachment* é uma afronta à ordem constitucional (ou seja, um golpe), o enunciador em VJ2455 traduz o discurso concorrente no interior do sistema de coerções do seu discurso, construindo um simulacro (Maingueneau, 2008a). Nas sequências do quadro 20, o item lexical “golpe” recupera o discurso em concorrência para torná-lo inválido: em VJ2455, golpe é um “golpe contra a inteligência alheia” (linhas 795-797).

Nesse embate discursivo promovido pelas duas revistas em torno do mesmo acontecimento, o sintagma “golpe”, de um lado, rompe com o valor estritamente semântico e adquire estatuto de “signo de pertencimento” do discurso em CC879; de outro, esse mesmo elemento linguístico é explorado de outra maneira pelo discurso em VJ2455, que o mobiliza para desqualificar o discurso concorrente. Ou seja: o mesmo item lexical é enunciável em *Veja* para se referir a uma forma de manipulação da opinião pública (linhas 795-797), enquanto, em *Carta Capital*, serve de reclame para a falta de legitimidade do *impeachment* de Dilma Rousseff. Essa disputa apreendida a partir de um item lexical atesta a noção teórica de que “entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo” (Maingueneau, 2008a, p. 81).

Cotejando as sequências selecionadas desses três textos e a retranca I, pode-se dizer que elas estão submetidas ao mesmo sistema de coerções semânticas, engendrando o discurso de que o processo de deposição de um presidente, regulamentado na legislação brasileira, não está sujeito às intempestividades, mesmo sabido o impulso “nada nobre do instinto de vingança” (linhas 768-771) daquele que o aceitou. Por essas restrições

semânticas, firma-se o posicionamento de que o *impeachment* é um mecanismo legal, previsto constitucionalmente e, ao mesmo tempo, um litígio político, no qual confronta-se a possibilidade de atenuação das evidências quanto à autoria do crime impetrado ao acusado frente à preponderância da capacidade de o julgado deter aparato político para contornar a denúncia enfrentada.

Igualmente, o discurso produzido por essa sistema de coerções também sustenta que a alegada desavença em torno desse episódio deve-se à tensa cooperação entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha, que eram tanto “adversários figadais”, quanto aliados em um “acordo de mútua proteção” (linhas 812-813), até que a “parceria” (linhas 817-818), por pressão das denúncias de desvio de dinheiro público, foi rompida com a decisão do Partido dos Trabalhadores de votar pela cassação do mandato do presidente da Câmara, o que causou um “fogo cruzado entre os dois” (linhas 776-778).

Até aqui verificamos que as produções discursivas em *Carta Capital* e em *Veja* disputam espaço no campo midiático jornalístico, e, em decorrência das coerções desse campo, “a aceitação do *impeachment*” é um tema imposto às duas revistas, sendo abordado, em cada uma delas, a partir da relativização das diferentes forças que atuam na condução desse processo. Segundo o princípio das coerções semânticas, a um mesmo item lexical podem ser atribuídos sentidos diferentes, dependendo do discurso que o assume, e no caso em tela, pode-se depreender, pelo menos, dois sentidos ao termo “*impeachment*”, a depender das restrições: em VJ2455 refere-se a um dispositivo constitucional e aos desdobramentos processuais; em CC879, corresponde aos bastidores políticos desse processo, sendo uma terminologia técnica mobilizada, por vezes, como sinônimo de “golpe”.

Essa polêmica depreendida pelo item lexical *impeachment* corrobora a hipótese de que um dado discurso resulta da integração do sistema de coerções semânticas, impondo determinados temas, que “se dividem em *temas compatíveis* e em *temas incompatíveis*. Os primeiros convergem semanticamente com o sistema de restrições; os segundos, não, mas, mesmo assim, estão integrados” (Maingueneau, 2008a, p. 84, grifo do autor). O *impeachment* é um desses temas impostos a duas revistas, mas não é o único. Recuperando a análise da manchete de CC878, submetida às mesmas condições de enunciabilidade de VJ2455, identifica-se que a “motivação pessoal de Eduardo Cunha em aceitar o pedido” é outro tema imposto às revistas, só que ele é compatível apenas com o discurso de *Carta Capital*, sendo incompatível com o de *Veja*.

Nessa direção, observa-se a imposição desse tema pelo sintagma nominal “fogo cruzado” (linha 776), que marca explicitamente a existência de desavença pessoal entre

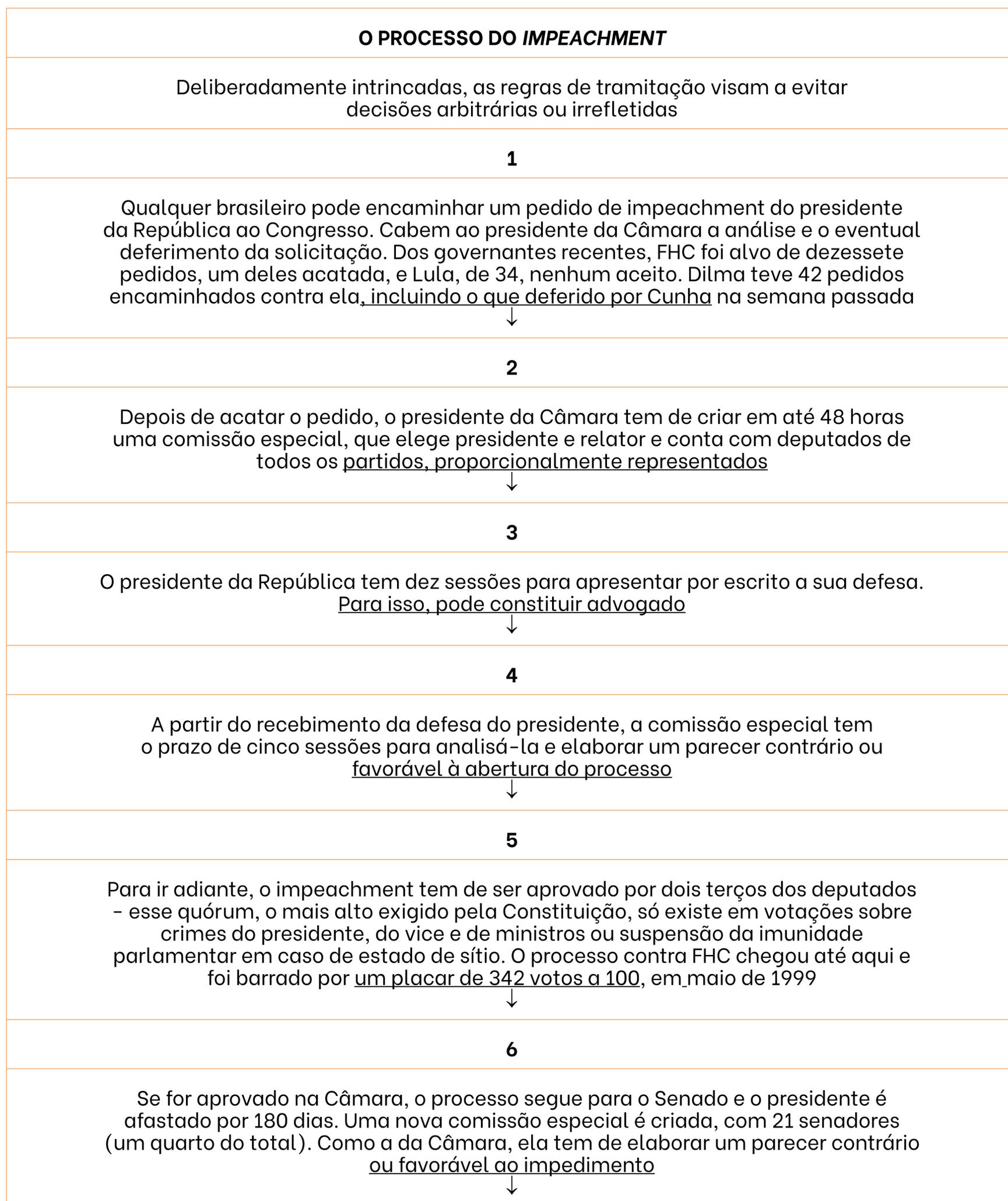
a presidente da República e o presidente da Câmara. Ocorre que, apesar de imposto à *Veja*, ela não o integra completamente, sendo que, como é obrigada a abordá-lo, ele aparece na revista para ser propulsado com as falas de terceiros, inscritos em lugares enunciativos de setores da sociedade civil organizada, tais como Renan Hans e Rogério Chequer, sobrelevando o anseio coletivo pela deposição de Dilma Rousseff diante das acusações de vingança pessoal.

Dessa multiplicidade de locutores – no quadro 20 há, pelo menos, seis locutores, aí incluídos os jornalistas que assinam os textos –, nenhum deles aparece na retranca I, em que prevalece a fala do locutor coletivo marcado na Zona 2 da capa da revista. Nos textos-fonte, esses diferentes pontos de vista foram subordinados a coerções da cena genérica dos gêneros editorial e reportagem, determinando a inscrição dos enunciados em sequências textuais argumentativas.

Seguindo para a retranca II (“O passo a passo do processo que visa a derrubar a presidente”), ela também pode ser vinculada a enunciados da reportagem “Impeachment não é guerra”, assinada por Daniel Pereira, notadamente nas linhas 798–811, em que se discorre, em um parágrafo inteiro, sobre três etapas fundamentais de tramitação do processo. Articulado à reportagem, encontra-se um quadro com uma representação gráfica da tramitação, reproduzido na Fig. 16.

Analisar a figura mais detalhadamente foge do propósito dessa seção, mas cumpre assinalar que o subtítulo desse iconotexto (“Deliberadamente intrincadas, as regras de tramitação visam a evitar decisões arbitrárias ou irrefletidas”) sugere que ele tenha sido produzido sob o mesmo sistema de coerções que rege a enunciação de VJ2455, engendrando o discurso de que, no *impeachment*, impera a lei, não a pessoalidade. Deixando de lado aqui os aspectos concernentes às coerções do gênero, fitamos o nosso olhar em um aspecto específico: a organização desses elementos ordenados numericamente possibilita interpretar que essa figura tenha servido como base para a retranca II.

Figura 16 – Quadro extraído da reportagem “Impeachment não é guerra”, de VJ2455



7

Pronto o parecer, dá-se a votação em plenário, comandada excepcionalmente pelo presidente do STF, cuja atuação se assemelha à de um juiz do tribunal do júri: ele conduz o processo, mas não interfere na decisão. A essa sessão, o presidente da República tem o direito de comparecer pessoalmente para se defender. Ele e seu advogado, acompanhados de testemunhas, poderão debater com os senadores por até duas horas. Collor, em 1992, preferiu se ausentar



8

Para que o presidente sofra o impeachment, são necessários os votos favoráveis de dois terços dos senadores – 54 dos 81. Caso o resultado seja contrário ao impeachment, o presidente retorna ao cargo.

Fonte: *Veja* (2015), redigitado

Analisar a figura mais detalhadamente foge do propósito dessa seção, mas cumpre assinalar que o subtítulo desse iconotexto (“Deliberadamente intrincadas, as regras de tramitação visam a evitar decisões arbitrárias ou irrefletidas”) sugere que ele tenha sido produzido sob o mesmo sistema de coerções que rege a enunciação de VI2455, engendrando o discurso de que, no *impeachment*, impera a lei, não a personalidade. Deixando de lado aqui os aspectos concernentes às coerções do gênero, fitamos o nosso olhar em um aspecto específico: a organização desses elementos ordenados numericamente possibilita interpretar que essa figura tenha servido como base para a retransca II.

No que concerne à retransca III, ela também recupera sequências da reportagem “Impeachment não é guerra”, somando-se a outras da reportagem “O alicerce apodreceu”, de Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga, como vemos no quadro a seguir.

Quadro 21 – Sequências relacionadas à retransmissão III de VJ2455

Texto fonte	Linha	Sequência
Impeachment não é guerra	781-782	O simples início da tramitação do caso fez a cotação do dólar cair e a Bolsa subir, puxada pela valorização das ações de empresas controladas pelo governo.
O alicerce apodreceu	1180-1181	Segundo o IBGE, o PIB brasileiro encolheu 1,7% no terceiro trimestre do ano em relação aos três meses imediatamente anteriores.
	1182-1184	De acordo com a consultoria Austin Ratings, de 42 países, apenas a Ucrânia, conflagrada por uma guerra civil, teve um desempenho tão negativo.
	1184-1187	A produção econômica retrocedeu ao nível do início de 2011, quando Dilma assumiu o cargo. É como se a primeira metade da década não tivesse existido para o país. Pior: analistas preveem que a renda <i>per capita</i> em 2020 será semelhante à de 2010. O Brasil terá assim mais uma década perdida.
	1194-1198	“O que começou como uma recessão impulsionada pela necessidade de ajuste de uma economia que acumulou grandes desequilíbrios agora está se tornando uma depressão completa, dada a profunda contração da demanda doméstica”, disse, em um relatório, o economista Alberto Ramos, responsável pelas análises sobre a América Latina do banco americano Goldman Sachs.
	1204-1205	Agora, o tombo total deverá atingir 8,1%, pelas projeções de Silvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).
	1216-1219	A piora no mercado de trabalho, os preços em alta e o crédito caro indicam que as vendas serão ruins, assim como ocorreu nas outras datas comemorativas do ano”, diz Flávio Calife, economista-chefe da Boa Vista, empresa que administra o Serviço Central de Proteção ao Crédito
	1231	A reação dos investidores à abertura do processo de <i>impeachment</i> foi positiva
1231-1235	Na quinta-feira, o principal índice de ações da Bovespa subiu 3,3%, enquanto o real se fortaleceu ante o dólar. Os papéis de empresas estatais e de bancos estiveram entre as maiores altas do dia, refletindo a expectativa de que uma eventual saída do PT do poder decreta o fim do modelo de intervenção do Estado na economia.	
1236-1238	“É difícil que uma empresa tome a decisão de investir sem saber qual será o governo e quais serão as políticas fiscal e monetária”, diz o economista Thiago Curado, da 4E Consultoria	

Fonte: Elaboração própria (2020)

No primeiro texto-fonte, essas sequências específicas dissertam sobre a reação do mercado financeiro após a aceitação de abertura do processo – “fez a cotação do dólar cair e a bolsa subir, puxada pela valorização das ações de empresas controladas pelo governo” (linhas 781-782). O qualificador “simples” (linha 781) marca o investimento subjetivo do locutor do texto editorial em expressar que, mesmo em fase embrionária, o processo de deposição da presidente já mostra efeitos positivos para a economia brasileira.

No segundo texto-fonte, o tema abordado é inserido completamente na seara econômica, promovendo um deslocamento perceptível pelos termos a ela relacionados, tais como “investidores” (linha 1231), “índices de ações da Bovespa” (linha 1232), “papéis de empresas estatais e bancos” (linha 1233). Na reportagem também são comparados indicadores econômicos (linhas 1180-1181 e 1184-1187) de 2015 com os de 2011, ano em que Dilma Rousseff assumiu o cargo pela primeira vez.

Interpretamos que esses elementos linguísticos e não linguísticos tenham sido integrados ao discurso dessa edição de *Veja* para sustentar que foi equivocada a política econômica adotada pela presidente, trazendo como consequência um “retrocesso ao nível do início de 2011” (linha 1185) – posicionamento reiterado na edição da semana posterior, VJ2456, como veremos mais adiante.

À vista disso, recorre-se à “modalização em discurso segundo” (Mainqueneau, 2013a), para encaixar, na encenação do texto, falas de terceiros, tais como: os dados do IBGE³⁴ (linha 1180) e a avaliação da consultoria Austin Ratings³⁵ (linha 1183). Da mesma forma, pelo discurso indireto entre aspas, são inseridas no texto as falas dos economistas Alberto Ramos (linha 1197), Silvia Matos (linhas 1204-120) e Flávio Calif (linhas 1216-1219), conferindo autenticidade ao discurso relatado porque criam o efeito de reconstituição de que teriam sido proferidas exatamente daquela forma.

Essas diferentes falas, por serem introduzidas por modalizadores (“segundo”, “de acordo com”, “pela”), são atribuídas a locutores cujos pontos de vista não são de responsabilidade do locutor da reportagem, que apenas os cita. Dessa forma, não é o locutor jornalista, são terceiros, inscritos em lugares enunciativos do mercado financeiro, que fazem reclamo da progressão decrescente rumo à recessão impulsionada pelo governo de Dilma Rousseff, o que, pelo discurso de VJ2455, teria gerado queda nos índices de confiança junto aos consumidores e aos investidores.

34 Instituição pública criada em 1934 e, dentre as atribuições, realiza pesquisas para elaborar indicadores ligados a estatísticas sociais, demográficas e econômicas.

35 Agência brasileira classificadora de risco de crédito. Ver o site www.austin.com.br

Em outra frente, a enunciação citada de Tiago Curado (linhas 1236-1238), consultor do mercado financeiro, circunscreve um posicionamento divergente. Como especula sobre as incertezas do cenário econômico decorrentes de uma eventual mudança de governo, essa fala promove o efeito de imparcialidade esperado no gênero reportagem, na tentativa de equiponderar os pesos de diferentes argumentos em torno do tema imposto. De toda forma, apesar desse contrapeso, não é ele que predomina, a se ver pelo título do texto (“O alicerce apodreceu”), que baliza a leitura, desde o início, em direção ao despreço pela política econômica adotada pela presidente ao longo dos anos. Sob a forma de frase verbal, esse título recupera as falas dos locutores alheios à revista, nela convocados a enunciar para expressar os motivos que tornaram insustentável a manutenção do pilar econômico tal qual proposto, ainda que, no texto, recorra-se também a locutores cujas falas avaliam com cautela a expectativa da saída de Dilma Rousseff.

Essa ponderação possivelmente dá-se em decorrência das coerções do gênero reportagem, em que sequências argumentativas são exigidas, tendo em perspectiva a mobilização de diferentes pontos de vista. O enunciado na capa, entretanto, não exhibe essa pretensão de objetividade, sendo que a retranca III direciona o sentido apenas para a reação positiva (“euforia”) do mercado financeiro em expectativa (“sinaliza”) pela retomada da confiabilidade dos investidores junto ao governo brasileiro. Somada à assertividade, a não correspondência entre os enunciados potencialmente destacados também é indício de que a retranca III tenha sido produzida pelo regime aforizante.

No que se refere à retranca IV, ela se vincula ao texto assinado por Marina Barros, ou seja, à reportagem “A ex-cara-pintada e o ex-petista”, cujo primeiro parágrafo transcrevemos no quadro abaixo:

Quadro 22 – Sequência relacionada à retranca IV de VJ2455

Linhas	Sequência
874-879	Cara-pintada em 1992, quando era diretora do centro acadêmico da Faculdade de Direito da USP e participou da organização dos protestos para derrubar Fernando Collor, a hoje professora da instituição Janaína Paschoal, de 41 anos, foi a responsável por unir o ex-petista Hélio Bicudo e o jurista Miguel Reale Jr. na apresentação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, acolhido pelo presidente da Câmara dos Deputados na semana passada.

Fonte: Elaboração própria (2020)

O segmento selecionado inicia a reportagem e, nele, a introdução de dois referentes não é feita por nomes próprios, mas por descrições definidas: “cara-pintada” (linha 874),

“diretora do centro acadêmico da Faculdade de Direito da USP” (linha 874), “professora da instituição” (linha 876), para ela; e “o ex-petista” (linha 877), para ele. Apesar do que está no título da reportagem e da retranscrição IV, o número de juristas signatários do pedido de afastamento de Dilma Rousseff são três, não apenas dois: Miguel Reale Jr., Janaína Paschoal e Hélio Bicudo. Esses dois últimos são, em VI2455, apresentados por designações indiretas, não pelos seus nomes próprios, em razão de, no nosso entender, serem personalidades, à época da publicação, pouco conhecidas no debate público, pois “atribui-se um nome próprio apenas a seres *frequentemente evocados*, relativamente *estáveis* no espaço e no tempo e que tenham *relevância social ou afetiva*” (Maingueneau, 2013a, p. 246, grifo do autor).

Figura 17 – Imagem articulada à reportagem “A ex-cara-pintada e o ex-petista”, de VI2455



Fonte: *Veja* (2015)

No título do texto-fonte, essas duas designações funcionam como propriedades sobressalentes dos dois referentes que os situam no contexto do *impeachment* a partir de termos introduzidos por artigo definido (“a” e “o”). Nessa forma de definição, o valor genérico é mais forte porque “o definido genérico singular leva em consideração o conjunto dos elementos pertencentes a uma classe, mas visa diretamente ao objeto típico da classe (o homem por excelência, a mulher típica)” (Maingueneau, 2013a, p. 256). Como se trata de um iconotexto, o efeito de especificação também é produzido pela articulação do plano verbal com a materialidade imagética da Fig. 17, na qual Janaína Paschoal e Hélio Bicudo aparecem sentados um ao lado do outro, mantendo o paralelismo do título (“ela” e “ele”).

Na retranscrição IV, essas mesmas duas designações são, de outro modo, introduzidas por artigo indefinido (“uma” e “um”), permitindo duas possibilidades de interpretação, não excludentes: *i*) genérica (faz-se referência a dois grupos de pessoas, ou seja, aos petistas e aos cara-pintadas); *ii*) e/ou específica (delimita um objeto particular em um grupo de semelhantes). Esse valor duplo genérico/específico é explorado na retranscrição de forma a favorecer o sentido de que o afastamento da presidente possui amplo apoio popular e político. Do mesmo modo, essas designações situam os referentes na esfera jurídica e acadêmica, e no ativismo político, aí incluídos os movimentos estudantis.

Ao passo que o título da reportagem sugere a interpretação genérica, a retranscrição IV autoriza interpretação polissêmica porque o artigo indefinido “tem a vantagem de levar ao genérico sem anular o individual” (Maingueneau, 2013a, p. 253). Igualmente, a designação com determinante indefinido exige do leitor o conhecimento não apenas do léxico da língua, mas também de determinados elementos do *thesaurus*, ou seja, o leitor precisa mobilizar o conhecimento de que: “petista” refere-se aos membros do Partido dos Trabalhadores, ao qual pertence Dilma Rousseff; e “cara-pintada” denomina os manifestantes civis que foram às ruas, no início de 1992, protestar contra a permanência do então presidente Fernando Collor no poder.

Nessa reportagem, depreende-se que a enunciação tenha sido moldada para encenar que a deposição de Dilma Rousseff, além de seguir um bem-sucedido lastro político de militância de oposição na derrubada de governantes, tem ainda respaldo do espectro político da esquerda, mais pontualmente de um dissidente do próprio partido da presidente. O enunciado na capa mantém esse posicionamento, mas, em aspectos linguísticos, difere da contrapartida do interior da revista.

Levando a análise para a destacabilidade que permitiu as retranscrições V e VI, identificamos esse potencial nos trechos da reportagem “Os ecos da Lava-Jato”, de Robson Bonin e Hugo Marques, discriminados a seguir.

Quadro 23 – Sequências relacionadas às retranscrições V e VI de VJ2455

Linhas	Sequência
902-904	No pedido, os advogados observaram que a Lava-Jato, a cada nova leva de prisões, “colhe pessoas próximas à presidente, destruindo a aura de profissional competente e ilibada, criada por marqueteiros muito bem pagos”.
904-907	Segundo eles, seria impossível dissociar a presidente dos desvios bilionários da Petrobras que começaram no governo de Lula e prosseguiram até o ano passado, quando desencadeada a Operação Lava-Jato.

910-912	Coordenador da campanha de Dilma em 2010, o ex-ministro Antonio Palocci é investigado como suspeito de ter intermediado um repasse de 2 milhões de reais de recursos desviados da Petrobras para o caixa de campanha da petista.
912-915	O atual ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Edinho Silva, tesoureiro na reeleição de Dilma em 2014, foi acusado por um dos empreiteiros de ter pressionado os empresários envolvidos no caso a dar dinheiro à campanha da presidente.
915-917	O senador Edison Lobão, ex-ministro de Minas e Energia de Dilma, é acusado de ter recebido propina para facilitar os negócios ilegais.
917-920	Marqueteiro responsável pelos dois triunfos eleitorais da presidente, o publicitário João Santana é suspeito de ter recebido dinheiro em contas secretas no exterior de uma das empreiteiras do petróleo, a Odebrecht, como pagamento pelos serviços prestados à campanha petista.
937-939	“O STJ... ontem eu conversei com o Zé Eduardo (<i>o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo</i>), muito possivelmente o Marcelo na turma vai sair”, afirma o senador em conversa gravada no dia 4 de novembro.
944-945	Ribeiro Dantas votou pela liberdade do empreiteiro durante o julgamento do habeas-corpus.
948-951	“Não se justifica o estabelecimento de novos paradigmas para o instituto da prisão preventiva, sob pena de este se configurar um verdadeiro julgamento de exceção, o que é repudiável pela ordem constitucional em vigor”, disse o ministro, em uma crítica direta à atuação do juiz Sergio Moro.
952-954	Magistrados do STJ que defendem a legitimidade das prisões da Lava-Jato interpretaram as posições adotadas por Ribeiro Dantas como um indicativo de que o tribunal prepara uma intervenção na Lava-Jato
963-964	VEJA ouviu de dois magistrados do STJ um relato inusitado: os magistrados que vão decidir sobre a liberdade dos empreiteiros estão sob pressão.

Fonte: Elaboração própria (2020)

No geral, o conjunto dessas sequências alimenta o posicionamento de que o governo Dilma Rousseff esteja imerso em esquemas de corrupção envolvendo uma série de pessoas, desde o responsável pela campanha eleitoral da então candidata ao primeiro mandato, até personalidades políticas diretamente vinculadas à administração pública federal sob o comando da presidente. São elas: Antônio Palocci (linha 911), Edinho Silva (linha 913), Edison Lobão (linha 916) e João Santana (linha 918).

Algumas dessas sequências não foram originalmente produzidas pelos jornalistas de *Veja*, a quem se atribui a responsabilidade enunciativa na reportagem. Retoma-se, em um desses trechos, uma frase retirada do próprio pedido de impedimento sugerindo o envolvimento de “pessoas próximas à presidente” (linha 903). Inserido pelo discurso direto marcado por aspas, essa fala reforça a pretensão de objetividade que permeia o texto

para demarcar o posicionamento de que a corrupção atravessa os diversos segmentos da gestão federal e de que a Operação Lava-Jato potencializa as consequências política e popular para desencadear a progressiva derrubada do governo.

As sequências 937-939 foram destacadas de uma gravação, trazida a público pela imprensa, em que o filho de um dos presos na Operação Lava-Jato dialoga com Marcelo Ribeiro Dantas, ministro relator do caso no Superior Tribunal de Justiça. Essa declaração, retirada do contexto original, assegura a validade do posicionamento de que a relatoria na instância judicial esteja agindo em favor dos acusados, como explicita o locutor da reportagem na sequência 944-945, sobre o voto para a libertação de Marcelo Odebrecht, empresário então preso em caráter preventivo³⁶.

Desse voto proferido pelo ministro, foi destacado um trecho (linhas 948-951) que evoca a “ordem constitucional” e, ao ser incorporado à reportagem, submete-se às regras do sistema de coerções de forma que, por esse discurso, a defesa do direito à liberdade confunde-se com o questionamento da legitimidade da operação policial. Frise-se que o trecho destacado é uma avaliação subjetiva de um sujeito específico – no caso, o ministro Marcelo Ribeiro Dantas – e que, no texto, ela é mobilizada para investir no sentido de que esteja trinfando o interesse individual de um único ministro diante do entendimento colegiado do tribunal em validar as prisões preventivas.

Essa contraposição se marca com utilização de duas designações distintas para sujeitos pertencentes ao mesmo grupo, criando um efeito de fragmentação: de um lado, nas linhas 937 e 944, refere-se a um dos sujeitos pelo nome próprio (Marcelo Ribeiro Dantas) limitando a identificação de um único ser junto a um coletivo; de outro, a designação – “magistrados do STJ” (linhas 952 e 963) – estabelece um lugar enunciativo institucional, retomando falas atribuídas a um sujeito que não atende por um nome próprio, mas pelo papel social que desempenha.

Na capa, as retrancas V e VI associam-se ao posicionamento defendido no conjunto das sequências do quadro 23. Todavia, mitiga-se o efeito de fragmentação, pois a retranca VI remete apenas à instituição, sem mencionar seus integrantes. Esse enunciado verbal da capa, ao contrário do texto de origem, imputa à instância judicial, não a um único ministro, a responsabilidade por tentar conceder liberdade aos suspeitos de prática criminosa. Em ambas as retrancas, não há correspondência com a contrapartida do texto de origem, o que, somado ao exposto, orienta a atenção para a hipótese de mudança de regime enunciativo.

³⁶ Em 8 de março de 2016, foi condenado a 19 anos e 4 meses de prisão pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Seguindo a análise para a retransmissão VII, ela surge da irradiação da reportagem “O primeiro choque”, de Kalleo Coura e Marina Barros, da qual selecionamos os seguintes segmentos:

A reportagem traça um paralelo entre as reações de dois presidentes, descrevendo a indignação de Dilma Rousseff e lembrando o silêncio de Fernando Collor, quando cada um deles se deparou com a abertura de um pedido de *impeachment*. O contraste da reação dos dois presidentes é marcado pelo operador argumentativo “já” (linha 1003), diferenciando como cada um deles procedeu em situação similar: Fernando Collor, primeiramente em silêncio, atribuiu a “setores do atraso” (linha 1002) o interesse de seu afastamento; Dilma Rousseff responsabiliza uma única pessoa, Eduardo Cunha (linha 991). Além desse paralelo, o locutor do texto também fornece dados de pesquisas de popularidade (linhas 1012-1014) dos dois presidentes, articulando a expectativa pela deposição deles com alta rejeição popular e recessão econômica.

No texto fonte, menciona-se que, enquanto Dilma Rousseff reagiu “em menos de duas horas” (linha 990), Fernando Collor só teria rompido o silêncio “dezenove dias depois de o então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, ter aceitado dar andamento à ação” (linha 996-998). Apesar de aparecerem no texto-fonte, o tempo que cada presidente levou para se manifestar não serve de apoio ao enunciado da retransmissão VI, segundo o qual a “primeira reação” de ambos foi a de “culpar os adversários”. Na retransmissão, o jogo argumentativo da reportagem flexibiliza-se com a formatação de uma fala fora de negociação, a ponto de as atitudes de Collor e de Dilma, face à iminente deposição, serem avaliadas como idênticas, a despeito das peculiaridades.

Passando para a retransmissão VIII, ela surge da irradiação do texto “O primeiro choque”, de Kalleo Coura e Marina Barros, e de “O sistema de crises sem traumas”, de Duda Teixeira e Leonardo Coutinho. Desses dois textos, selecionamos os seguintes segmentos:

Quadro 25 – Sequências relacionadas à retransmissão VIII de VJ2455

Linhas	Sequência
1032-1035	A substituição de um chefe de governo que perdeu a capacidade de governar é um mecanismo previsto em lei tanto no regime presidencialista quanto no parlamentarista. A diferença é que no segundo caso ela é praticamente automática (veja a reportagem na pág. 80) e no primeiro, quase sempre traumática.
1035-1040	Primeiros-ministros não têm mandato, mas investidura de confiança. Quando essa se vai, vai-se também o titular do cargo – e essa é a regra do jogo, sabida e prevista. Já no presidencialismo, a queda de um governante eleito, determinada pelo Poder Legislativo, está longe de ser um evento natural. É antes um grave acidente de percurso – de consequências extensas e imprevisíveis, como é da natureza dos eventos inesperados

1045-1046	A interrupção de um mandato por qualquer motivo, ainda que ocorra dentro dos ditames da Constituição, é vista como uma anomalia.
1046-1047	Tem-se a sensação de que algo deu errado, ou que a vida política está irremediavelmente fora da ordem.
1050-1053	Em nações parlamentaristas, a lógica é diferente. Nesse sistema político, o mandato pode ser encurtado ou esticado em nome de prerrogativas como o cumprimento de promessas de campanha, a governabilidade, a estabilidade e o respeito às leis.
1053-1055	Como já disse a chanceler alemã Angela Merkel à presidente Dilma Rousseff: “No parlamentarismo, a renúncia não é um componente da crise. A renúncia é a solução”.
1064-1067	Livre da obrigação de conquistar maiorias nas câmaras a cada votação, o governo em um sistema parlamentarista costuma ser mais estável. Ao chefe de Estado, por sua vez, é reservado um papel simbólico.
1069-1070	Um primeiro-ministro fraco pode antecipar as eleições, na esperança de obter uma coalizão política mais robusta
1070-1074	O Parlamento pode votar para tirá-lo do cargo e substituí-lo por alguém mais capaz. Já um governante forte, mas que enfrenta uma rebelião dentro do próprio partido, também pode renunciar e convocar eleições para garantir a governabilidade, em vez de se estender em disputas e impasses políticos.
1098-1101	O sistema parlamentarista não é impermeável a crises, mas, por ter no Executivo uma extensão do Legislativo, possui mecanismos para garantir que a queda de um chefe de governo seja menos traumática para as instituições. As soluções costumam ser mais rápidas e indolores.

Fonte: Elaboração própria (2020)

À primeira vista, essas sequências podem ser, em certo nível, aproximadas daquelas nos quadros 20 a 24, sugerindo que elas tenham sido afinadas pelo mesmo sistema de restrições semânticas. Sendo esse o filtro discursivo, foram identificados itens lexicais de eixos axiológicos antagônicos para definir o *impeachment*, a depender do sistema de governo adotado: se for o presidencialismo, o processo é caracterizado por sintagmas nominais de conotação negativa, tais como “traumática” (linha 1035), “anomalia” (linha 1046), “fora de ordem” (linha 1047), e “disputas e impasses políticos” (linha 1073-1074); se for o parlamentarismo, as alterações no tempo de mandato do chefe de governo estão relacionadas a designações como “cumprimento de promessas de campanha”, “governabilidade”, “estabilidade” e “respeito às leis” (linhas 1052-1053) e “mais estável” (linha 1066), favorecendo ao leitor estabilizar esse referente em uma dimensão apreciativa.

As vantagens do parlamentarismo em comparação ao presidencialismo são também depreendidas pelo verbo “poder”, que, pela modalização deôntica, firma o enunciado no

eixo das normas, oferecendo ao leitor um amplo conjunto de possibilidades de atuação para solucionar uma crise política nessa forma de governo, dentre elas: “antecipar eleições” (linha 1069) e “renunciar” (linha 1072).

Em outra direção, mas mantendo a mesma coesão discursiva, apresentam-se as desvantagens do presidencialismo, quando se mencionam (os três parágrafos correspondentes às linhas 1076-1097) as soluções encontradas por diferentes países parlamentaristas, tais como Grécia, Portugal e Itália (1719), os quais, diante de instabilidade política, teriam assegurado uma queda “menos traumática” (linha 1725) de chefe de governo, com “soluções mais rápidas e indolores” (linha 1100-1101). Outrossim, esse posicionamento discursivo é reforçado pelo enunciado atribuído à chanceler alemã introduzido entre aspas por verbo *discendi*, que afiança ser o parlamentarismo o melhor sistema de governo (linhas 1053-1055). Importante ressaltar que esse destaque não faz referência ao contexto de origem, dando ênfase à objetividade pretendida pelo texto, especialmente de que essa recomendação – a de renunciar – é verdadeira e válida a qualquer tempo.

De maneira geral, esses enunciados do quadro 25 podem ser associados à retranscrição VIII, em que há a indicação de que, no interior da revista, serão apresentadas as razões pelas quais o parlamentarismo suplanta o presidencialismo.

Sendo aforizações, os enunciados dessa manchete, em sua totalidade, podem ser interpretados a partir do enquadramento informacional, corroborando a cena rotineira de capa de revista: a apresentação de uma lista dos assuntos a serem explanados, os quais o leitor deve tomar conhecimento. Considerando as circunstâncias em que essa edição foi posta em circulação, exige-se do leitor a ativação de determinado conhecimento da atualidade, sendo que a carga informacional desses enunciados pode ser apreendida pela incidência de operadores argumentativos (“por que”, “como”) em que se estabelece ao enunciador um lugar enunciativo de quem detém uma informação e tem a capacidade de explicitar pormenores. Esse lugar enunciativo de um sujeito cuja fala enuncia uma verdade incontestável manifesta-se também na retranscrição II, em que o sujeito se apresenta como alguém que não apenas conhece detalhadamente as etapas legais da deposição da presidente, mas também é capaz de explicá-las de maneira didática na forma de um “passo a passo”.

Assim sendo, apesar de os textos do interior serem argumentativos, nas retranscrições I, II, IV e VIII, a pretensão enunciativa é a de uma fala fora de negociação marcando uma relação assimétrica com o destinatário, e estabelecendo uma dessemelhança enunciativa em relação aos enunciados que os originaram.

Caso nos apoiemos nos itens lexicais “petista” e “cara-pintada”, a interpretação move-se em direção a um enquadramento no regime de memória porque exige a mobilização do *thesaurus* para recuperar o papel do movimento estudantil brasileiro que, no início dos anos 90, mobilizou milhares de manifestantes pedindo o afastamento do presidente Fernando Collor.

Esses enunciados verbais se articulam aos elementos não verbais: o escuro predominante na capa e o rosto em perfil de Dilma Rousseff permitem a apreensão de uma cenografia segundo a qual a presidente precisa lidar, sozinha, não apenas com as denúncias apresentadas, mas também com todas as consequências da abertura do processo. Em meio a um ambiente de instabilidade, em que é praticamente impossível visualizar com clareza o porvir, a única certeza é a de que a presidente precisa encarar as pressões e demandas, elencadas nos enunciados verbais das retrancas.

3.2.3 A manchete intersemiótica da edição 880, de *Carta Capital*

Nessa manchete intersemiótica, a materialidade linguística está na parte inferior da capa, distribuída em cinco linhas, e incorporada a elementos não verbais: em cor branca, lê-se nas duas primeiras linhas sobrepostas “Eduardo Cunha” e “Michel Temer”, respectivamente; e, nas duas últimas linhas, também em mesma cor, “Eles se unem na tentativa golpista do *impeachment*, em proveito de um projeto pessoal de poder”. Em cor vermelha, o termo “o complô” divide esses elementos em dois blocos.

Quanto à imagem, ela está em preto e branco, com nuances de cinza amarelado, dispondo os elementos em dois planos: no primeiro, a fotografia de Michel Temer, enquadrada à altura do peito, e no segundo, atrás do então vice-presidente, a fotografia de Eduardo Cunha à altura dos ombros, levemente posicionada à esquerda. Sobre essas duas figuras dispostas em planos diferentes da imagem, incide uma luz que lhes delineia o rosto em contraste com a sombra.

Em relação à apresentação desses atores políticos, eles se portam de maneira bastante semelhante: ambos trajam terno, com colarinho branco à mostra, e a linha dos lábios deles lembra a de um sorriso contido. O olhar de Michel Temer está ligeiramente direcionado à esquerda, e o de Eduardo Cunha fita algo à direita, criando a impressão de que os dois estão se entreolhando. O tom escuro é predominante em todo o fundo da capa, à exceção do espaço central, em que o tom em sépia clareia o rosto das duas personagens.

Na articulação do enunciado verbal com a imagem, pode-se estabelecer “paralelismo” entre as duas primeiras linhas da manchete e a disposição dos rostos de Eduardo Cunha e de Michel Temer, respectivamente. Esses elementos assim dispostos podem auxiliar o leitor a associar cada um dos rostos a um desses nomes. Ambos os nomes próprios são retomados pelo pronome “eles”, no início do subtítulo da manchete, de forma que se atribui a mais de uma pessoa o empenho pela realização de um “projeto pessoal”. Em razão do “paralelismo” criado pela relação nome próprio e rosto, cria-se um efeito de que os anseios são tanto conjuntos quanto individuais, e de que esses sentimentos se associam às pessoas apresentadas na capa.

Figura 18 – Capa de CC880



Fonte: Carta Capital (2015)

Os termos “complô”, no enunciado em cor vermelha, e “tentativa golpista”, em um dos enunciados em cor branca, também no subtítulo, podem ser entendidos como marca de posicionamento nesse espaço discursivo. Importante a estrutura do termo “tentativa golpista”, formado por sintagma nominal em que “tentativa” é o núcleo, e “golpista” o qualifica. Como o termo núcleo compreende uma ação que o qualificador encerra, a revista investe no sentido de que, por se referir a um processo em curso, o *impeachment* pode ser revertido.

A esses dois itens lexicais de CC880 juntam-se “frustração e vingança” e “chantagem de Cunha”, presentes na capa CC879, formando peças do “sistema de coerções” (Maingueneau, 2008a) que rege os enunciados em *Carta Capital*, atravessando duas edições. Nesse sentido, esses vocábulos funcionam como retomada e/ou paráfrase do sintagma “golpe”, que teve proeminente circulação durante o período de tramitação do processo de afastamento de Dilma Rousseff, estabelecendo uma relação polêmica com os discursos em favor do *impeachment* e retomando a memória discursiva de quando os militares tomaram o poder em 1964 (Possenti, 2016; Fonseca; Campos, 2017).

Por se inscrever no interdiscurso, esse discurso que *Carta Capital* produz e faz circular se firma a partir da relação estabelecida com outros. Neste espaço discursivo, concorrem, pelo menos, dois discursos: um em defesa da permanência da presidente e outro em defesa do afastamento definitivo. A iminente deposição da presidente eleita e a consequente ascensão do vice-presidente ao posto de titular permitiram um embate *situação x oposição*, em torno do qual as revistas disputavam sentidos quanto à legitimidade do processo.

Por esse prisma, esses enunciados verbais na capa de CC880 firmam um posicionamento de que é controversa essa legitimidade e, ainda que utilize o termo “impeachment”, ele não aparece em essência, porque se alinharia ao discurso com o qual concorre. Diferente do que acontece em VJ2455, em CC880, esse termo técnico, que se refere ao procedimento político de afastamento da presidente, aparece como modificador, não como núcleo da designação. Em outras palavras, “impeachment”, na enunciação de *Carta Capital*, se caracteriza estreitamente por “tentativa golpista”, balizando o sentido de que esse processo se desenvolve em função de uma investida em infringir a harmonia institucional entre os Poderes.

O Quadro 9 nos mostra que a manchete em tela surgiu da irradiação dos seguintes textos do interior da edição CC880: “Cúmplice do golpismo”, da coluna *Rosa dos Ventos*, assinada por Maurício Dias; “Chamem o Cunha”, editorial assinado por Mino Carta; “Juntos e Misturados”, reportagem de capa assinada por André Barrocal, e “Nos passos de Brizola”, entrevista de Ciro Gomes conduzida por Rodrigo Martins.

Desses quatro textos, extraímos as seguintes sequências relacionadas ao iconotexto da capa e elaboramos o Quadro 26.

Quadro 26 – Sequências relacionadas à manchete de CC880

LINHAS	SEQUÊNCIA
336-337	Ao saber disso [da aceitação do processo de <i>impeachment</i>], [Temer] calou-se e traiu o princípio de fidelidade a Dilma
341-343	Repleta de lamúrias e insinuações, a missiva de Temer pode ser comparável à senha de uma conspiração articulada com o deputado peemedebista Eduardo Cunha, presidente da Câmara.
348	A mágoa de Temer deixou rastros nas linhas mal traçadas enviadas à presidenta.
368	Houve nesse episódio [a aceitação do processo] uma inominável traição. Com anuência silenciosa de Temer.
402-403	Com um gesto obsoleto (romântico?) em tempo de redes sociais, [Temer] escreve uma carta.
403-404	[Temer] se dispõe, sem demitir a expressão sonsa, a oferecer colaboração a Eduardo Cunha, sinuosa, poderosa, porém.
454-455	Michel Temer deu sinais inequívocos ao mundo de que, entre a presidenta e o correligionário Eduardo Cunha, prefere o colega de partido.
458-459	Tudo começou com a carta ressentida tornada pública na segunda-feira 7. Na missiva, Temer reclama de ser um vice “decorativo” e acusa Dilma de não confiar nele.
465-466	Entende-se a mágoa do vice em certos aspectos, não a reação a eles, especialmente em um momento tão crucial para a história do país (p. 23)
513-514	Temer inclina-se em favor de Cunha desde as primeiras horas da abertura do processo de <i>impeachment</i> .
571-572	O vice parece destinado a dormir na sala, caso Dilma sobreviva ao <i>impeachment</i> .
669-670	Na verdade, Temer é o homem de Cunha, e não o inverso.
674	Aquilo ali [a carta] é um festival de vaidades e de mágoas explícitas.

Fonte: Elaboração própria a partir de *Carta Capital* (2015)

Desse conjunto de sequências, em apenas uma delas (linhas 669-974) se pode falar de enunciado sobreasseverado (Maingueneau, 2014), uma vez que, das treze sequências, é a única que apresenta modulação enunciativa, sendo introduzida por conector de reformulação. Nesse conjunto, todas as sequências foram produzidas por locutores diferentes e podem ser agrupadas de acordo com o posicionamento discursivo em comum nelas marcado.

Dentre os locutores, ressaltem-se os enunciados produzidos por Ciro Gomes (linhas 669-674), convocado pela revista a conceder uma entrevista, não na posição de colunista, mas de professor de Direito Constitucional filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), reforçando as condições de qualificação para que se possa enunciar em *Carta Capital*: pelo “sistema de coerções” que regula o discurso nessa revista, inscrevem-se sujeitos que defendem a continuidade do mandato da presidente e que entendem a interrupção dele no desfecho de uma trama pouco republicana.

Em algum nível, todas essas sequências versam sobre o tema (in)fidelidade, sustentando o posicionamento de que o vice-presidente Michel Temer teria preterido Dilma Rousseff ao conceder apoio a um correligionário, Eduardo Cunha, criando uma “inominável traição” (linha 368). Esse sentido pode ser depreendido no conjunto das sequências e é explicitado verbalmente em dois trechos: “Temer traiu o princípio de fidelidade a Dilma” (336-337) e “Michel Temer prefere o colega de partido” (454-455).

Nessas sequências, sobressaem vocábulos que podem ser associados a uma intriga entre duas pessoas; são eles: verbos que denotam favoritismo – “preferir” (454-455), “inclinar-se em favor de” (513-514); verbos que denotam desavença – “reclamar” (458-459) e “acusar” (458-459); e, ainda, substantivos que denotam ressentimento – “lamúria” e “insinuações” (341-342), “mágoa” (348), e “traição” (368). No caso dos verbos que denotam favoritismo, o termo “Temer” ocupa posição de agente e Dilma Rousseff e/ou Eduardo Cunha, a posição de complemento. Por esse conjunto de vocábulos, constrói-se uma rede de sentido na qual se firma o posicionamento de que o rompimento de Michel Temer com o governo é um caso de quebra de confiança.

Tendo em vista essa rede de sentido, que garante a coesão do posicionamento discursivo formado pelo conjunto de produções de diferentes locutores, pode-se explicar também o referente “carta”, introduzido e recategorizado por diferentes grupos nominais, tais como “missiva” (linhas 341-343), “linhas mal traçadas” (348) e “aquilo ali” (linha 674). São designações claramente avaliativas. Além disso, essas retomadas são seguidas de expressões categorizadoras que reforçam uma avaliação negativa do referente: “repleta de lamúrias e insinuações” (341-343), “gesto obsoleto” (402-403), e “festival de vaidades e mágoas explícitas” (674).

Essas menções ao referente “carta”, que corresponde à produção escrita de teor íntimo e pessoal com coenunciador precisamente marcado, evocam as condições de enunciabilidade desta edição em análise. É que, no dia 7 de dezembro de 2015, foi divulgada pela imprensa a íntegra de uma carta escrita por Michel Temer e endereçada à Dilma Rousseff em que o então vice-presidente da República reclamava que o governo

teria demonstrado agir com falta de confiança à atuação dele e ao principal partido de base governista, o PMDB, por ele presidido.

As referências ao episódio da publicização dessa carta, narrado detalhadamente na reportagem de André Barrocal, atravessa os vários segmentos selecionados de diferentes gêneros da edição 880, sempre na direção de que o conteúdo da correspondência teria trazido à tona o sentimento de infidelidade e de rancor. Em dois segmentos específicos (454-455 e 458-459), argumenta-se que o rompimento com a titular teria se dado porque o vice-presidente, em vez de entrar em defesa pela manutenção do governo, decidiu se alinhar a Eduardo Cunha, presidente da Câmara, responsável pela aceitação do processo de *impeachment*.

Contribuindo para fortalecer a coesão discursiva em torno desse posicionamento, notabilizamos a sequência 669-670, em que a expressão “homem de” pode indicar tanto uma relação entre possuidor e coisa possuída quanto pessoa a serviço de outrem. De toda forma, essa expressão situa o rompimento de Dilma Rousseff e Michel Temer para além da seara da política, reforçando uma estreita relação entre duas pessoas.

Entendemos que, no conjunto dessas sequências, evoca-se uma cena validada (Maingueneau, 2013a, 2013b) que apela aos estereótipos de briga conjugal, sendo que a expressão “dormir na sala” (linha 571-572) recupera a cena culturalmente partilhada de que, quando marido e mulher encerram uma discussão pouco amigável, eles decidem dormir em cômodos separados até que os ânimos se acalmem. Haja vista essa cena validada e a recorrência dos vocábulos que denotam favoritismo e ressentimento, podemos interpretar que os sentidos postos a circular por essa edição giram em torno da temática de que Michel Temer traiu Dilma Rousseff com Eduardo Cunha.

No interior da revista, a reportagem de capa é ilustrada por uma sequência de imagens (Fig. 19) em tom sépia ou em cor azul acinzentado, formando conjuntos entrecruzados por legendas de fundo preto e texto em cor branca, e por balões de fundo branco e cor preta. Todas as imagens apresentam pelo menos uma personalidade política com semblante bastante expressivo.

Os conjuntos são acompanhados por legendas, quais sejam: “Em uma certa manhã de Brasília, antes de o governo perceber...”, “Sem o apoio do vice...”, “No Congresso e na Justiça...” e “Qual o peso das ruas?”. A quarta imagem é a única que não apresenta legenda, apenas um balão, em que se lê: “Aécio Neves e o PSDB esperam, enquanto estimulam o rompimento do PMDB”, posicionado ao lado direito da fotografia do segundo colocado nas eleições de 2014.

Nessa sequência iconotextual, tanto as legendas quanto os balões orientam o caminho pelo qual a leitura deve ser conduzida e instruem o leitor quanto à identificação de cada um dos personagens, a se ver pelas indicações do lugar (“à direita”) ocupado nas imagens. Na primeira legenda, apesar da presença de elementos dêiticos espaço-temporais (“manhã de Brasília”), o ponto de referência no qual eles se ancoram só é conhecido se relacionado o disposto na linha 458 (“segunda-feira, dia 7”). De outra forma, na terceira legenda, as coordenadas se ancoram nos elementos da própria imagem. Também os balões auxiliam a construir a linha narrativa de sucessão dos fatos apresentados pelas imagens, apoiando-se nos verbos no tempo passado (“desencadearam”, “teve”, “interferiu”, “suspendeu”) nos quatro primeiros quadros; nos verbos no presente (“esperam” e “estimulam”), no quinto; e no verbo na forma de futuro perifrástico (“vão influenciar”). Trata-se, então, de uma narrativa sobre um passado, um presente e um futuro próximo.

Figura 19 – Sequência de iconotextos da reportagem de capa – CC880



Fonte: Elaboração própria a partir de *Carta Capital* (2015)

Ao contrário do que ocorre com as imagens articuladas aos textos dos outros gêneros midiáticos jornalísticos dessa edição, o conjunto dessas imagens instaura uma cenografia pouco usual, sendo praticamente independente do texto verbal argumentativo da reportagem principal. Observando a organização e os elementos visuais, especialmente as cores das imagens, a fonte utilizada para os enunciados verbais e a expressão facial dos atores políticos, depreendemos uma “cenografia difusa” (Maingueneau, 2013a), não correspondendo especificamente a um gênero de discurso preciso, mas a um conjunto vago de cenografias possíveis em uma dada ordem. No caso em tela, remete à cenografia de fotonovela, um tipo de narrativa que gira em torno do relacionamento amoroso entre um homem e uma mulher, e da rivalidade com um terceiro diante dessa relação, formando um triângulo amoroso, ainda que uma das partes sequer saiba que a fidelidade do parceiro está em jogo (Miguel, 2016).

Essas narrativas costumam ser iniciadas por enunciados do “plano não embreado” (Maingueneau, 2013a), que se apresentam como se estivessem desligados da situação de enunciação. Essa manobra enunciativa aparece na legenda da primeira imagem da sequência – “Em uma certa manhã”. Cria-se, então, um efeito paradoxal, pois é tanto uma coordenada espaço-temporal da enunciação, quanto uma sequência cristalizada que introduz uma narrativa cujo desenrolar pode ser acompanhado pela ordenação do próprio iconotexto, conduzida pelo fio das frases nominais de cada quadro: “a carta do vice-presidente”, “a saída de Eliseu Padilha do ministério”, “a destituição de Picciani da liderança do PMDB, a nomeação de Quintão”, “o afastamento de Pinato”, etc.

Para não perder de vista os objetivos desta pesquisa, faremos apenas alusão à cena enunciativa dessa sequência de imagens, pois ir mais adiante exigiria análise detalhada de cada um dos iconotextos individualmente, o que aqui seria fora de propósito. Ainda assim, ressaltamos que, no conjunto desses iconotextos, também são observados os ajustes enunciativos do “sistema de coerções” que engendra a organização do discurso dado a circular em CC8880: o termo “*impeachment*” tem o sentido restrito a “complô”, e se desdobra em “traição”. Sendo o discurso manifesto em uma “prática intersemiótica” (Maingueneau, 2008a), o tema “traição” é imposto a essa edição de *Carta Capital* não apenas à materialidade linguística, mas também às outras semioses.

Posto que resulta da irradiação de, pelo menos, três gêneros, a manchete intersemiótica dessa capa também está submetida a essas “restrições semânticas”. Mesmo que não se possa apontar um elemento específico da sequência de imagens ou uma sequência linguística em particular que tenha sido destacada e alçada à capa, saltam aos olhos a proximidade do ponto de vista defendido não apenas na reportagem “Juntos e misturados”,

mas também no artigo de opinião (linhas 336–337; 341–343; 348; 368) e no editorial (402–404).

Porquanto os enunciados no regime aforizante não necessariamente correspondam à contrapartida de origem, estimamos que os enunciados verbais e imagéticos da manchete de CC880 surgiram em decorrência do destacamento de vários elementos do interior da revista, os quais, a partir do agenciamento de uma terceira instância, se apresentam como um conjunto homogêneo em uma única página. Podem ser tratadas, nessa medida, como aforizações.

Sendo aforizações, os enunciados da manchete exigem um enquadre interpretativo. Nesse caso, podem ser apreendidos em um regime de atualidade, mobilizando uma interpretação associada (Maingueneau, 2014) de mais de um enquadre. Com o enquadramento informacional, orientado pelo subtítulo da manchete, a aforização visa a fazer o leitor tomar conhecimento dos bastidores da articulação política para destituir a presidente eleita. Ao mesmo tempo, além da carga informacional, esse iconotexto também se associa a valores, que apelam diretamente à expressão de uma convicção manifesta pelos termos designativos “tentativa golpista” e “projeto pessoal de poder”, pelos quais o hiperenunciador sustenta o posicionamento acerca do processo de *impeachment*.

Nesse iconotexto, os enunciados condensam o ponto de vista defendido nos três textos irradiadores, avigorando o caráter aforizante da enunciação. Ainda que não apresente um investimento enunciativo sentencioso, o iconotexto dessa manchete também pode ser interpretado pelo enquadramento testemunhal porque apresenta, de certa forma, uma tomada de posição sobre um fato. A interpretação, portanto, segue em direção a depreender um ponto de vista com contornos de denúncia, revestido pela autoridade que enuncia na revista.

Quanto à cena enunciativa na qual se engendra a aforização, o iconotexto dessa manchete obedece às rotinas da cena genérica da capa de revista semanal de informação, por apresentar ao público um acontecimento tido relevante nos últimos sete dias. Concomitantemente, depreende-se uma “cenografia exógena” (Maingueneau, 2015), resultado da importação de outra cena genérica, a da fotonovela, que se entrelaça com a cena genérica rotineira da capa.

Avançando na depreensão dessa cenografia exógena, o quadro enunciativo é construído pelo imbricamento de coordenada enunciativa espaço-temporal, linguisticamente marcada no termo “*impeachment*” do subtítulo, que ancora a produção em um tempo e

em um espaço precisos. A cronografia e a topografia podem ser também apreendidas pela composição imagética que contrasta o fundo escuro e a claridade no rosto dos personagens.

Com a finalidade de que esse contorno sutil seja mais bem exibido aos olhos, traçamos uma linha em vermelho marcando a diferença entre os tons claro e escuro na imagem da capa CC880, e elaboramos a Fig. 20. Pelo contraste de tons, marca-se uma forma de contornos imprecisos, mas suficientes para fazer evocar o universo da fotonovela. Reconhecida ou não a forma em contraste, o lugar e o momento da cena enunciativa na manchete não podem ser outro senão aquele de onde emana a enunciação de um casal em crise, que, como se disse sobre a carta do vice para a presidente, se circunscribe em linhas mal traçadas (linhas 348), como as produzidas pelo feixe de luz na imagem, e na turvação do ressentimento (linhas 458-459), que, tal qual o acinzentado predominante na capa, cobre de nebulosidade os envolvidos na relação.

Figura 20 – Contorno formado pelo contraste claro e escuro na capa de CC880



Fonte: Elaboração própria a partir de *Carta Capital* (2015)

Sendo essa a cenografia da manchete de capa, Eduardo Cunha e Michel Temer são, então, protagonistas de uma narrativa sobre fidelidade conjugal. No entrelaçamento com a “cena rotineira” (Maingueneau, 2013a) da capa de revista, produz-se o efeito de que “o

complô”, com letras garrafais e em vermelho, é tanto uma manchete de capa de revista semanal de informação quanto título de uma fotonovela, a qual o iconotexto, no todo, retrata, e indica, pelos enunciados em branco, quem são os personagens principais da trama e em torno do que eles se unem. Como a cenografia é o que legitima o enunciado e, por sua vez, é também por ele legitimado, ao estabelecer a fotonovela como a cenografia apropriada, a revista assume ser essa a melhor via para validar o discurso que faz circular sobre o *impeachment*, decorrente do rompimento do vice-presidente com o governo em favor de um correligionário: cenário de infidelidade visto apenas em folhetins.

3.2.4 A manchete iñtersemiótica da edição 2456. de Veja

No iconotexto dessa manchete (Fig. 21), há dois planos: no plano de fundo, o branco se notabiliza. No primeiro plano, a televisão posicionada ao centro exibe o rosto de Dilma Rousseff em preto e branco e, à altura do queixo da presidente, lê-se o enunciado “aí a nossa matriz econômica”, como se fosse a legenda de um pronunciamento. As reticências, no início e no fim da frase, e o desenho dos lábios da presidente, permitem inferir que se trata de uma fala em continuidade, cuja transmissão está sendo feita em rede televisiva. Ainda, o desenho dos lábios da presidente autoriza a leitura de que a imagem estática em tela capta o exato momento em que tais palavras foram proferidas.

Abaixo da televisão, o enunciado verbal da manchete, em preto, é “A máquina do atraso”, e a sub-manchete, em mesma cor, é a seguinte: “Como a presidente fez a indústria retroceder 65 anos, a política econômica voltar ao tempo do estatismo militar, a recessão punir os brasileiros como não ocorria desde 1981 e a inflação de 10% rugir depois de treze anos domada”. Estes enunciados fornecem pistas iniciais para a ancoragem no tempo: “estatismo militar”, “1981”, “retroceder 65 anos”.

Pelos elementos não verbais, são mais precisas as coordenadas enunciativas (Maingueneau, 2013a) pelas quais se desenvolve a cena da manchete. A televisão de tubo, facilmente reconhecida pela cor amadeirada e botão giratório de sintonizar os canais que, a depender do modelo do eletrônico, eram exibidos em preto e branco, evoca um tempo não contemporâneo. A esponja de aço enrolada na extremidade de uma das antenas, na parte superior do iconotexto, faz lembrar o período em que o sinal analógico da televisão exigia do espectador determinados truques para que a mínima qualidade da imagem fosse garantida. Como a cronografia remete a tempos de outrora, quando havia televisão de tubo com esponja de aço nas antenas, a topografia nesse iconotexto só pode ser a sala de estar, cômodo domiciliar onde costumava ficar esse tipo de eletrônico.

Figura 21 – Capa de VJ2456



Fonte: *Veja* (2015)

Dessa forma, tanto cronografia quanto a topografia nessa manchete compõem as coordenadas de apoio para uma “cena validada” (Maingueneau, 2013a, 2013b) partilhada por uma comunidade que valoriza o hábito de reunir a família em torno da televisão, especialmente à noite, quando, ainda hoje na contemporaneidade, são exibidos os noticiários, as novelas e os pronunciamentos presidenciais.

Potencializada por essa cena validada, a cenografia exógena se entrelaça com a cena rotineira do gênero capa de revista semanal de informação. Nesse caso, esse entrelaçamento das duas cenas enunciativas promovido pela capa equilibra a posição do leitor entre aquele que espera pelas notícias da segunda semana do mês de dezembro de 2015 e, ao mesmo tempo, aquele que se depara, ao primeiro lance, com a imagem de um pronunciamento antigo.

Podemos falar, então, que nessa capa há um “enlaçamento paradoxal” (Maingueneau, 2013a, p. 98) da cenografia junto à cena genérica. No nível quadro cênico, instaura-se o estatuto dos participantes da situação de discurso, que, no caso das capas das revistas semanais de informação, posiciona o leitor como sujeito convocado a tomar

conhecimento das notícias da última semana. A cenografia dessa capa em específico, todavia, também impõe ao leitor outra posição, a de espectador de um pronunciamento presidencial.

Esse paradoxo se reforça com a ancoragem cronográfica dos enunciados verbais da manchete e da legenda da televisão. Apesar de, por um lado, a imagem do eletrônico marcar o iconotexto em um tempo não atual, a fala de Dilma Rousseff recupera, por outro, um período mais recente, uma vez que o termo “matriz econômica” refere-se ao conjunto de medidas adotadas no primeiro mandato dela quando o Ministério da Fazenda era comandado por Guido Mantega, entre os anos de 2011 e 2014.

Evocando as condições de enunciabilidade: à época da publicação de VJ2456, a pasta de economia do governo federal estava sob responsabilidade de Joaquim Levy³⁷, que, logo no início de 2015, já vinha investindo em medidas de ajustes fiscais, pondo fim ao chamado “ensaio desenvolvimentista” (Singer, 2015).

Tendo em vista que essa produção se inscreve segundo “condições de legitimação do dizer” (Mainqueneau, 2008a), em que se impõe discorrer sobre a atualidade, a cenografia da capa reforça o paradoxo que ela mesma encena: “a máquina de atraso” impôs à revista uma viagem no tempo para noticiar um plano econômico que já não está mais em vigor, mas cujos efeitos ainda podem ser sentidos por todos.

Observando o interior da revista, identificamos que dois textos permitiram o iconotexto da manchete: o editorial, intitulado “A igreja arcaica”, e a reportagem, incluída na seção *Brasil*, com o título “De volta ao passado”, e assinada por Giuliano Guandalini e por Marcelo Sakati (Quadro 13). No quadro 27, temos os segmentos desses textos, possivelmente destacados.

Quadro 27 – Sequências relacionadas à manchete de VJ2456

LINHAS	SEQUÊNCIA
1249-1251	O colapso do sistema político potencializou os efeitos de um tosco experimento estatal arrogantemente chamado por Dilma Rousseff de “nova matriz econômica”. Essa estratégia nada tinha de nova. Nem de matriz.
1254-1255	Irresponsavelmente imposta ao país, essa política anulou conquistas modernizadoras e está custando aos brasileiros uma viagem forçada rumo ao passado.
1255-1257	A reportagem de <i>Veja</i> nos mostra como a máquina do atraso do governo nos fez retroceder no tempo.

³⁷ Ministro da Fazenda entre 1º de janeiro e 18 de dezembro de 2015, deixando o cargo dois dias após a publicação de VJ2456. Nelson Barbosa assumiu o Ministério, permanecendo no cargo até 12 de maio de 2016, quando Michel Temer assumiu interinamente a Presidência.

1257-1258	Em termos de participação no PIB, a indústria nacional voltou aos patamares de 1950 – isso mesmo, 65 anos atrás.
1261-1263	O centralismo, com protecionismo, controle de preços e gigantismo estatal, remonta a 1974, início do governo do general Ernesto Geisel, que quebrou o Brasil.
1264-1266	Não sofríamos com o aumento do desemprego com essa intensidade desde 2002 e, por último, mas não menos crucial, há treze anos não sabíamos o que era viver sob uma inflação acima de 10%.
1267-1268	Quem teme perder o mandato por causa de “pedaladas” deveria mesmo estar preocupado com os efeitos das “atropeladas” da razão
1278-1279	Em raros outros momentos da história o Brasil regrediu tão rapidamente em tão pouco tempo.
1280-1282	A produção regride continuamente, e a sua participação na produção econômica do país desabou para 10,9% em 2014, algo não visto há mais de seis décadas.
1304-1307	O descalabro do Orçamento federal, resultado de uma gastança em um volume superior em muito às possibilidades do país, havia sido mascarado por algum tempo pelas infames “pedaladas fiscais”, as manobras contábeis criadas por Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, e seu secretário do Tesouro, Arno Augustin.
1307-1309	A estratégia de usar bancos públicos para financiar o excesso de gastos remonta à chamada “conta em movimento”, usada à larga nos anos finais da ditadura e que se imaginava extinta em 1986.
1330-1331	O modelo fundado no Brasil seria uma “nova matriz econômica”, que de nova não tinha nada. De quebra, ela arrasou a economia.
1334-1336	Fica difícil compreender como hoje, em pleno século XXI e na era da revolução tecnológica, um governo possa ressuscitar políticas antiquadas para beneficiar setores antiquados. Mas foi isso que Lula e Dilma fizeram.
1339-1340	as dificuldades vividas hoje na economia lembram os desequilíbrios e as agruras dos últimos anos dos militares no poder.
1425-1427	O governo, em outras de suas viagens à história, quer agora reeditar o imposto do cheque, cobrado pela primeira vez em 1993, no governo Itamar Franco.
1432-1433	O Natal dos brasileiros será apertado. É um presente da máquina de voltar no tempo da presidente Dilma.

Fonte: Elaboração própria a partir de *Veja* (2015)

Nenhuma dessas ocorrências apresenta índices de sobreasseveração (Maingueneau, 2014), portanto, não sinalizam saída do texto. Entretanto, chama a atenção a relação de destacabilidade que se pode estabelecer com o iconotexto da manchete.

Detalhando essa relação, começamos pelo termo “nova matriz econômica” (linhas 1249-1251), que, no editorial, aparece entre aspas, marcando a fronteira entre duas

falas, uma das quais é citada e de responsabilidade atribuída a Dilma Rousseff, como especificado verbalmente no mesmo segmento. Por estar marcado por aspas, cria-se um efeito de autenticidade (Maingueneau, 2013a), ou seja, de que o termo foi proferido exatamente daquela forma, até mesmo porque corresponde à legenda do iconotexto na manchete.

Por imposição dessa “nova matriz econômica”, de que tratam o editorial e a manchete, o Brasil “fez uma viagem forçada rumo ao passado” (linhas 1254-1255), e, no texto da seção *Carta ao Leitor*, compara-se às ações do governo do General Ernesto Geisel, nos anos 1970, marcadas pelo “protecionismo”, “controle de preços” e “gigantismo estatal”, que, em última consequência, “quebrou o Brasil” (linhas 1261-1263). Essas sequências mantêm certa coesão semântica em torno de um posicionamento de que, em razão da política econômica implantada pelo governo de Dilma Rousseff, o país está fadado ao colapso porque essas medidas já foram experimentadas anteriormente, sem sucesso.

Ainda seguindo as pistas desse texto na seção *Carta ao Leitor*, notamos que ele próprio forma um iconotexto, composto por sequências argumentativas e narrativas e por uma imagem legendada, situada no topo direito da página. No que tange à materialidade verbal do texto, depreendemos mais elementos que, no conjunto, foram filtrados pelas “coerções semânticas”: a recorrência de comparação do presente com o passado pelo uso de verbos relacionados à regressão no tempo, às vezes expressamente marcada, tais como “retroceder” (linhas 1255-1257), “voltou aos patamares de 1950” (linhas 1257-1258), “remonta a 1974” (linhas 1261-1263); ou pelas expressões de tempo transcorrido, marcando o antes e o agora, como nas expressões “65 anos atrás” (linhas 1257-1258), “desde 2002”, “há treze anos” (linhas 1264-1266).

No que tange à imagem do iconotexto desse editorial, fizemos um recorte para produzir a Fig. 22. Ela mostra um objeto composto por duas partes: a superior, com bordas e suporte em metal, aparenta uma tela, que exhibe o rosto de Dilma Rousseff em preto e branco; e a inferior, sobre a qual se sustenta a primeira, é uma base retangular de cor marrom, com tom amadeirado, em que se veem pelo menos dois botões, um dos quais lembra o de sintonizar, fazendo com que esse aparelho de baixo se assemelhe a um rádio. Ambas as partes estão suspensas por um suporte metálico que as torna distantes do chão.

Figura 22 – Imagem articulada ao editorial de VJ2456

Carta ao Leitor



Fonte: *Veja* (2015)

Como se vê, trata-se de um objeto não identificado, que combina tela moderna e rádio antigo. Partindo da noção de que o sistema de coerções abrange as várias materialidades semióticas (Maingueneau, 2008a), interpretamos que essa imagem na Fig. 22 foi produzida segundo as mesmas restrições do texto argumentativo, e, ao se articular a ele, direciona o sentido para uma representação visual da política econômica do governo de Dilma Rousseff: um “tosco experimento” (linha 1250). Na figura, o objeto, que conjuga um eletrônico obsoleto e outro moderno, não funciona bem: a tela moderna exibe imagem em preto e branco. Esse arranjo mirabolante, com desempenho comprometido, não é nem televisão, nem rádio; da mesma maneira, a nova matriz econômica “não tem nada de nova, nem de matriz” (linhas 1249-1251).

Passando para a reportagem “De volta ao passado”, identificamos outras pistas desse sistema de coerção, que se materializa pela permanente tendência comparativa entre passado e presente, e pode ser apreendida pelo uso de verbos, entre os quais estão: “regrediu” (linhas 1278-1279), “desabou” (linhas 1280-1282), “arrasou” (linhas 1330-1331). Com esses verbos no pretérito perfeito, o enunciado é produzido no plano embreado (Maingueneau, 2013a), ancorando-se à situação de enunciação, situando o tempo anterior ao presente da enunciação. Essa ancoragem, no texto, é feita pelo embreado “hoje”, que firma como ponto de referência um elemento do cotexto – “século XXI” (linhas 1334-1336) – a partir do qual se estabelece o presente. Dessa forma, o leitor é levado a uma “viagem à história” (1425-1427) cujo ponto de partida é ancorado no dêitico “agora”, marcado na mesma sequência.

Esses enunciados estão no plano embreado (Maingueneau, 2013a), por isso criam uma referência temporal que situa o passado, a partir do qual são estabelecidos os parâmetros comparativos para avaliar o presente. Fortalece-se, então, o posicionamento de que são intransponíveis para o Brasil da “era da revolução tecnológica” (linhas 1334-1336) as medidas econômicas malsucedidas “dos anos finais da ditadura” (linhas 1307-1309).

Ressalte-se também a referência à “imposto do cheque” (linhas 1425-1427) para caracterizar uma das investidas do governo de Dilma Rousseff em tentar equilibrar as contas públicas (Singer, 2015). A expressão reaviva a memória de uma medida inicialmente criada nos anos 90 durante o governo de Itamar Franco, e tornada lei no governo Fernando Henrique Cardoso, vigorando até 2007: a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Em uma época em que os cartões de débito existiam apenas nas mentes mais criativas e em que o cheque era um dos meios de pagamento mais utilizados, movimentar dinheiro implicava pagar imposto. Ou seja, ao categorizar como “imposto do cheque” uma das propostas do governo, associa-se a ela uma lembrança negativa relacionada a esse tributo.

Tendo em vista que o “sistema de coerção” engendra a produção discursiva nas diversas semioses, verificamos que os iconotextos na reportagem de capa também corroboram o posicionamento de que há um descompasso temporal entre o novo e o antigo. Ao texto dessa reportagem, datada de dezembro de 2015, articulam-se imagens de televisões exibindo, em preto e branco, cenas de fatos do passado. Há também as imagens, em preto e branco, da princesa Diana, e de uma cena da série de filmes *Star Wars* (Fig. 23 a Fig. 26). Além das fotografias, a reportagem também contém indicadores econômicos. Todas essas imagens são acompanhadas de legendas, as quais transcrevemos a seguir.

Na Fig. 23, a indicação do ano é 1950, e o enunciado é: “Há 65 anos – final entre Brasil e Uruguai, no Maracanã: a seleção saiu derrotada, mas a economia dava os primeiros passos na era da indústria moderna”.

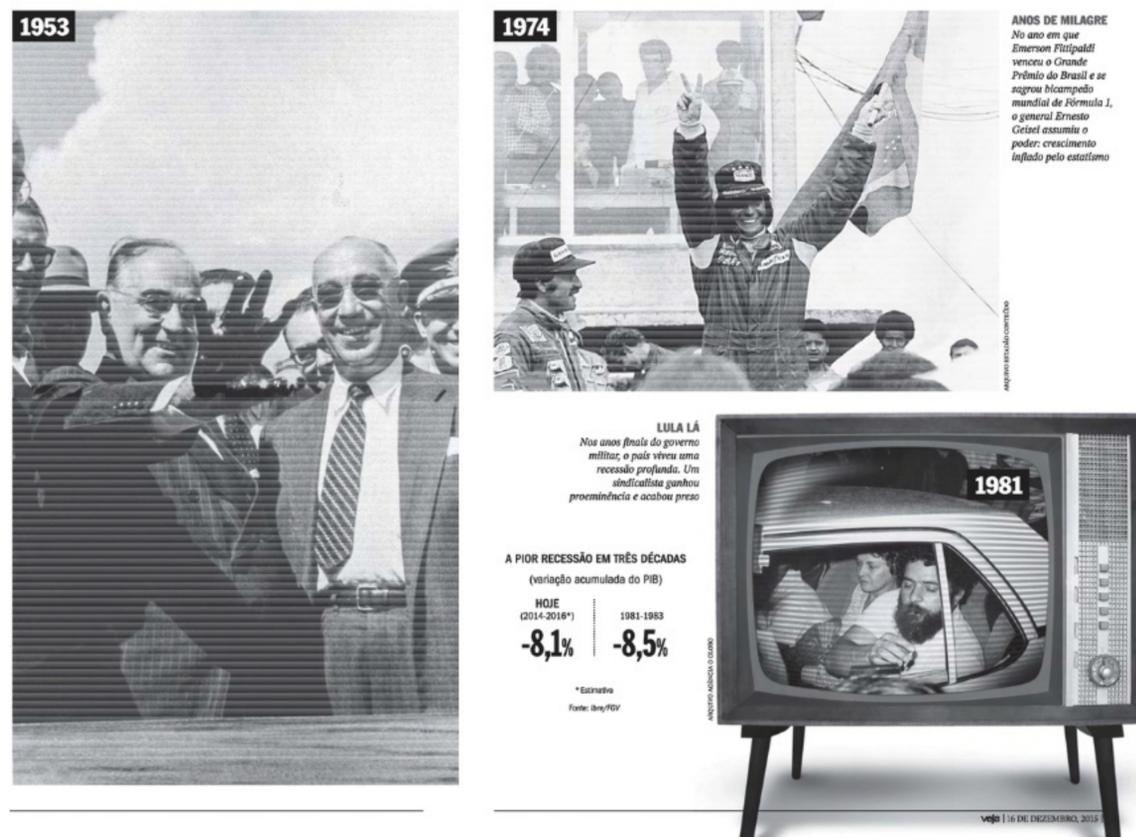
Na Fig. 24, há três imagens, sendo que, em cada uma, há indicação temporal diferente. A primeira é 1953, a segunda é 1974, e as duas se articulam à mesma legenda: “Anos de milagre – No ano em que Emerson Fittipaldi venceu o Grande Prêmio do Brasil e se sagrou bicampeão mundial de Fórmula 1, o general Ernesto Geisel assumiu o poder: crescimento econômico inflado pelo estatismo”. A terceira imagem é indicada pelo ano 1981, e a legenda é: “Lula lá – nos anos finais do governo militar, o país viveu uma recessão profunda. Um sindicalista ganhou proeminência e acabou preso”.

Figura 23 – Iconotexto 1/4 na reportagem “De volta ao passado”, em VJ2456



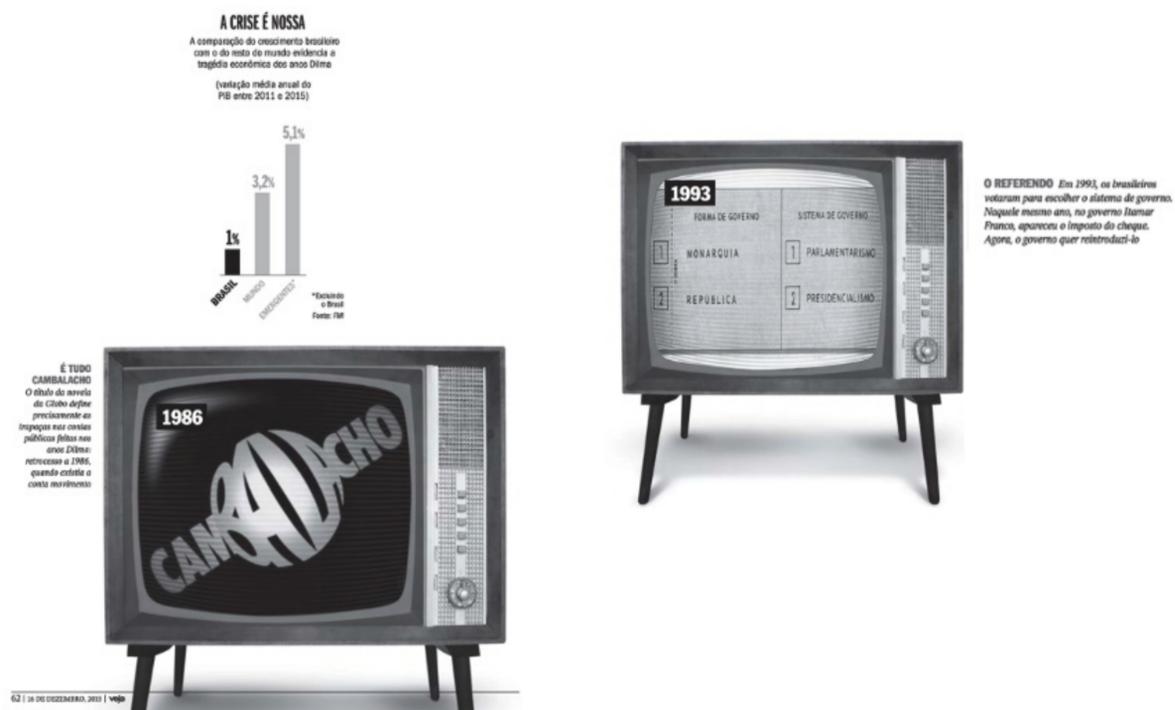
Fonte: Veja (2015)

Figura 24 – Iconotexto 2/4 na reportagem “De volta ao passado”, em VJ2456



Fonte: Veja (2015)

Figura 25 – Iconotexto 3/4 da reportagem “De volta ao passado”, em VJ2456



Fonte: Veja (2015)

Figura 26 – Iconotexto 4/4 da reportagem “De volta ao passado”, em VJ2456



Fonte: Veja (2015)

Na Fig. 25, há dois iconotextos: o primeiro é articulado ao ano 1986 e se relaciona à legenda: “É tudo cambalacho – o título da novela da Globo define precisamente as trapagens nas contas públicas feitas nos anos Dilma: retrocesso a 1986, quando existia a conta em movimento”. O segundo apresenta a indicação “1993”, com o enunciado: “O referendo – em 1993, os brasileiros votaram para escolher o sistema de governo.

Naquele mesmo ano, no governo Itamar Franco, apareceu o imposto do cheque. Agora o governo quer reintroduzi-lo”.

Finalmente, na Fig. 26, são três os iconotextos: o primeiro, etiquetado pelo ano de 1997, e articulado à legenda “Desequilíbrio – o descontrole fiscal chegou a tal ponto que, em 2014, o governo gastou mais que arrecadou, já excluindo a despesa com os juros. Foi um fato inédito desde que esse cálculo começou a ser feito, no último ano de vida da princesa Diana”. O segundo e o terceiro trazem, na parte superior, os anos 2002 e 2003, respectivamente, sendo articulados à mesma legenda: “De outro planeta – a inflação anual fechou o ano em dois dígitos pela última vez em 2002, ano de estreia do filme *Ataque dos clones*, da série *Star Wars*, Dilma repete o feito neste ano, às vésperas do lançamento de *O despertar da força*”; e “A explosão – o rendimento acumulado na poupança até novembro ficou 2 pontos percentuais abaixo do IPCA, o pior resultado desde 2003, ano do acidente com ônibus espacial Columbia”.

Essa sequência de iconotextos com os quais a reportagem se articula constrói uma linha cronológica, que se inicia nos anos 1950 e se finda em 2015. O embreante “neste ano” na legenda da Fig.20 ancora o enunciado no presente da enunciação. Cada iconotexto, etiquetado com um ano e articulado a um gráfico, cria um efeito comparativo. Como estão em preto e branco, eles também encenam que esses acontecimentos estão no passado, marcado com a indicação do ano na parte superior de cada um deles.

No geral, essa sequência de iconotextos, seguindo as coerções semânticas, investe no posicionamento de que a estratégia econômica “dos anos Dilma” (legenda na Fig. 25) é desastrosa e surte efeitos similares aos do período de recessão. Nos iconotextos, esse comparativo é amparado tanto em dados gerados por instituições de diferentes setores da economia quanto em indicadores econômicos; são eles: na Fig. 23, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federal das Indústria do Estado de São Paulo (FIESP³⁸); na Fig. 24, Instituto Brasileiro de Economia (IBRE³⁹); na Fig. 25, Fundo Monetário Internacional (FMI⁴⁰); na Fig. 26, Banco Central do Brasil (BCB⁴¹), Tesouro Nacional (TN⁴²) e Índice de Preços no Consumidor (IPCA⁴³).

38 Entidade da indústria brasileira, que, dentre outras funções, reúne representações sindicais desse setor.

39 Órgão da Fundação Getúlio Vargas que desenvolve estudos sobre o Produto Interno Bruto brasileiro, dentre outros indicadores da economia do país.

40 Instituição internacional que, dentre outros objetivos, monitora as políticas econômicas de seus países membros.

41 Autarquia federal vinculada ao então Ministério da Fazenda, hoje Ministério da Economia, que tem por função, dentre outras, executar a política monetária do governo, aí incluída a taxa de juros.

42 Órgão público que gerencia a dívida pública do país.

43 Produzido pelo IBGE, é um dos indicadores utilizados para averiguar tendências de inflação.

Para apreender esse efeito comparativo produzido pela sequência de iconotextos, organizamos os enunciados das figuras em um quadro (Quadro 28).

Quadro 28 – Comparativo de indicadores em VJ2456

Acontecimento	Ano do acontecimento	Indicador macroeconômico no ano do acontecimento	Indicador macroeconômico “nos anos Dilma”	Fonte/ Indicador
Final da Copa do Mundo Brasil x Uruguai	1950	Participação da Indústria no Produto Interno Bruto: 11,5%	Participação da Indústria no Produto Interno Bruto: 10,9%	IBGE e FIESP
Prisão de Lula	1981	Variação acumulada do Produto Interno Bruto: -8,5%	Variação acumulada do Produto Interno Bruto: -8,1%	IBRE
Exibição da novela “Cambalacho”	1986	- Não indicado -	Produto Interno Bruto: 1%	FMI
- Não especificado -	1995	Taxa de juros do cheque especial: 284%	Taxa de juros do cheque especial: 278%	BCB
Morte de princesa Diana	1997	Controle de contas públicas: +1,8	Controle de contas públicas: -17	TN
Estreia do filme “Ataque dos clones”, da série <i>Star Wars</i>	2003	Inflação: 12,5%	Inflação: 10,5%	IPCA

Fonte: Elaborado a partir de *Veja* (2015)

Evidentemente, esses indicadores econômicos existem e foram construídos de acordo com metodologia própria das pesquisas nessa área. Todavia, nessa reportagem, os números e as instituições são mobilizados segundo o sistema de coerção que regula a produção discursiva da reportagem “De volta ao passado”. Em outras palavras, cada aspecto econômico abordado se sustenta na reconhecida autoridade dessas instituições para manifestar um posicionamento desfavorável sobre o desempenho do governo de Dilma Rousseff.

Assim sendo, para discorrer: *i)* sobre a participação da indústria no Produto Interno Bruto, recorre-se aos dados dos anos 1950 e 2015, gerados pela instituição de pesquisa sobre economia e pela entidade relacionada a esse setor de atividade; *ii)* sobre a variação acumulada do PIB ser menor que nos três primeiros anos da década de 80, recuperam-se as estimativas do órgão responsável pela elaboração desse indicador; *iii)* sobre o

crescimento do país frente ao mundo e, mais especificamente, a outros países emergentes, utiliza-se comparativo elaborado por órgão internacional de monitoramento; *iv*) sobre a taxa de juros do cheque especial, mobilizam-se dados de autarquia federal vinculada ao próprio governo; *v*) sobre a dívida pública; mostram-se estimativas do próprio governo; e, *vi*) sobre permanência da inflação em dois dígitos, recorre-se ao órgão que a calcula.

Importante assinalar que VJ2456 tem data de publicação semelhante à de CC880, dia 16 de dezembro de 2015, correspondendo à semana em que foram suspensos os trabalhos da comissão de avaliação do pedido de *impeachment* para que se estabelecesse o rito do processo. Depreendemos discursos em concorrência em torno da possibilidade de afastamento da presidente: em *Carta Capital*, o discurso construído na capa daquela edição marca um posicionamento discursivo de que afastar de Dilma Rousseff é “tentativa golpista” sob a forma de um processo sem fundamentação técnica, agravado ainda mais pela aproximação de Michel Temer a Eduardo Cunha, em um “complô” cujos indícios foram notabilizados pela divulgação de uma carta em que o vice rompia com a presidente. Em *Veja*, constrói-se o posicionamento de que os indicadores econômicos do país são ruins, em comparação aos de outrora, e o de que alguns deles são similares aos de período de recessão da década de 80. Apesar de na capa de VJ2455 não haver menção ao *impeachment*, essa produção discursiva não se desprende das condições de enunciabilidade e, na relação interdiscursiva também formada com a edição anterior (VJ2455), defende-se que, em se tratando de rumos para o país, devem prevalecer a saúde das contas públicas e o bom desempenho econômico, o que não acontece com o Brasil sob a gestão de Dilma Rousseff.

Merece atenção também que, nas capas, nenhuma das duas revistas trate dos aspectos materiais que motivaram o processo, as chamadas “pedaladas fiscais”. Na capa de CC880, encena-se uma briga conjugal, situando o *impeachment* longe da seara política e mais próximo da intimidade. Na capa de VJ2456, cuja manchete analisamos neste item, também não há menção a esse tema. Nos gêneros selecionados dessa edição de *Veja*, o termo aparece apenas duas vezes, sendo uma no editorial (linhas 1267) e outra na reportagem (linhas 1304-1307); nesta, é descrito em poucas linhas como “manobras contábeis criadas por Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, e seu secretário do Tesouro, Arno Augustin”.

Ocorre que, para poder validar o que diz a reportagem, *Veja* apela a um conjunto de outros enunciadores legitimados na esfera econômica. Juntando-se a enunciação deles, a fala do locutor da matéria expande-se em validação discursiva para firmar um posicionamento de que, contrariamente ao movimento da sequência de imagens que

ilustra o caminhar ininterrupto da história sempre para frente, a economia brasileira, por força das ações do governo de Dilma, andou para trás.

Esse descompasso entre os movimentos é também explorado pelo efeito visual das imagens em preto e branco, incluídas em uma edição de revista semanal publicada na segunda década dos anos 2000, quando a produção midiática em cores é praticamente onipresente, o que acentua o paradoxo explorado em VJ2456. Em outras palavras, ainda que não esteja no nível da explicitude, o posicionamento dessa revista sugere que o “atraso” promovido pela “nova matriz econômica” justifica o afastamento da presidente.

Tendo em vista a “prática intersemiótica” (Maingueneau, 2008a), os iconotextos da reportagem e do editorial estão sujeitos às mesmas coerções que a materialidade linguística. Estimamos, então, que cada um desses iconotextos na reportagem foi produzido por destacamento de imagens, se relacionam aos elementos verbais do texto, e também constroem, cada um deles, uma cenografia independente; analisá-los individualmente foge dos propósitos nesta pesquisa. Interessa mais o sentido que eles produzem em conjunto, e nessa sequência de imagens, observa-se, em comum a todas, a marcação do presente visto pelas lentes do passado, em uma cronografia também depreendida na capa.

Concatenando essas regras que regem o dizer nessa edição com a questão da irradiação, vimos que, tanto o editorial quanto reportagem, em VJ2456, são produções em que o texto argumentativo se articula a imagens, formando um iconotexto. Todavia, a relação entre esses elementos verbais e imagéticos são mais “internas” do que “externas”: a cada iconotexto articulam-se segmentos inscritos no próprio texto verbal, em um processo de destacamento que, nesses dois casos, não atravessa os diferentes gêneros irradiadores. No editorial, em específico, há remissão expressa à reportagem (linhas 1255-1257), mas não se pode dizer que seja imprescindível a relação entre esses dois gêneros. Essa sequência pode ser, inclusive, suprimida sem que se comprometa a linha argumentativa do texto.

De outra maneira, na manchete de capa de VJ2456, o destacamento depende da irradiação do editorial e da reportagem do interior da revista. Nessa direção, assumimos ser insuficiente interpretar a frase nominal da manchete (“A máquina de atraso de Dilma”) apenas como resultado da formatação de um único enunciado: “máquina de voltar no tempo da presidente Dilma” (linha 1432-1433), na reportagem. Corrobora também a divergência enunciativa entre um enunciado e o outro: o enunciado do interior da revista é atribuído a Giuliano Guandalini e a Marcelo Sakati; e o enunciado da capa, por sua vez, é atribuído à *Veja*.

Partindo do entendimento de que a responsabilidade enunciativa da capa de VJ2456 não é a mesma nem da reportagem, nem do editorial, e, ainda assim depende dessas duas enunciações para existir, compreendemos que, na manchete, estamos lidando com uma produção do regime aforizante, resultado da irradiação de dois gêneros. Por esse prisma, o iconotexto da manchete surge do agenciamento de um terceiro, que, dentre outros movimentos enunciativos, promove um destacamento e condensa linguisticamente em uma frase nominal o posicionamento defendido por Giuliano Guandalini e Marcelo Sakati, na reportagem, e pela própria revista no editorial.

Esse aspecto enunciativo chama a atenção: ao contrário do que acontece em *Carta Capital*, os editoriais em *Veja* não são assinados, e, por não haver indicação de um locutor, prevalece a voz institucional, ou seja, quem fala nesse editorial de *Veja* é a revista. Dessa forma, atribui-se à *Veja*, como “locutor coletivo”, a responsabilidade do texto *Igrejinha arcaica*. À *Veja* também se atribui a responsabilidade pelos enunciados da capa. Ocorre que, mesmo a responsabilidade dessas duas produções discursivas sendo conferidas a uma mesma “entidade passível de experiências humanas”, discursivamente ela se inscreve em diferentes posições enunciativas, a depender de cada uma das produções.

No editorial, que não surge em consequência da irradiação, o “locutor coletivo” se inscreve nos limites do gênero. Na capa, esse “locutor coletivo” assume outra posição enunciativa, a partir de um agenciamento por ele mesmo operado, de forma que se recuperem os diferentes locutores dos gêneros irradiadores, inclusive a si mesmo, na posição enunciativa marcada no editorial. Desse agenciamento, ele recupera os elementos verbais e imagéticos dos textos-fonte, opera sobre eles, e os apresenta como um único iconotexto pelo qual responde.

Esse funcionamento divergente de uma mesma “entidade” parece-nos revelador da enunciação aforizante nessa capa uma vez nela, como preconiza a enunciação nesse regime, “a palavra deve ser retomada para poder ser plenamente dita” (Maingueneau, 2012b, p. 18, grifo do autor). Assim sendo, por ser produto do destacamento e do agenciamento de um terceiro, o locutor coletivo na capa de VJ2456 assume o papel de aforizador.

Nessa perspectiva, o enunciado verbal “A máquina do atraso de Dilma”, no iconotexto da manchete, é uma “aforização-eco” (Maingueneau, 2014), uma vez que, ao mesmo tempo, recupera e encerra em si as diferentes ideias dispersas nos elementos verbais e imagéticos do editorial e da reportagem.

Do ponto de vista da estrutura, a frase nominal explora uma ambiguidade. “Máquina” é o núcleo do sintagma nominal, ao qual se articulam dois outros sintagmas: “do atraso”

e “de Dilma”. Elementos destes dois últimos formam um sintagma também: “o atraso de Dilma”, em que “atraso” é o núcleo, articulado ao sintagma preposicionado “de Dilma”. Na relação desse sintagma preposicionado com “atraso”, há uma ambiguidade estrutural: ele exerce a função tanto de complemento nominal quanto de adjunto. Sendo a primeira função, interpreta-se que o atraso é promovido por Dilma; sendo a segunda, entende-se que Dilma é atrasada.

Pela estrutura, cria-se um efeito de sentido de que a “máquina” faz voltar ao passado porque está nas mãos de uma pessoa que a opera assim e, ao mesmo tempo, porque é essa pessoa o próprio atraso. Essa ambiguidade está imbricada em todo o iconotexto da manchete: são imagens de um pronunciamento sobre a “nova matriz econômica”, que é transmitido por eletrônico obsoleto, em uma revista datada de dezembro de 2015. Em outras palavras, é a encenação de um anúncio que é, simultaneamente, novidade e vetustade.

Nesse iconotexto, o rosto de Dilma Rousseff é destacado de uma fala pública, cuja origem não se pode indicar, correspondendo, então, a uma forma de “destacamento forte” (Maingueneau, 2014). Por ter sido deslocado para outro lugar e para outro momento, esse recorte do corpo eleva a potencialidade da aforização em construir uma cena deslocada da interação que a originou.

Sendo aforização, o iconotexto está, então, submetido aos enquadres interpretativos. No conjunto dele, a dimensão informacional (Maingueneau, 2014), orientada pelo subtítulo da manchete, direciona o sentido ao “fazer saber” as consequências das medidas do governo de Dilma na economia brasileira. O enunciado verbal que acompanha a manchete funciona tanto para que o leitor tome conhecimento de um evento (o anúncio do plano econômico) quanto apresenta um ponto de vista sobre ele (é uma “máquina de atraso”).

Considerando o enquadre informacional, o locutor, no subtítulo da manchete, reivindica um lugar enunciativo de legitimidade, ou seja, a posição de um locutor que enuncia porque tem a autoridade do “poder dizer”: pelo operador argumentativo “como”, que introduz esse enunciado, cria-se o efeito de antecipação do que está por vir no interior da revista – a explicação das causas que levaram às consequências – sobressaindo um locutor que se marca como também legitimado para poder fazê-lo.

Nesse sentido, verifica-se a enunciação de um locutor que “se coloca como responsável, afirma valores e princípios diante do mundo, dirige-se a uma comunidade para além dos alocutários empíricos que são seus destinatários” (Maingueneau, 2012b,

p. 17). Então, compreendemos que essa aforização deve ser interpretada também a partir de um enquadre testemunhal (Maingueneau, 2012a, 2014), exigido pelo investimento subjetivo do aforizador. Os termos “retroceder”, “voltar ao tempo”, “punir” e “fugir” delineiam a singularidade da aforização e indicam, articuladamente ao plano não verbal do iconotexto (o aspecto da televisão, a ausência de colorido na transmissão, a esponja de aço nas antenas), em que direção a aforização deve ser interpretada: a expressão da convicção de que o governo de Dilma Rousseff está levando o país ao atraso.

Essas duas dimensões interpretativas alcançadas pelo enquadramento no regime de atualidade, no entanto, tornam-se enfraquecidas por demandas do iconotexto, especialmente pela imagem, que se relaciona a um conjunto de saberes compartilhados. Sendo assim, a interpretação orienta-se também pelo regime de memória porque a aforização mobiliza o *thesaurus* (Maingueneau, 2014). No caso em tela, a cena validada, entrelaçada à cenografia do iconotexto da manchete, recupera elementos discursivos partilhados por uma comunidade não muito restrita, e pode ser interpretada por um público leitor bastante amplo, uma vez que retrata um eletrônico que, apesar de antigo, é popularmente conhecido, e ativa na memória o convívio familiar em espaço doméstico.

Pelo enquadramento sapiencial, a aforização é apreendida como ponto de vista de um sujeito, e segue-se a orientação interpretativa “dizendo *p*, provoca-se o efeito *x*”, para alçar uma visão de mundo para além do sentido imediato da aforização. Nesse sentido, reforça-se o iconotexto como a materialização do paradoxo entre passado e presente manifesto no eletrônico e também recuperado pela cena validade. Depreender esse efeito a partir do iconotexto é primordial para interpretá-lo, corroborando a noção de que, por esse enquadre, “a autoridade do aforizador está assim respaldada na competência do destinatário” (Maingueneau, 2001b, p. 25).

Posto que, por esse enquadramento, aumenta-se o potencial semântico da aforização, refinamos essa interpretação correlacionando o iconotexto com o enunciado “Mais Mudança, Mais Futuro” (PT, 2014). O anacronismo que perpassa os textos-fonte nos leva a interpretar que o iconotexto recupera o *slogan* do governo nas eleições de 2014 na medida em que, em algum nível de interpretação, também o subverte, ainda que não expressamente. Em direção contrária à da proposta do governo em promover mudanças para alcançar o futuro, as ações econômicas implantadas por Dilma Rousseff não foram nem de mudança – porque já haviam sido experimentadas em outros momentos da história do Brasil – nem de futuro – porque evidencia-se retrocesso nos indicadores econômicos. Por essa interpretação, a subversão ultrapassa o dizer apenas com as palavras, sendo que a manchete intersemiótica é imprescindível para construir a

cenografia apropriada para essa mesma subversão: a potência da “máquina de atraso de Dilma” impõe incondicionalmente o atraso a todo o Brasil de forma que a própria revista foi forçada a se inscrever no passado para enunciar sobre o presente.

**Considerações finais:
a iconôforização, uma
possibilidade?**

Partimos da compreensão de que a atividade verbal se manifesta por dois regimes enunciativos: o regime textualizante, relacionado aos gêneros do discurso; e o regime aforizante, que, apesar de também inscrever o enunciado em um gênero, estabelece a interação entre um sujeito de pleno direito e um auditório. Seguindo a tendência de observação do regime aforizante em materialidades não verbais, conforme elucidado no primeiro capítulo, a nossa pesquisa testou a hipótese de que as capas de revista seriam produções discursivas do regime aforizante.

Coletamos edições das quatro revistas semanais de informação com ampla circulação nacional publicadas em um dado recorte temporal. Os aspectos gerais das condições de enunciabilidade foram apreendidos em articulação com publicações de outras áreas, em especial da Ciência Política, e os aspectos concernentes ao quadro cênico foram observados a partir da delimitação de oito capas. As questões concernentes especificamente ao destacamento, objeto de nossa pesquisa, foram observadas e investigadas detalhadamente em quatro edições, sendo duas de *Carta Capital* e duas de *Veja*.

Apesar de a análise ser de dois pares de edições com data de publicação similar, cada revista gere os enunciados de maneira distinta. Nesse espaço discursivo, estabelece-se uma relação polêmica, cujo primeiro indício observado é a forma como *Carta Capital* e *Veja* dirigem-se, cada uma delas, a um superdestinário específico. Essa relação revista x leitor pôde ser apreendida nas capas: no *corpus*, *Veja* dirige-se a um público interessado em política interna, especialmente sobre a Operação Lava Jato; *Carta Capital* supõe um leitor que tem interesse em temas diversos. Quanto aos superdestinatários, podemos entender que cada revista se dirige a um representante ideal de comunidades discursivas distintas, cujos valores são partilhados pelo discurso que cada uma das duas (re)produz e faz circular. Ainda que se tenha identificado esse apelo, não houve elementos para que se pudesse estabelecer relação entre as comunidades discursivas e a tiragem de cada revista.

Além disso, mesmo não sendo o objetivo de nossa pesquisa registrar a flagrante inadequação do termo “revista semanal de informação”, observamos que os temas impostos às duas revistas eram semelhantes, permitindo entender que elas tenham sido produzidas pelas mesmas “condições de legitimação do dizer”, que impõem as regras para a enunciação no campo midiático jornalístico, no qual ambas se inscrevem. Ao apreendermos a relação entre os enunciados da capa e a contrapartida no interior da revista, tangenciamos a forma pela qual cada revista aborda discursivamente um mesmo acontecimento, em virtude do “sistema de coerções semânticas” ao qual cada

uma delas está submetida. O leitor, portanto, não lida com a informação, mas com uma encenação da realidade.

Do mesmo modo, assinalamos a impertinência de se compreender “manchete” como enunciado estritamente verbal. Nas manchetes estudadas, o efeito de sentido é construído a partir da indisputável associação entre os elementos verbais e não verbais, o que nos levou a adotar o termo “manchete multissemiótica”.

Com a finalidade de responder à primeira questão norteadora, buscamos, primeiramente, a partir da delimitação do *corpus*, identificar o “quadro cênico”, regularidade discursiva subjacente às produções nas duas revistas: no que tange à cena englobante, a enunciação no campo midiático jornalístico prima, dentre outros aspectos, pelo interesse público de prover a informação a partir de regras e técnicas; no que tange à cena genérica, salientamos a periodicidade ampliada, que permite às revistas semanais tratamento mais aprofundado às questões trabalhadas nos noticiários diários. Também pela cena genérica, chegamos à regularidade composicional, permitindo, no *corpus*, distinguir três zonas preenchidas por enunciados verbais e não verbais. A capa, como um todo, pode ser apreendida como um iconotexto único; mas, se decomposta em zonas, vemos que cada uma delas apresenta modo variável de preenchimento, sendo que apenas na terceira o iconotexto é imprescindível, por isso sobre ela nos debruçamos com mais atenção.

Dado o nosso objetivo geral, direcionamos o olhar mais diretamente à questão do destacamento, e, pela unidade não tópica do percurso, mostramos que os enunciados da Zona 1 decorrem da sequencialidade de um único texto do interior de uma edição, sendo que cada chamada é resultado da irradiação de uma reportagem. Na Zona 2, os enunciados não surgem de destacamento. Na Zona 3, os enunciados são provenientes de um processo de irradiação mais complexo, e surgem em consequência do encadeamento de mais de um texto, de gêneros distintos inseridos nas diferentes seções da revista, tais como: editorial, artigo de opinião, entrevista e, predominantemente, reportagem.

Compreendemos, desse modo, que a capa de revista semanal de informação origina-se a partir da irradiação de diferentes gêneros do interior de uma dada edição, correspondendo não a uma simples continuidade individuada de cada um deles, mas a uma “sequencialidade entrelaçada” de vários textos, sem a qual as capas que compõem o *corpus*, pelo menos da forma como foram publicadas, dificilmente existiriam.

A análise do *corpus* também explicita que, apesar de o enunciador da revista apresentar propriedades de “instância enunciativa complexa”, em torno da qual se homogeneízam

diferentes locutores individuais, é na capa que essa enunciação coletiva uniformizada prevalece. Dessa forma, atribui-se a responsabilidade enunciativa do conjunto produzido na revista a um “locutor coletivo”, que organiza essas diferentes vozes e as enuncia como se fosse uma só. É assim, por exemplo, que se pode fazer comentários como: “Eu li uma reportagem da *Veja* dessa semana” ou “O ensaio sobre política que a *Carta Capital* publicou essa semana...”. Apesar de os textos individualmente indicarem quem os produziu, eles são atribuídos a uma rubrica mais ampla, em que enuncia o locutor coletivo.

A análise elucidou que a Zona 1 e a Zona 3 são resultado do agenciamento de um terceiro, o qual, além de determinar o que deve ser levado à capa, geralmente formata os enunciados de origem em uma frase nominal sempre articulada a uma imagem, no caso da manchete. Isso nos levou a tratar o destacamento nas capas sob a perspectiva da enunciação aforizante, o que trouxe à tona o embaralhamento de duas instâncias enunciativas: a primeira, relativa ao “locutor coletivo”, e a segunda, correspondente ao “aforizador”, sujeito da enunciação aforizante.

Nesse embaralhamento, o locutor coletivo perde força, possivelmente em virtude do destacamento operado por ele mesmo, que, ao assumir o papel de um terceiro, agencia na capa de revista o efeito de unidade do posicionamento manifesto nos mais diferentes textos de uma edição. O “locutor coletivo” se torna aforizador, apresentando a um auditório universal uma “verdade” incontestável e inegociável.

Em ambos os casos, a responsabilidade enunciativa é atribuída à instância expressa no enunciado da Zona 2, em que se encontra o logo da revista. Dessa forma, a mesma entidade desempenha, ao mesmo tempo, dois papéis enunciativos, correspondentes ao regime textualizante e regime aforizante, respectivamente, sem que isso implique mútua exclusão. Reforça-se, então, o paradoxo constitutivo das aforizações: à maneira dos rebeldes, elas se manifestam no lugar o qual contestam.

O embaralhamento de instâncias enunciativas é consequência do destacamento aforizante operado nos dois planos do iconotexto. Acontece que, no *corpus*, cada materialidade exigiu formas distintas de entrada para a análise, sem perder de vista a indissociabilidade dos enunciados.

Para os enunciados verbais, conseguimos estabelecer a relação com possíveis enunciados de origem e, nesse sentido, a sobreasseveração tornou-se um critério inicial, mas, como previsto teoricamente, não suficiente porque a destacabilidade pôde ser percebida em enunciados sem essa indicação textual. Nessa materialidade, ao

traçarmos o percurso do interior para a capa, foi possível identificar a predominância de aforizações secundárias nas capas das revistas. Também operamos com os enquadres, que permitiram, pelo regime de atualidade, interpretar as aforizações.

Para os enunciados não verbais, não foi possível recorrer à noção de sobreasseveração, pois, de maneira geral, a materialidade imagética foi interpretada pelo enquadramento hermenêutico, correspondendo ao percurso interpretativo deôntico. Todavia, ao contrário do registrado em outros trabalhos, não enveredamos pela noção de “formulação-origem” por entendermos que, no *corpus*, prevalece o *thesaurus*, visto que pareceu preeminente o papel dos saberes partilhados pela comunidade discursivamente instaurada.

Nas capas CC880 e VJ2456, há elementos que apelam para esse conjunto de saberes partilhados, que permitiram a exploração de “cenas validadas” para legitimar a enunciação. Também na capa CC879, o locutor coletivo recorre a elementos do *thesaurus*, submetendo-os à captação e à subversão. Motivadas pela enunciação proverbial, outras pesquisas verificaram em aforizações primárias e em aforizações secundárias a presença desse processo, que, ao que indica a análise dessas manchetes, pode ser ampliado para enunciados não verbais.

A abordagem da materialidade não verbal do *corpus* reitera a percepção de que o destacamento aforizante imagético, diferentemente do que acontece com a materialidade estritamente verbal, não pode ser encaixado em classificações como aforização primária ou aforização secundária. Em nosso trabalho, isso revelou outra dificuldade uma vez que o *corpus* é formado exclusivamente de iconotextos e, nessa medida, há enunciados verbais, que estão submetidos à classificação, e enunciados não verbais, que não podem ser categorizados. Como, então, tratar um todo, se as partes dele são avaliadas segundo critérios distintos?

Aventuramo-nos, então, na conjectura de refletir se não seria o caso de se introduzir mais uma peça ao inventário das noções relacionadas ao regime aforizante, a “iconoforização”, palavra-valise formada por iconotexto e aforização. O termo apresenta a vantagem de conjugar em um só item lexical duas noções: a de iconotexto, que abarca as produções sincréticas de linguagem em que o verbal e o imagético são indissociáveis, e a de aforização, que recupera todo o estatuto pragmático desse regime enunciativo.

A relação do destacamento imagético com o funcionamento das aforizações encontra base na própria teoria. Além das frases sem texto, a fotografia do rosto dos sujeitos, que costuma acompanhar os enunciados verbais aforizados, é também resultado de um destacamento. Dessa articulação, cria-se um efeito de perenidade, correspondendo

à expressão de uma convicção atemporal. Em certa medida, a encenação promovida pelo iconotexto das capas estudadas investe nesse mesmo efeito.

A escolha do termo também se justifica por duas razões. Primeiro, porque segue o lastro teórico de que há enunciados aforizados cuja interpretação é indissociável da iconografia, como nos fala Maingueneau sobre a “*tu quoque mi fili*”, aforização no quadro “A morte de César”, de Vincenzo Camuccini – trata-se de frase sem texto inseparável da materialidade não verbal. Segundo, porque posiciona no centro da discussão essa mesma indissociabilidade das dimensões intersemióticas do iconotexto.

Assim sendo, aventamos essa terminologia porque suspeitamos que, em nosso *corpus*, por predominar o iconotexto, há um tipo peculiar de aforização. Com a análise, vimos que: *i*) em se tratando da materialidade verbal, possíveis enunciados-fonte puderam ser identificados em diferentes seções da revista; e, *ii*) em se tratando da materialidade imagética, esse movimento não pôde ser traçado, muito possivelmente devido à manipulação visual, pois uma imagem já em circulação pode ser totalmente alterada e balizar o sentido em outra direção.

Igualmente, sublinhamos outra característica particular do iconotexto das capas analisadas: são manipulações de imagens já existentes, especialmente de recortes do rosto de Eduardo Cunha, de Dilma Rousseff ou de Michel Temer. A nossa análise permite refletir que essa manipulação não acontece à revelia e está diretamente articulada ao sistema de coerções que rege o todo da revista. Especificamente as edições VJ2455 e CC879 recuperam traços das imagens vinculadas à matéria principal. No *corpus*, de maneira geral, o enunciado formado pela materialidade não verbal resulta de destacamento imagético, mas também se mostra em estreita relação com os enunciados verbais do interior e de fora da revista, o que amplia o movimento de destacamento aforizante entre essas duas linguagens.

Em outras palavras, o iconotexto das capas de revista semanal de informação só significa no conjunto composto pelo verbal e não verbal. Entretanto, a reflexão teórica em nosso *corpus* sugere que essa articulação seja resultado de movimentos distintos de destacamento aforizante, sendo cada tipo de destacamento relacionado a uma materialidade específica. As capas de *Isto É*, com “as explosões nervosas da presidente”, e de *Época*, publicada em homenagem às vítimas do Charlie Hebdo, nos fazem desconfiar de que o nosso *corpus* não seja um caso isolado.

No nosso entendimento, sugerir “iconoforização” não implicaria, de modo algum, tentativa de deslocamento. Sem a pretensão de qualquer tipo de subversão teórica, seria

apenas um trabalho de exploração dentro das possibilidades já abertas desde a introdução da hipótese do regime aforizante, que permitiu, por exemplo, distinguir “meta-forização” para as aforizações que funcionam como metáfora e que circulam intensamente de forma a estabelecer uma analogia de sentido entre diferentes acontecimentos discursivos.

A sugestão terminológica também se inscreveria na própria tendência classificatória das “frases sem texto”, que diferencia aforização primária e secundária, e que incorporou uma terceira categoria, a das particitações, para abarcar os enunciados destacados que não apresentam propriedades que permitam o encaixe em um desses dois tipos de aforização. O iconotexto das capas estudadas enfrenta problema similar.

À primeira vista, cogitar essa terminologia não provocaria, em nenhum nível, tentativa de rompimento com a noção de gênero. Aliás, toda a teoria sobre a enunciação aforizante elaborada por Maingueneau, ainda que proponha o tratamento de sequências em circulação fora do contexto de origem, foi erigida sobre o princípio de que é impossível inscrever um enunciado fora dessa coerção. Recuperamos, aqui, a epígrafe deste livro, em formato de particitação, segundo a qual o reinado do gênero é incontestável e, a esse propósito, ainda que a nossa hipótese fosse na direção do regime aforizante, a abordagem em cenas da enunciação permitiu examinar o *corpus* de forma a reiterar o papel preponderante do gênero nas produções discursivas. Dessa unidade tópica de análise, depreendemos as condições de êxito, especialmente a da forma, que organizam os enunciados na capa de revista.

Entendemos que, com “iconoforização”, o foco não seria para o gênero, mas para o que antecede essa coerção e determina a formatação dos enunciados verbais e imagéticos que compõem o próprio gênero. Em outras palavras, a terminologia ampliaria a atenção para um processo que só pode ser observado no resultado – mais uma vez o paradoxo da tensa relação entre o regime textualizante e o regime aforizante.

Ressalte-se que essa reflexão surge a partir da observação de um *corpus* limitado e, do ponto de vista teórico-metodológico, impõe-se a verificação contingente de produções discursivas em que o iconotexto é terminantemente resultado de destacamento aforizante das duas materialidades que o compõem.

Independentemente do termo “iconoforização”, a abordagem discursiva para a destacabilidade em materialidade imagética nos motiva como pontapé inicial para refletir sobre outras questões relacionadas ao destacamento aforizante, tal como a noção de *ethos*, pois, partindo das chamadas e das manchetes, mostramos que, apesar da semelhança formal, *Carta Capital* e *Veja* se dirigem a públicos distintos, o que pode,

de certo modo, ser entendido como um dos elementos para a construção de si no espaço público. Nesse sentido, essa imagem discursiva socialmente estabilizada pode ter sido evocada em notícias falsas que circularam nas redes sociais e nos aplicativos de troca de mensagens, em que o iconotexto, formado por destaques verbais e imagéticos, simulava a capa de um hebdomadário. Longe de entrever as possibilidades desse funcionamento, essas produções discursivas chamam a nossa atenção pelo frequente destaque do logo das revistas semanais (*Veja, Época, Carta Capital e Isto É*), o que, nessa perspectiva teórica, investiria de credibilidade o texto de origem duvidosa.

Finalmente, como toda produção no campo acadêmico, esta pesquisa torna-se pública para exame. Acima de tudo, o que esperamos mesmo deste trabalho é que a discussão sobre a hipótese da enunciação aforizante, já em andamento, seja ainda mais estimulada.

Referências

ARAUJO, S. A. de. Rotinas produtivas em revista: padrões e transformações no fazer de uma publicação segmentada. *In*: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 261–271.

ASSIS, A. W. A. de. **Sobreasseverações e aforizações**: estratégias de sobreasseveração nos debates políticos e de destacamento no discurso jornalístico. 2015. 214 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

AZEREDO, R. O. **Em tempos de golpe**: reflexões sobre enunciados destacados nos meios digitais. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BAHIA, J. **Dicionário de jornalismo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2015.

BARONAS, R. L. Enunciados de curta extensão: gênero de discurso, aforização, mídia e política. **Ling. (dis)curso**, v. 11, n. 1, p. 59–79, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v11n1/a04v11n1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BARONAS, R. L.; COX, M. I. P. Por uma vida melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 13, n. 1, p. 65–93, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v13n1/a04v13n1.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

BARONAS, R. L.; PONSONI, S. Citação, destacabilidade e aforização no texto imagético: possibilidades? **Alfa**, São José Rio Preto, v. 57, n. 2, p. 413–431, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v57n2/04.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BARONAS, R. L. **Enunciação aforizante**: um estudo discursivo sobre pequenas frases na imprensa cotidiana brasileira. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

BARONAS, R. L. **Comunicação política brasileira em diferentes dispositivos**: uma abordagem discursiva. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

BARONAS, R. L.; MESTI, P.; CONTI, C. Notas de leitura sobre uma pequena frase-acontecimento de Lula. *In*: BARONAS, R. L.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A. de; OLIVEIRA, H. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica**: abordagens discursivas. Campinas: Pontes, 2016. p. 173–190.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutura, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BENETTI, M.; STORCH, L.; FINATTO, P. Jornalismo de revista, meta-acontecimento e dispositivo de autoridade. *In*: LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. (org.). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2011.

BENETTI, M. Revista e jornalismo: conceitos e peculiaridades. *In*: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.

BENVENISTE, E. A frase nominal. *In*: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. Revisão de Isaac Nicolau Salum. Campinas: Pontes, 2005 [1950]. p. 163-182.

BICUDO, H.; REALE JUNIOR, M.; PASCHOAL, J. C. **Excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados...** Brasília, 2015. Disponível em: <https://ep00.epimg.net/descargables/2015/12/03/753f58eed8d66adf4ad11129cb833401.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BOENAVIDES, D. L. Do “Primeiramente, Fora Temer!” ao “Tchau, querida!”: da unidade fraseológica ao meme (ou vice-versa). **Memento** – Revista de Linguagem, Cultura e Discurso – Mestrado em Letras UNINCOR, v. 9, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/4502/pdf_134. Acesso em: 29 mar. 2020.

BONÁCIO, D. **Pequenas frases na mídia eletrônica brasileira**: uma leitura discursiva. 2013. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

BONANI, T. Apontamentos sobre o “Volta, Lula” e seus desdobramentos teórico-metodológicos no espaço brasileiro: primeiras propostas sobre a *frase-acontecimento*. **Anais...** VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas. São Carlos, 27-30 de julho, 2016. Disponível em: <http://www.revistaaledbr.ufscar.br/index.php/revistaaledbr/article/view/194/189>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1079.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

BRUNELLI, A. F. Enunciados destacados no discurso jornalístico. *In*: SIMIS, A. *et al.* (org.). **Comunicação, cultura e linguagem**. Desafios contemporâneos collection. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 12–39. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2h3ks/pdf/simis-9788579835605-02.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BUTIERI, K. **As aforizações em Jesus Homem, de Plínio Marcos**. 2018. 126 f. Dissertação. (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

CABRAL, L. R. **Messias de papel**: a construção discursiva da candidatura de Roseana Sarney (2009–2010) pelos editoriais de *O Estado do Maranhão*. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, 2012.

CABRAL, L. R. Parece, mas não é: considerações sobre o efeito de verdade no gênero editorial. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, Covilhã, 2013. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cabral-rodolfo-2013-parece-mas-nao-e.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CABRAL, L. R. Da sobreasseveração para a aforização: percurso teórico para um regime enunciativo. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 21, n. 1, p. 33–49, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210103-8919>. Acesso em: 24 fev. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decisão da Presidência**, 2015a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/Decisao_sobre_impeachment_CD.pdf. Acesso em: 16 fev. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Impeachment Presidente Dilma Rousseff**, 2015b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CAMPOS, R. da S. **Poda mal dada deixa o rio no escuro**: um estudo discursivo sobre a construção de imagens de enunciador em manchetes dos jornais *Meia Hora* e *Expresso*. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CONTI, T. C. B. **Das fórmulas e/ou pequenas frases às aforizações em política:** questões teórico-analíticas sobre o “Volta, Lula!”. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

CARVALHO, C. C.; FERREIRA JUNIOR, J.; ARANHA, M. B. R. “Você tem medo de ser uma garota fácil?”: foricidade, dêixis e aforização no discurso de autoajuda para adolescentes. **Veredas**, v. 21, n. 2, p. 26–34, 2017. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2018/04/Artigo_2_Veredas201721.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. A construção midiática da gafe: uma abordagem discursiva. **Redis: revista de estudos do discurso**, n. 8, 2019. Disponível em: <https://ojs.lettras.up.pt/ojs/index.php/re/article/view/6561/6115>. Acesso em: 28 mar. 2020.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

DUARTE, C. R.; MELO, L. B. Aforizações e feminismo na internet: estudo de frases curtas empregadas no movimento *Primavera das mulheres*. **Revista do Gel**, v. 14, n. 1, p. 269–287, 2017. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/1477/1177>. Acesso em: 29 mar. 2020.

ÉPOCA. **As manifestações de 13 de março em todo o Brasil**, 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/manifestacoes-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-acompanhe.html>. Acesso em: 13 mar. 2019.

EVELIN, G *et al.* Inimigo interno. *Época*. 16/01/2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/01/binimigo-binterno.html>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FOLHA. **Avaliação Data Folha da presidente Dilma Rousseff**, 2015a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2015/02/118652-avaliacao-datafolha-da-presidente-dilma.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FOLHA. **Pezão pede ‘racionalidade’ contra o impeachment de Dilma**. 13 de dezembro de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1714753-pezaopede-racionalidade-contra-o-impeachment-de-dilma.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2019.

FONSECA, F. C. de M.; CAMPOS, M. M de. A fórmula discursiva do *golpe*. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v. 9, n. 1, jan./jul. 2017. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/422.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

G1. **Manifestantes fazem maiores atos a favor de Dilma desde o ano passado**, 2016. Atualizado em 19/03/2016 às 11h15. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestantes-fazem-ato-em-apoio-ao-governo-dilma-pelo-pais.html>. Acesso em: 30 mar. 2019.

GABRIEL, E. G. **Frases sem texto na publicidade**: discursos em torno de um Brasil bilíngue. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

GOMES DA SILVA, E. Competência discursiva e polêmica na constituição do discurso religioso. In: POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. **Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008. p. 27-48.

GOMES DA SILVA, E. Aforização e religião: circulação de enunciados na internet. **DELTA**, v. 29, n. 3, Número Especial – Circulação dos Discursos, p. 423-441, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/19336/14350>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GOMES DA SILVA, E. Discurso, memória e atualidade na análise de duas aforizações. **Discurso & Sociedad**, v. 12, n. 3, p. 467-479, 2018. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12\(3\)GomesdaSilva.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12(3)GomesdaSilva.pdf). Acesso em: 20 jul. 2019.

GRUNSZYNSKI, A.; CALZA, M. U. Projeto gráfico: a forma de um conceito editorial. TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 203-220.

IEDA, C. A. Informação ou rivalidade? Sobre o uso de pesquisas científicas em discussões sobre a maconha e o THC no Facebook. **Polêm!ca**, v. 18, n. 4, p. 60-79, out./nov./dez. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/45073/30626>. Acesso em: 31 mar. 2020.

ISTO É. **As explosões nervosas da presidente**. Edição 2417, de 06 de abril de 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/. Acesso em: 28 set. 2018.

IVC. **Revista Paga Média Anual – 2014**. Disponível em: <https://goo.gl/WmyCtc>. Acesso em: 07 nov. 2017.

KRIEG-PLANQUE, A. Les « petites phrases »: un objet pour l'analyse des discours politiques et médiatiques. **Communication & langages**, v. 168, n. 2, p. 23-41, 2011.

KRIEG-PLANQUE, A. As pequenas frases: um objeto para análise dos discursos políticos e midiáticos. Tradução Gleice Antônia de Moraes e Rilmara Rôsy Lima. In: BARONAS, R. L.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A. de; OLIVEIRA, H. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica**: abordagens discursivas. Campinas: Pontes, 2016. p. 13-38.

KRIEG-PLAQUE, A. **Analisar discursos institucionais**. Tradução Luciana Salazar Salgado e Helena Boschi. Uberlândia: EDUFU, 2018.

LAGE, N. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LANDIM, A. F. M. **A construção discursiva da mineiridade a partir de jornais**. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

LIMA, R. R. **Aforização oitocentista**: espaço de discursividades na *Revista Ilustrada*. 2017. 301 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

LIMONGI, F. O passaporte de Cunha e o *impeachment*: a crônica de uma tragédia anunciada. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 103, nov. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000300099. Acesso em: 18 fev. 2019.

LIMONGI, F. Impedindo Dilma. **Novos Estudos**, São Paulo, Especial, p. 5-13, 2017. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/06/IMPEDINDO-DILMA-Fernando-Limongi.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. C. A crise atual e o debate institucional. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 36, n. 3. p. 79-97, set./nov. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201700030008>. Acesso em: 19 fev. 2019.

LUCAS, A. Capa: a liberdade fuzilada. **Época**. 16/01/2015. Atualizada em 02/11/2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/faz-caber/noticia/2015/01/capa-liberdade-fuzilada.html>. Acesso em: 18 fev. 2019.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução Freda Indursky. Campinas: Pontes – Editora da UNICAMP, 1989.

MAINGUENEAU, D. **L'Analyse du Discours**. Paris: Hachette, 1991.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes – Editora da UNICAMP, 1997.

MAINGUENEAU, D. Analisando discursos constituintes. Tradução Nelson Barros da Costa. **Revista do GELNE**, v. 2, n. 1/2, p. 1-12, 2000. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9331/6685>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MAINGUENEAU, D. Diversidade dos gêneros do discurso. Tradução Emília Mendes Lopes, Ida Lucia Machado e Renato de Mello. *In*: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 43-58.

MAINGUENEAU, D. A Análise do Discurso e suas fronteiras. Tradução Décio Rocha. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, 2007. Disponível em: <http://www.pglettras.uerj.br/matraga/matraga20/arqs/matraga20a01.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2019.

MAINGUENEAU, D. **Gênese do discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008a.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Org. de POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de. São Paulo: Parábola, 2008b.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. Organização de Maria Cecília Perez de Sousa-e-Silva e de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, D. A aforização proverbial e o feminino. Tradução Luciana Salazar Salgado. *In*: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011a. p. 41-58.

MAINGUENEAU, D. Aforização, enquadramento interpretativo e configuração humanista. *In*: MOMESSO, M. R.; SCHARTZMANN, M. N.; ABRIATA, V. L. R.; FERREIRA, F. A. (org.). **Discurso e linguagens: objetos de análise e perspectivas teóricas**. Coleção Mestrado em Letras. Franca: EDIFRAN – Editora da Universidade de Franca, 2011b. p. 15-34.

MAINGUENEAU, D. Texto, gênero do discurso e aforização. Tradução Ana Raquel Motta. *In*: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012a. p. 109-128.

MAINGUENEAU, D. Enunciação ligada, enunciação desatada. *In*: DI FANTI, M. da G.; BARBISAN, L. B. **Enunciação e discurso**: tramas de sentidos. Tradução Leci Borges Barbisan, com revisão do autor. São Paulo: Contexto, 2012b. p. 13–24.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2013a.

MAINGUENEAU, D. Argumentação e cenografia. *In*: BRUNELLI, A. F.; MUSSALIM, F.; FONSECA-SILVA, M. C. (org.). **Língua, texto, sujeito e (inter)discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013b. p. 187–204.

MAINGUENEAU, D. **Frases sem texto**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2014.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, D. Sobre uma pequena frase “de” Nicolas Sarkozy: aforização e autoridade. *In*: BARONAS; R. L.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A. de; OLIVEIRA, H. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica**: abordagens discursivas. Campinas: Pontes, 2016. p. 47–66.

MANZANO, L. C. G.; ARAÚJO, L. M. B. M. de. *Tchau, querida*: considerações sobre uma possível aforização e efeito de memória num dos enunciados que marca(ra)m o processo de *impeachment* de 2016. *In*: BARONAS; R. L.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A. de; OLIVEIRA, H. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica**: abordagens discursivas. Campinas: Pontes, 2016. p. 153–172.

MELLO FRANCO, B. **Mil dias de tormenta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

MENDES, H. M. Enunciação aforizante no Twitter: uma análise discurso da *hashtag* #aprendinoenem. **Calidoscópio**, Unisinos, v. 16, n. 2, p. 216–224, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://shorturl.at/eqY46>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MIGUEL, R. de B. P. As “mocinhas heroínas” das fotonovelas da revista *Capricho*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 295–313, maio, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44350>. Acesso em: 16 ago. 2019.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Introdução: mídia, conflito e formação de preferência. *In*: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017. p. 7–22.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expresso Popular, 2019.

MORAES, E de. Mona Lisa: sentidos múltiplos de um sorriso enigmático. **DELTA**, v. 29, n. 3, Número Especial – Circulação dos Discursos, p. 443-465, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/19337/14351>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MORAES, E. de. Aplicativos de notícias e efeitos de sentidos: diferenças de destacamento. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 826-836, 2017. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/1511/1301>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MORAES, G. A. de; CONTI, T. B. Enunciação aforizante performativa? Anotações de leitura sobre uma pequena frase política. *In*: BARONAS, R. L.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A. de; OLIVEIRA, H. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica: abordagens discursivas.** Campinas: Pontes, 2016. p. 191-208.

MUSSALIM, F. A enunciação aforizante: o caso do gênero manifesto. **D.E.L.T.A.**, 29: Especial, p. 467-484, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v29nspe/v29nspea06.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MOTTA, A. R. Racionais MCs: uma enunciação aforizante. *In*: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Fórmulas discursivas.** São Paulo: Contexto, 2011. p. 163-173.

MPF. Ministério Público Federal. **Lava Jato: entenda o caso**, 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 16 mar. 2019.

NAVARRO, P. Uma definição da ordem discursiva midiática. *In*: MILANEZ, N.; GASPAR, N. A. **A (des) ordem do discurso.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 79-64.

O GLOBO. **‘Impeachment é o remédio jurídico da nossa democracia’, diz presidente da OAB.** 23 de março de 2016. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/impeachment-o-remedio-juridico-da-nossa-democracia-diz-presidente-da-oab-18961777>. Acesso em: 30 mar. 2019.

OLIVEIRA, P. R. de **Aforização proverbial sobre o negro em diferentes materialidades discursivas: cristalização e circulação de preconceitos e estereótipos.** 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

PINHEIRO, D. Contra manipulação. **Época**. 05 de março de 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/noticia/2018/03/contra-manipulacao.html>. Acesso em: 13 abr. 2018.

POSSENTI, S. Corinthians, jogai por nós: fórmulas alteradas. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 58-68.

POSSENTI, S. A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil. **Discurso & Sociedad**, v. 12, n. 3, p. 581-593, 2018. Disponível em: [http://dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12\(3\)Possenti.pdf](http://dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12(3)Possenti.pdf). Acesso em: 20 mar. 2019.

POSSENTI, S. Diferenças condensadas em palavras. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1075-1099, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10959/pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

PREARO-LIMA, R.; DI IÓRIO, P. S. L. Bela, panaforizada e do lar: reflexões sobre um caso de aforização. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 17, n. 3, p. 381-398, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v17n3/1518-7632-ld-17-03-00381.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PT. **Mais mudança, mais futuro**: programa de governo Dilma Rousseff, 2014. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

PUBLIABRIL. **Mídia Kit Veja**, 2016. Disponível em: http://publiabril.abril.com.br/uploads/brand/mediakit/1/VEJA_M%C3%ADdiaKit__1_.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

PUZZO, M. Gêneros discursivos: capas de revista. **Caminhos em Linguística Aplicada**, n. 1, 2009. Disponível em <https://bit.ly/2RBfutv>. Acesso em: 28 set. 2018.

RINGOOT, R. **Analyser le discours de presse**. Série « Discours et communication » dirigée par Dominique Maingueneau. Armand Colin: Paris, 2014.

ROSIN, P. da S. De cadernos de lugar-comum a mensagens compartilhadas: uma análise discursiva das práticas contemporâneas de leitura no Facebook. **Anais...VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso - ALED - Brasil Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas**. São Carlos, 27-30 de julho de 2016. Disponível em: <http://shorturl.at/adMNS>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SANCHO, K. A. **Cenas da enunciação e *ethos* em narrativas sobre a expedição Roncador-Xingu**: uma análise discursiva. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

SANTOS, C. **Que comemoração é essa, meu povo?** 2014. (14s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zfTTv_MoLsM. Acesso em: 28 set. 2018.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SALGADO, L. S.; GATTI, M. A. Personagens infantis de tiras cômicas em suportes diversos: uma questão de circulação, aforização e estereotipia. **DELTA**, v. 29, n. 3, Número Especial – Circulação dos Discursos, p. 517-534, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/19341>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SCALZILLI, G. de C. Meme e aforização: uma abordagem discursiva da iconotextualidade digital. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 60, n. 3, p. 795-807, set./dez, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8650832/18712>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SENADO FEDERAL. **CPI – Petrobras**, 2009. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=1461>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SENADO FEDERAL. **Denúncia n. 1**, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125567>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SILVA, L. M. O. C.; CABRAL, L. R. Construção de sentido: análise no gênero capa de revista. **Littera online**, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 10, p. 1-26, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/download/3562/1598>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, n. 02, p. 36-67, jul. 2015. Disponível em: http://www.adcefetrj.org.br/arquivos/13_10_15_01.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOBRAL, A. Elementos sobre o dispositivo enunciativo de Maingueneau: a partir e para além de *Gènese du discours*. In: DI FANTI, M. da G.; BRANDÃO, H. N. (org.). **Discurso: tessituras de linguagem e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 51-88.

SOUZA, M. I. de. “A esperança venceu o medo”, do acontecimento histórico ao acontecimento discurso: um percurso, múltiplos sentidos. **Veredas Online – Atemática**, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, número 2, p. 414-436, 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/04/22-ARTIGO.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SOUZA, M. I. Dos discursos do papa Francisco à produção e circulação de pequenas frases: a construção do papa heterodoxo. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 16, n. 3, p. 465-487, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v16n3/1518-7632-ld-16-03-00465.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SOUZA E SILVA, M. C.; ROCHA, D. Por que ler Gênese dos Discursos? Resenha de “Gênese dos discursos”, de Dominique Maingueneau. **ReVEL**, v. 7, n. 13, 2009. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/resenhas/resenha.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SOUZA-E-SILVA, M. C. Concepção integrada de discurso: discursividade e espaço discursivo. In: FIGARO, R. (org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012a. p. 99-118.

SOUZA-E-SILVA, M. C. Texto/discurso: qual a relação com a leitura? In: SOUZA-E-SILVA, M. C.; BRAITH, B. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012b. p. 183-196.

SOUZA-E-SILVA, C. Discursos de mulheres da periferia: o papel dos coletivos na contemporaneidade. **L&S Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1567>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de. Linguagem e trabalho em uma perspectiva discursiva: implicações teórico-metodológicas. **Verbum**, v. 8, n. 3, p. 08-22, dez. 2019. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/46659>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Os desdobramentos de um trabalho virtual: novas práticas e comunidades discursivas. **Ergologia**, n. 23, maio 2020. Disponível em: https://ergologia.org/wp-content/uploads/2022/08/10-23-doss_4_num_23.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. *In*: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 27-43.

UOL. **Novo protesto em SP pede anulação da eleição ou *impeachment* de Dilma**, 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/15/novo-protesto-em-sp-pede-anulacao-da-eleicao-ou-impeachment-de-dilma.htm>. Acesso em: 01 mar. 2019.

VAN DIJK, T. Cinco perguntas para Van Dijk, por Luís Rodolfo Cabral. **Littera Online**, São Luís, n. 3, p. 2-5, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2CecBte>. Acesso em: 17 fev. 2019.

VAZ, P. B.; TRINDADE, V. C. Capas de revistas e seus leitores: um novo texto em cartaz. *In*: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 221-234.

XAVIER, C. J. M. da C. **Enunciação aforizante e panaforização**: o caso dos *memes* políticos. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

Anexos

REBELIÃO JOVEM

Os estudantes paulistas resistem às pressões do governo Alckmin

INVESTIMENTOS

Empresas chinesas à cata de oportunidades no mercado brasileiro

ESTADOS UNIDOS

Um rigoroso estudo desfaz a ilusão de que o poder emana do povo



+01
D. Pedro I
A MÍDIA TAMBÉM
NÃO GOSTAVA
DELE
Pág. 65

CartaCapital

cartacapital.com.br

*** EDITORA
*** CONFIANÇA



FRUSTRAÇÃO E VINGANÇA

MORRE A CHANTAGEM DE CUNHA, SOB RAM
OS RISCOS E AS INCERTEZAS PRECIPITADAS
PELO PEDIDO DE IMPEACHMENT





EDIÇÃO ESPECIAL DA CRISE **+OI**
LSD
ACIÊNCIA
REDESCOBRIR
A DROGA
Pag. 63

CartaCapital

cartacapital.com.br

EDITORA
CONFIANÇA

IMOLARAM O HOMEM BOMBA

- SEM UTILIDADE NO JOGO DO GOLPE DESDE A APROVAÇÃO DO IMPEACHMENT NA CÂMARA, EDUARDO CUNHA É RETIRADO DE CENA
- O DESMONTE DO ESTADO NOS PROGRAMAS DO FUTURO GOVERNO TEMER

The magazine cover features a photograph of Eduardo Cunha, a Brazilian politician, wearing a blue suit and glasses. He has a shocked or concerned expression. Strapped to his chest is a large, cylindrical object resembling a bomb, with a clock face on its side and several wires protruding from it. The background is dark, making the subject and the yellow text stand out.



COM VOCÊ NÃO ACONTECE...
...mas o caçula de Lula copiou a Wikipédia e ganhou, pelo plágio, 2,5 milhões de reais de uma empresa investigada na Zelotes

PARA ESCAPAR DO ZIKA
O que fazer para se proteger do vírus que apavora as grávidas e ameaça virar epidemia no verão

 **veja** www.veja.com

ESPECIAL 24 PÁGINAS

Editora ABRIL
edição 2455 - ano 48 - nº 49
9 de dezembro de 2015

IMPEACHMENT

- POR QUE É FALSA A GUERRA ENTRE DILMA ROUSSEFF E EDUARDO CUNHA
- O PASSO A PASSO DO PROCESSO QUE VISA A DERRUBAR A PRESIDENTE
- UMA EX-CARA-PINTADA E UM EX-PETISTA SÃO OS AUTORES DO PEDIDO
- A EUFORIA DOS MERCADOS SINALIZA QUE, SEM DILMA, A CONFIANÇA VOLTA
- COMO A LAVA-JATO DARÁ MUNIÇÃO AOS DEFENSORES DO IMPEDIMENTO
- O STJ PODE SOLTAR OS CORRUPITOS E A INDIGNAÇÃO CATALISAR O PROCESSO
- A PRIMEIRA REAÇÃO DE COLLOR E DILMA FOI A MESMA: CULPAR OS ADVERSÁRIOS
- POR QUE É INDOLOR NO PARLAMENTARISMO TROCAR GOVERNANTE INCOMPETENTE



PRESTAÇÃO DE CONTAS
A pior semana do clã Lula
nos domínios da Justiça



Macri, o presidente argentino, e a mulher, Juliana

ORGULHO DOS VIZINHOS
Argentinos e venezuelanos saem na
nossa frente e derrotam o populismo



veja

www.veja.com

Editora ABRIL
edição 2456 - ano 48 - nº 50
16 de dezembro de 2015



A MÁQUINA DO ATRASO DE DILMA

COMO A PRESIDENTE FEZ A INDÚSTRIA RETROCEDER 65 ANOS, A POLÍTICA ECONÔMICA VOLTAR
AO TEMPO DO ESTATISMO MILITAR, A RECESSÃO PUNIR OS BRASILEIROS COMO NÃO OCORRIA
DESDE 1981 E A INFLAÇÃO DE 10% RUGIR DEPOIS DE TREZE ANOS DOMADA



NO TOPO DA CADEIA
Lula é acusado pelo procurador-geral da República de integrar a "organização criminosa" que se instalou na Petrobras

veja www.veja.com

Editora ABRIL
edição 2477 - ano 49 - nº 19
11 de maio de 2016

**TCHAU,
QUERIDA
TCHAU,
QUERIDO**

Com o impeachment de Dilma e a queda de Cunha, o Brasil tem chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública

- > VEJA acompanhou os últimos dias da presidente
- > Por que a derrocada do deputado é o primeiro revés de Temer

Publique com a gente e
compartilhe o conhecimento



www.letraria.net

